

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

155

O PERU
PÓS-SENDERO



EXCLUSIVO



**EL SALVADOR:
UM NOVO TEMPO**

ESCRAVOS BRASILEIROS



**Nada como festejar algo
que está entrando nos trilhos.**

Daqui pra frente, calma, gente, ninguém precisa mais pegar o bonde andando: além de ser perigoso, Santa Teresa está recebendo de volta mais cinco bondinhos.

Foi um grande desafio para a CTC, mas valeu a pena recuperar cada um deles com carinho e cuidado, para que continuem a ser um dos orgulhos do bairro e do Rio de Janeiro.

Preservando o bonde, um patrimônio cultural da Cidade de valor inestimável, o Governo do Estado se compromete e se empenha em devolver à comunidade todos os bondinhos que tanto facilitam a vida dos seus moradores.

Por isso, nada mais justo e mais natural que comemorar essa volta com festa, banda de música, bolo de aniversário e muitas palmas, pois esse personagem delicioso e fundamental de Santa Teresa está completando 96 anos.

Santa Teresa, que antes de tudo é um estado de espírito, há muito decidiu não perder o bonde: pois aí está ele, em plena forma e quase centenário, pedindo passagem e dando a volta por cima.

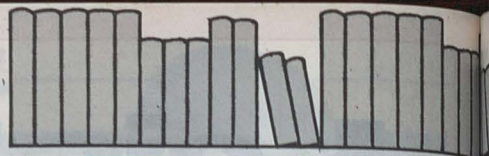
Tudo o que a gente espera é que o nosso bondinho continue a dar essa maravilhosa lição de resistência.

E que permaneça sempre nos trilhos.



**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

POSTAL



ESTE PAÍS TEM JEITO?
Paulo Rabello de Castro e
Paulo Carlos de Brito

O livro propõe-se a informar sobre as verdadeiras causas da estagnação econômica brasileira, da instabilidade política e do nosso sofrimento no campo social. Os autores apontam soluções para o resgate da dívida social e para uma melhor redistribuição da renda. 120 p.
E-264 Cr\$ 78.000,00

SUBDESENVOLVIMENTO
Por que somos tão pobres
Rodolf H. Strahm

Rodolf H. Strahm, economista suíço com participação em vários organismos internacionais, procura desvendar os complexos mecanismos do subdesenvolvimento, que ele relaciona com a crise do endividamento externo. 221 p.
E-230 Cr\$ 70.000,00

ESTORVO
Chico Buarque

Narrado em primeira pessoa, Estorvo se mantém constantemente no limite entre o sonho e a vigília, projeções de um desespero subjetivo e crônica do cotidiano. E o olho mágico que filtra o rosto do visitante misterioso talvez seja a metáfora da visão deformada com que o narrador seguirá sua odisséia. 141 p. E-254 Cr\$ 99.000,00

NÓS DIZEMOS NÃO
Eduardo Galeano

A esquerda acabou? E a história, também? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? Pode existir dignidade na miséria? Estas são algumas questões queimantes que o autor de *Veias abertas da América Latina* procura desatar nesta obra. 88p.
E-226 Cr\$ 52.000,00

ESCRITOS INDIGNADOS
Herbert de Souza (Betinho)
O livro do sociólogo e analista político Herbert de Souza (Betinho) passa em revista os principais problemas brasileiros de hoje, com a coragem e a emoção que marcam todo seu pensamento e sua atuação na sociedade. 144 p.
E-232 Cr\$ 60.000,00

AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA
Eduardo Galeano
(33ª edição)
Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento. 307p.
E-247 Cr\$ 139.000,00

DICIONÁRIO DE FALSOS AMIGOS
Espanhol e português
Balbina Lorenzo F. Hoyos

Falsos amigos são as palavras que parecem fáceis de serem traduzidas, mas escondem verdadeiras armadilhas de sentido para o leitor ou tradutor. 129p.
E-265 Cr\$ 59.000,00

GALE A BOCA, JORNALISTA!
Fernando Jorge

Este é a primeira obra a ser publicada no Brasil sobre as violências e arbitrariedades sofridas pelos jornalistas brasileiros, desde a época do Império até hoje, com ênfase no período posterior a 1964. 264p. E-262 Cr\$ 157.000,00

O LIVRO DOS ABRAÇOS
Eduardo Galeano

Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente. 217 p. E-243 Cr\$ 126.000,00

CHE-PARRA – Latino-América
Piedade Carvalho

"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase moribunda esperança." Sérgio Ricardo
100 p. E-223 Cr\$ 45.000,00

QUERIDA ILHA
Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba, etc. E-240 Cr\$ 98.000,00

O PILÃO DA MADRUGADA
Neiva Moreira

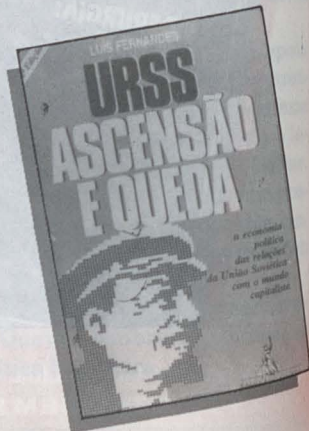
Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou. Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". José Louzeiro
464 p. E-208 Cr\$ 52.000,00

DESENVOLVIDO PARA A MORTE
Repensando o desenvolvimento do Terceiro Mundo
Ted Trainer

O simples desenvolvimento, sem um planejamento adequado, leva a aberturas desequilíbrios na distribuição da renda mundial. O modelo neoliberal, aplicado a nossos países, acaba por privilegiar os interesses das classes altas do Terceiro Mundo, das corporações multinacionais e dos países ricos. 240 p. E-245 Cr\$ 112.000,00

URSS – ASCENSÃO E QUEDA
Luiz Fernandes

O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo. 270 p. E-256 Cr\$ 58.000,00



ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

Capa:

A ilusão primeiro-mundista

Depois de afastar civilizadamente o presidente Fernando Collor, o país assistiu à barbárie do massacre de presos na Casa de Detenção de São Paulo. Enquanto isto, a Corte de Brasília abandona a era Collor e adere à mineiridade de Itamar Franco. Sai úisque Logan e entra chope com pão de queijo.



Páginas 22 a 29

SUMÁRIO

2 CARTAS

ECONOMIA

4 Dívida externa: de olho no acordo

COMPORTAMENTO

9 A honestidade dos garis
10 Em busca da identidade masculina

DIREITOS HUMANOS

14 Escravidão, uma chaga de 500 anos

CULTURA

19 Histórias contemporâneas para crianças



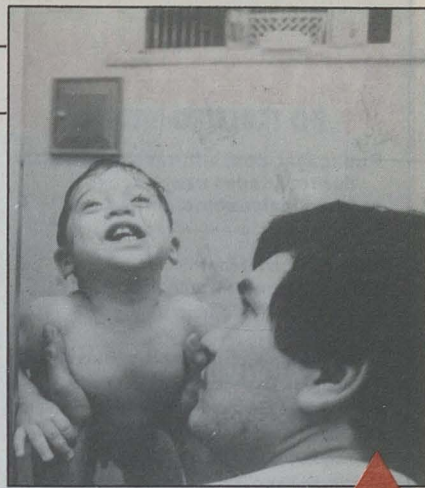
A comunidade internacional demorou muito a dar importância ao drama somaliano e nada se poderá fazer agora

41 pelas dezenas de milhares de mortos



A disputa entre a Rússia e o Japão pelas ilhas Curilas ameaça se converter em mais um

47 foco de tensão no continente asiático



O homem já não é mais o centro do mundo e passa a ser parte dele. Simpósio discute, no Rio de Janeiro, a nova identidade masculina 10

CAPA

23 A ilusão primeiro-mundista
26 O julgamento do rei

30 PANORAMA NACIONAL

AMÉRICA LATINA

32 Peru: Depois do Sendero, outros Senderos
35 A queda do "Presidente Gonzalo"
37 El Salvador: Uma utopia que deu certo

ÁFRICA

41 Somália: Ajuda chega tarde demais

ORIENTE MÉDIO

44 Líbano: Começa a reconstrução

ÁSIA

47 Rússia/Japão: Curilas, um vestígio da Guerra Fria

RELIGIÃO

50 Evangélicos assumem compromisso político
51 A união pela fé

ARMAMENTISMO

52 Chuva de urânio

54 PANORAMA INTERNACIONAL

PÁGINA ABERTA

59 Anos rebeldes

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

Diretor: Neiva Moreira
Diretor Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Cláudia Guimarães, Elías Fajardo
Consultores Especiais: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel (Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte).

REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto.

DEPTO. DE ARTE: Tell Vilhena (editor), Carlos Gomes (capa e projeto gráfico), Sílvia H. Pompeu, Zaney da Silva, Nazareno de Souza, João C. Monteiro. FOTOS: France Press, André Louzeiro, Marcus Sanches.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Alba Caldas, Sílvia Arruda, Mônica Pérez e Marcelo Knupp

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Kátia Prado

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes – Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 – Rio de Janeiro – Brasil
☎ (021) 252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Itália-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)

Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro
10/1º andar. Lisboa, 1.200 – Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
☎ (021) 242-1957/222-1370 – Redação
☎ 232-1759 / 232-3372 – Administração
☎ (021) 507-2203 – Publicidade e Marketing
Fax: 55 21 252-8455 – Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico – Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

cartas

Por um país melhor

Aqui na tão distante Tangará da Serra, no médio norte matogrossense, estamos tentando, como vocês, a construção de um país mais humano.

Nós, do Centro Acadêmico de Ensino Superior de Tangará da Serra (Cesut), sabemos ser a cultura a peça fundamental para tal proeza, pois acreditamos e trabalhamos confiantes em busca de um ideal e de uma vida mais digna.

Sandro Benedito Sguarezzi
Tangará da Serra – MT

Iraque: história trágica

Gostei muito da matéria sobre a Guerra do Golfo, publicada no nº 153. Está muito bem escrita, apesar de ser trágica.

Aproveito para enviar as provas do meu livro The Fire This Time, no qual conto toda a história (sobre a intervenção norte-americana na Guerra do Golfo) onde Bush se auto-investiu do papel de Deus, jogando com a vida de 250 mil pessoas. O livro deve entrar em circulação nos EUA em breve. Estou ansioso por ver a resposta do público. Será a primeira vez que o povo norte-americano terá oportunidade de conhecer a verdade sobre o assalto dos EUA ao Iraque, o bombardeio sistemático de todo o país e os mortíferos efeitos da destruição e as sanções sobre o povo iraquiano.

O livro do Gal. Scwarzhopf – pelo qual recebeu 5 milhões de dólares – será publicado na mesma época, assim como a biografia do Gal. Collin Powell e outros livros que aplaudem a guerra. O nosso livro será a única resposta ao que eles afirmam. Por isso, é tão importante sua boa divulgação. Oxalá possamos publicá-lo também em espanhol e português.

Ramsey Clark
New York – EUA

A revista na faculdade

Em oportunidade recente, tivemos condições de desenvolver um trabalho para a faculdade na qual estudamos, tendo como subsídios vários exemplares de cadernos do terceiro mundo.

Parabenizo a equipe editorial pela idoneidade dos artigos, os quais nos transmitem a visão dos setores mais progressistas do mundo moderno. É deveras gratificante saber que há entidades que ainda acreditam no ser humano

e em suas potencialidades, mesmo após a propalada queda do Leste europeu e seus regimes ditatoriais comunistas, regimes estes que serviam de exemplo para os menos avisados e informados que buscavam neles seu ponto de sustentação.

Resta-nos arregaçar as mangas e lutar para que a liberdade de cada um seja o pressuposto da liberdade de todos, pondo assim por terra o conceito neoliberal-burguês de que a liberdade de um acaba quando a do outro começa.

José Ricardo Baptista
Santo André – SP

Denúncia

Faço desta um alerta à população: nos meses de agosto e setembro, membros da TFP (Tradição, Família e Propriedade) fizeram um abaixo-assinado em alguns pontos da cidade de Santos (SP) contra a reforma agrária. Porém, eles não explicaram que esse abaixo-assinado era contra a reforma agrária. Muitas vezes, diziam que era a favor, e quem assinava não chegava a ler o documento.

Sou leitor desta revista há mais de três anos, e grande admirador, usando várias matérias em minhas aulas, pois sou professor de História.

Espero que, com a publicação deste alerta, seja desmascarada a TFP ou UDR ou seja lá o que for esta entidade que representa uma elite retrógrada, grande culpada do nosso subdesenvolvimento.

Zoel Garcia Siqueira
Guarujá – SP

Revista de respeito

Sendo assídua leitora e assinante de cadernos do terceiro mundo, quero parabenizá-los pelo brilhante trabalho que estão realizando, e o respeito que estão adquirindo nos meios de comunicação, um campo totalmente restrito.

Meu interesse vem sendo despertado nos assuntos referentes ao Mercosul, e gostaria de saber se há condições de solicitar à Editora um exemplar da revista Mercosul, nº 2, pois tenho procurado em bancas de jornais e livrarias e este número não está mais em circulação.

Denise de Fátima Barbosa
São Paulo – SP

Estamos enviando um exemplar de Mercosul nº 2 para o seu endereço.

Viva a TV brasileira

Excelente a reportagem "A TV Globo dos pobres" (nº 153), mostrando a viabilidade da democratização da televisão no Brasil e do seu acesso às pessoas menos favorecidas.

Gostaria de saber se as TVs Maxambomba e Rocinha, do Rio de Janeiro, também funcionam por meio de telões. Gostaria também de saber os endereços da TV Viva e da ABVP (Associação Brasileira de Vídeo Popular).

O povo brasileiro precisa de alternativas inteligentes e corajosas como estas para se libertar das garras das grandes redes de televisão, especialmente aquelas ligadas ao esquema ACM-Roberto Marinho.

Cleverson de Mello Sant'Anna
Timóteo - MG

A TV Rocinha transmite sua programação através de um canal de televisão num raio de alcance limitado, para a favela; a TV Maxambomba é transmitida através de telão. O endereço da TV Viva é rua São Bento, nº 344, Ribeira, Olinda, PE (CEP 53020-080). O endereço da ABVP é Rua Treze de Maio, nº 489, Bela Vista, SP (CEP 01327-000).

Ética e corrupção

O problema da corrupção é a falta de ética. Os valores morais estão sendo esquecidos. Há uma perigosa tendência à generalização: "Ah, todo mundo faz!". É preciso ter envergadura moral para usar a liberdade de dizer "não". Não ao erro, ao pecado e ao mal.

A corrupção alcançou o mais alto escalão da nossa República. O presidente Fernando Collor de Mello foi afastado do cargo através do processo de impeachment. A renúncia seria uma

manifestação de vontade, de amor à pátria e respeito às instituições, mas...

Deve-se dar um basta à impunidade. Cremos na solidez das instituições. O regime democrático prevê todas as saídas, dentro de um estado de direito no respeito à Constituição e às leis, para crises como esta. A crise não é institucional; trata-se do apodrecimento de pessoas e não de instituições. A Presidência, como instituição, está incólume. Portanto, que se preservem a normalidade democrática e o respeito às instituições.

Guilhermino Cunha
Rio de Janeiro - RJ

Contra as torturas

No dia 9 de outubro fez 2 anos que o cadete Márcio Lapoente foi assassinado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Durante um treinamento, ele passou mal e foi espancado pelo capitão De Pessoa, que dizia que o cadete estava fingindo.

Os assassinos foram a julgamento na 2ª Auditoria Militar em abril desse ano, onde foram absolvidos. Os pais do cadete recorreram ao Tribunal Superior Militar em Brasília.

Por isso, fizemos um protesto no dia 10, Pintando um Mural; no muro do Jockey Club do Rio de Janeiro, em frente à região administrativa, onde se faz o alistamento militar na Zona Sul, denunciando as torturas que ocorrem dentro dos quartéis.

Rodrigo, Guilherme e César
Organização da Juventude pela Liberdade
Rio de Janeiro - RJ

No artigo "Um novo jeito de ser brasileiro", nº 154, página 20, a foto de Eduardo Mascarenhas foi identificada erradamente como sendo a de Carlos Henrique Escobar.

INTERCÂMBIO

- **Azeli Maria da Silva**
Rua D. Pedro II, 208
Bairro Jaguaré
39440-000 - Janaciba - MG
- **Ana Clara de Assis**
R. Brás Cubas, 60
Vila Santana
18090 - Sorocaba - SP
- **Lisa Meza Balza**
R. José Yoshie Yamamoto, 14
Jd. Novo Osasco
06140 - Osasco - SP
- **Jaime Clementino de Araujo Jr.**
R. Celestino Martins da Costa
127
Catolé
58100 Campina Grande - PB
- **Maria Irisneide C de Araujo**
Q 18 CB Lote 4 - Promorar I
64000 Terezina - PI
- **Iran Alencar**
Rua do Catete 66/907
Catete
22220 - Rio de Janeiro - RJ
- **Martim C. De Moraes Júnior**
Rua Duque de Caxias s/nº
Três Passos
98600 - Brasil - RJ
- **Dino**
Cx Postal 1389
30160 - Belo Horizonte - MG
- **Luciano Seixas de Aguiar**
R. Joaquim Tomás de Aquino, 42
P. São Caetano
28100 - Campos - RJ
- **Gisele Moura**
Rua Bueno de Paiva, 200/801
Bairro Méier
20720 - RJ
- **José Carlos Santana**
UFV W 101 A, apto.433
36570 - Viçosa - MG
- **Adriana Botelho Campos**
R. Ouro Preto 1393, 32
Sto. Agostinho
30170 - Belo Horizonte - MG
- **W. Nogueira Silva**
Des. Gomes Parente, 1210
João XXIII
60520 - Fortaleza - CE
- **Marcela Meza Baeza**
Correo de Niebla
Valdivia
10ª Región
Chile
- **Orlando Ribeiro da Silva**
Itamarati Norte
Caixa Postal 89
78.300-000 - Tangará da Serra

ASSINATURAS: REPRESENTANTES DOS DIFERENTES ESTADOS

Aracaju 211-1912, Alagoas 241-5311, B. H. 271-3757, Belém 235-2446,
Brasília 226-2202, Ceará 281-4242, Cuiabá 321-3529 / 322-7442,
Curitiba 223-3290, Florianópolis 44-7683, Paraíba 322-7536,
Pernambuco 224-4486 / 224-1421, P. Alegre 27-1025, R. de Janeiro
252-7440 / 252-1742, São Paulo 573-8562 / 571-9871, Vitória 229-9247

Dívida externa: de olho no acordo

Mesmo com uma crise política sem precedentes na história, que atingiu o governo em cheio e teve graves reflexos sobre toda a nação, o país conseguiu fechar o acordo de renegociação da dívida externa com os bancos credores internacionais. O agravamento da crise, tão bem sintetizado pela língua inglesa – impeachment –, não diminuiu a confiança da comunidade financeira.

Durante a reunião anual entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, uma nota foi distribuída considerando que “o Brasil concluiu a etapa crucial que estabelece as bases para uma solução duradoura do problema da dívida externa.”

O diretor do FMI, Michel Candessus, elogiou o funcionamento do programa econômico brasileiro, reafirmando a intenção do fundo de enviar carta aos bancos credores com a aprovação da minuta do acordo, a chamada term sheet. E embora ainda esteja baixa, a cotação dos títulos da dívida (DFAs) mostra sinais de recuperação no mercado secundário internacional.

Notícias tão alvissareiras merecem ser lidas duas ou mais vezes. Afinal, a quem interessa o acordo brasileiro com os credores privados?



Marcos Arruda*

O acordo acertado pelo governo Collor com os credores privados em julho de 1992 consiste na oferta de sete mecanismos de conversão dos títulos da dívida externa pública de médio e longo prazos por novos títulos. Segundo o governo, essa dívida soma US\$ 62,4 bilhões.

O Brasil oferece aos banqueiros privados dois tipos de bônus com garantia e quatro outros que apresentam benefícios. Os dois primeiros são o bônus ao par, com prazo de 30 anos, pagamento total da amortização no fim deste prazo, taxas de juros fixas, começando em 4,5% ao ano no primeiro ano e escalonadas até 6% (do 7º ao 20º ano) e garantia de 100% do principal e 12 meses de juros; e o bônus de desconto, que propõe a conversão da dívida velha por 65% do valor de face dos títulos, prazo de 30 anos, liquidação do principal no fim do prazo, taxas de juros de mercado (Libor mais 13/16% ao ano), garantia de 100% do principal e de 12 meses de juros.

Ao contrário do que foi alardeado na época pelo presidente Collor em rede nacional de rádio e televisão, no seu conjunto este acordo não é inovador, nem supera o que já foi feito por outros países. O acordo se dá no interior do Plano Brady e repete a receita já negociada pelo México, em 1989, e depois Venezuela e Argentina, com os credores privados.

A realidade sócio-econômica e até geográfica de cada país é diferente, mas as receitas dos credores via FMI e Banco Mundial são idênticas para todos os devedores. Desconsidera-se a diversidade. Ignora-se a disparidade de estruturas produtivas e de necessidades sociais. A razão é que tais acordos são movidos pelos mesmos objetivos: ajustar as economias dos países devedores às prioridades, não desses países, mas dos próprios credores.

Esta é, na verdade, a definição mais fidedigna de "ajuste econômico" sob a égide do FMI e do Banco Mundial. Experimente o leitor viajar pela América Latina, ou mesmo pelo sul da Ásia, e verá com surpresa que os governos locais estão às voltas com as mesmas receitas vindas dos modelos cozinhados nos edifícios que abrigam aquelas duas instituições em Washington.

O discurso que qualifica a negociação como "digna e soberana" é só "para brasileiro ver". De fato, trata-se de um acordo com duas faces: a econômico-financeira, que implica conversões men-

cionadas, visando a tornar pagável uma dívida impagável da maneira que menos onere os banqueiros internacionais; e a político-econômica ("a face oculta do acordo"), onde são impostas ao Brasil condicionalidades em troca do acordo. No que se refere, portanto, à subordinação do governo Collor às linhas traçadas pelas agências multilaterais, tampouco há inovação em relação a outros países ou a governos anteriores.

No plano econômico-financeiro, os termos do acordo não são significativamente diferentes, e em alguns pontos são mesmo menos favoráveis que os de outros países. O único aspecto capaz de representar inovação

é que a garantia dos juros para os dois tipos de bônus poderá ser constituída, no caso brasileiro, em parcelas semestrais ao longo de dois anos. Isto porque os credores estão conscientes da incapacidade de o Brasil, ao contrário do México, assegurar recursos suficientes para aquele fim de fontes oficiais.

No entanto, metade do aporte estimado para garantias deverá ser retirada das reservas internacionais brasileiras, enquanto a outra metade virá de novos empréstimos junto às agências multilaterais (FMI, Banco Mundial e BID). O total será depositado numa destas agências, e só poderá ser movimentado pelos credores.

O acordo com os credores privados ajusta a economia brasileira às prioridades dos próprios credores

BÔNUS DE DESCONTO

	Brasil	Argentina	México	Venezuela
Bônus de desconto				
Juros/ano	35 L+0.8125%	35 L+0.8125%	35 L+0.8125%	30 L+0.8125%
Vencimento (anos)	30	30	30	30
Garantia (meses)	12	12	18	18
Adesão (US\$)	?	-	12 bilhões	12 bilhões
Bônus ao par				
Juros/ano	4% 1% até 6%	4% 1% até 6%	6.25% fixos	6.75% fixos
Vencimento (anos)	30	30	30	30
Garantia (meses)	12	21	18	18
Adesão US\$?	-	21 bilhões	5.7 bilhões
Bônus Dinheiro novo				
%Din.novo por US\$	20	-	25	20
Juros	L+0.8125%	-	L+0.8125%	L+1%
Vencimento (anos)	15	-	15	15
Carência (anos)	7	-	7	7
Adesão US\$?	-	500 milhões	400 milhões



*Michel Candessus,
diretor do FMI,
elogiou o
programa
econômico brasileiro*

Outros aspectos do acordo são também favoráveis aos credores e repetem a experiência de diversos países. Podem ser citadas as cláusulas sobre instrumentos de conversão da dívida, a emissão dos bônus da dívida e o pagamento de juros sobre os atrasados.

Todos os instrumentos de conversão poderão ser utilizados como moeda para privatizações. Isto significa que o Brasil não vai obter tantos recursos em divisas quanto prevê o governo. Ao contrário, o governo terá que gerar moeda nacional para resgatar os bônus em troca de ações das estatais que estiverem sendo privatizadas. E a privatização via conversão de títulos da dívida externa é, na grande maioria dos casos, uma desnacionalização.

Os bônus – Serão emitidos pela União e não pelo Banco Central. Esta é uma cláusula perversa, pois converte a dívida externa pública num problema eminentemente fiscal. Os recursos terão que ser arrecadados da sociedade, sem mais a intermediação institucional do Banco Central.

Outra concessão do Brasil refere-se ao pagamento dos juros sobre os atrasados de 1991 e 1992. O país vinha pagando apenas 30% dos juros “devidos”, por

causa da escassez de divisas (assim mesmo, nos anos de “moratória”, de 1989 e 1990, pagou juros de US\$ 9,6 bilhões e US\$ 8,9 bilhões, respectivamente).

Com o acordo, este percentual passa para 50%. O resto será atualizado e convertido em bônus com prazo de 12 anos, três de carência, amortização crescente e taxa de juros de mercado (Libor + 0,8125%).

O esquema brasileiro é inferior ao da Argentina, que negociou os atrasados com o principal e ficou obrigada a pagar só 5% dos juros vencidos, ou US\$ 400 milhões sobre os US\$ 8 bilhões acumulados desde 1988. O Brasil foi forçado a antecipar o pagamento de US\$ 2 bilhões já em 1991, que representaram 25% dos atrasados acumulados até o fim de 1990:

Redução do estoque da dívida – Se ignorarmos que o acordo legítima o montante atual da dívida

externa, sem que a auditoria prevista na Constituição tenha sido realizada, caso seja implementado – como previsto –, ele proporcionará uma redução do valor atual de parte da dívida externa pública com os bancos credores estrangeiros (algo como 50% com os bancos comerciais e 30% da dívida total).

No entanto, o cálculo de Collor a respeito do desconto de 35% sobre os US\$ 40 bilhões atuais pressupôs o improvável: que todos os credores optem pelos bônus de desconto. No caso mexicano, por exemplo, apenas 41% das opções foram neste sentido, ao passo que 49% foram pelos bônus ao par e 10% pelo bônus de dinheiro novo.

Assim, talvez a redução efetiva não passe de 15%, pois apenas uma parte do montante envolvido será objeto de redução do principal ou dos juros. Além disso, os bônus para redução terão que ser garantidos por bônus do Tesouro

norte-americano. Para obtê-los, o governo terá que contrair novos empréstimos externos e imobilizar mais de 8% das atuais reservas internacionais do país.

O Brasil está ignorando também o valor de mercado dos seus títulos, que é hoje inferior a 35% do valor de face. Portanto, oferecer um desconto de 35%, no momento em que o desconto de mercado é de mais de 65%, é mais um presente para os credores.

Taxas de juros fixas – O aumento da parcela da dívida ligada a taxas de juros fixas pode reduzir a vulnerabilidade do setor público e do balanço de pagamentos a eventuais escaladas das taxas de juros internacionais. Note-se, porém, que os bônus que contêm esta cláusula começam com taxas de 4,5% e vão até taxas de 6% a 8%, ao passo que a Libor média (taxa de juros à qual estão ligados cerca de 80% da dívida sujeita a taxas flexíveis) foi de 5,9875% em 1991 e de 4,3% nos seis primeiros meses de 1992. Seria, portanto, indispensável negociar taxas de juros fixos dos novos bônus que fossem realmente baixas, de modo a não arriscar que as taxas negociadas resultem superiores às chamadas “de mercado”, o que anularia a vantagem que os novos bônus pretendem representar.

*Fernando Collor
ofereceu aos
credores sete
mecanismos de
conversão da dívida*



Oferta de capital – O governo e os próprios credores concebem como positivos para a economia brasileira os efeitos da oferta de capital estrangeiro. Do ponto de vista da nação brasileira, este seria um real benefício se o governo tivesse uma política de investimentos clara e definida de acordo com reais prioridades para a economia nacional.

No contexto de uma economia altamente instável e vulnerável, na qual se está aplicando uma política de "ajuste estrutural" desenhada no exterior, segundo prioridades que não são efetivamente as da nação brasileira, a entrada irrestrita e não-regulada de capital estrangeiro tende a ser um fator que agudizará o sucateamento da indústria nacional e a desnacionalização da economia, e aumentará ainda mais a inserção subordinada do Brasil numa economia global crescentemente concentrada.

Além disso, o aumento da disponibilidade do capital estrangeiro começou de fato em 1991, em consequência da forte expansão da liquidez internacional e da queda das taxas de juros nos mercados dos Estados Unidos e dos eurodólares.

Os verdadeiros condicionantes daquela disponibilidade seriam, por um lado, o sucesso das medidas de estabilização e a retomada do crescimento; por outro, a continuação da política de juros internos superiores aos internacionais, a redução ou eliminação das barreiras à remessa de lucros, a efetivação das privatizações via conversão da dívida externa e outras benesses que têm encorajado os empresários internacionais a dizer que "se sentem em casa" e, até, sem hesitação, a propor que o termo "capital estrangeiro" fique fora da Constituição.

Fluxo de caixa – O argumento de que o acordo trará um alívio direto ao fluxo de caixa do setor público é falso. Na verdade, ocorrerá o contrário, pois o

*Neste momento,
o país inteiro
teme as possíveis
consequências
do fantasma de
uma nova ciranda
financeira e do
aumento
galopante da
inflação*



acordo implicará aumento de despesas com juros. Segundo estimativas, na situação atual de moratória parcial, o Brasil desembolsa anualmente US\$ 700 milhões para as dívidas atingidas pelo acordo. Quando estiver vigente o acordo, a despesa passará para US\$ 2,1 bilhões no primeiro ano, mais US\$ 500 milhões de atrasados de 1992, além de US\$ 500 milhões ao ano sobre os bônus negociados em 1991.

Não se pode esquecer que à carga de pagamentos que o acordo acarretará serão acrescidos pagamentos decorrentes da onerosa negociação com o Clube de Paris. Todo este peso incidirá sobre o

déficit público. A tendência é dificultar ainda mais o já difícil cumprimento das metas acordadas pelo governo Collor com o FMI.

Deve-se acrescentar ainda a carga de juros da dívida interna, que vem crescendo persistentemente desde fevereiro de 1991. O governo federal terá que buscar mais recursos do que antes para arcar com os ônus dos acordos recentes, inclusive este, com os credores privados.

Há necessidade de divisas para pagar os encargos acertados e para montar as garantias de dois dos novos bônus: novo esforço exportador, busca de maiores saldos comerciais mediante compressão da economia interna, reservas internacionais e novos empréstimos. Todos estes são fatores negativos para a economia nacional, no quadro de recessão, instabilidade e crise que ela está vivendo há tanto tempo.

Ademais, o governo precisa de recursos em moeda nacional, para converter as divisas que entram na economia: emissões, lançamentos de títulos e bônus federais, aumento dos impostos visando a elevar a arrecadação. No contexto atual, os dois primeiros são fatores inflacionários, que tendem a manter alto o nível da inflação, a aumentar a dívida pública interna e a inviabilizar as metas que o

governo Collor acertou com o FMI. Será ressuscitar o fantasma da "ciranda financeira".

O aumento de arrecadação através da reforma fiscal poderia ser benéfico se a margem de novos recursos fosse canalizada não para viabilizar pagamentos externos, mas para estimular o crescimento da economia interna no contexto de um projeto de desenvolvimento auto-sustentado e democrático. Este projeto, contudo, não existe.

O balanço do acordo, do ponto de vista econômico-financeiro, é, portanto, que ele beneficiará mais os credores que a economia e a sociedade brasileira.



Cabe à sociedade e ao Congresso Nacional reverter a política econômica atual

Há de se mencionar que, embutido num acordo, cuja essência é converter bônus velhos e impagáveis por outros novos e pagáveis, estão parcelas da dívida que têm uma natureza claramente ilegal, inconstitucional e até, em linguagem clássica, "odiosa" (que sobreonera o devedor a ponto de tirar-lhe o próprio sustento vital). Se o Brasil operar essas conversões, estará efetivamente legitimando essas parcelas questionáveis da dívida externa.

O coordenador da Comissão da Dívida Externa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), João Luiz Pinaud, lembra que, por não conhecê-las na sua essência, nem o Senado tem condições legítimas de aprovar o acordo, nem o próprio governo de propô-lo e negociá-lo.

A face oculta - O lado político é a face oculta do acordo, uma vez que não foi discutida pelos meios de comunicação nem avaliada em público, muito menos sob a ótica do interesse nacional.

Todo acordo que se dá no contexto do Plano Brady envolve condicionalidades ligadas à estratégia de "ajuste estrutural" em que os credores pretendem enquadrar as economias dos países de-

vedores. A política de ajuste estrutural é definida por instituições estrangeiras e desloca o centro de formulação, e mesmo de decisões, para fora do país. A aceitação da mesma pelos governos dos países devedores

representa, conforme o caso, um grau menor ou maior de renúncia da soberania nacional e do direito de cada povo determinar suas próprias prioridades. Concretamente, o governo Collor optou por conformar-se com as prioridades e políticas dos credores, cujos porta-vozes são o FMI e o Banco Mundial.

Agora, com a instalação de um novo governo, cabe à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional revidar estas políticas, com propostas que possam repor o Brasil no rumo de um desenvolvimento auto-sustentado e democrático. É urgente que as entidades da sociedade atuem junto ao Congresso para modificar os termos do acordo, subordinando-o à auditoria da dívida externa pública que a Constituição exige e que continua a ficar fora da agenda. ■

*Economista, diretor do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e professor do Iesae/Fundação Getúlio Vargas

É urgente que a sociedade civil atue junto ao Congresso para modificar os termos do acordo da dívida externa

PESQUISAR AGORA É FÁCIL

Você já pode contar com os serviços do Centro de Documentação da Editora Terceiro Mundo para enriquecer sua pesquisa.

Disponemos de um acervo valioso sobre as grandes questões dos países em desenvolvimento e também sobre ecologia.

Consulte-nos!

Tels.: (021) 252-1742 / 232-3372



A honestidade dos garis

Eles acharam milhares de dólares na Rio-92 e devolveram aos donos. Seis meses depois, não se arrependem, mas continuam pobres e enfrentando a pressão de vizinhos e familiares

Paulo Martins

Durante a Rio-92, os três garis da Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb) foram notícia no Brasil e no exterior. Cinco meses depois, continuam pobres e em paz consigo mesmos, mas enfrentam diariamente brincadeiras irônicas de vizinhos e reclamações da família.

Incumbidos de fazer a limpeza do plenário do Rio-centro, na Zona Sul do Rio, onde ocorreu a conferência oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), os trabalhadores Jailson Fernandes Lírio, de 33 anos, Ivanilson José dos Santos, de 25 anos, e Luiz Leitão, de 49 anos, encontraram dinheiro, jóias e cheques de viagem perdidos, tendo devolvido tudo aos donos.

Com isso, eles não só retiraram o lixo como também removeram em parte a imagem negativa do Brasil, considerado em alguns países como um paraíso de violência e desonestidade. Casado e pai de um filho, Jailson encontrou uma carteira com US\$ 30 mil, quantia 100 vezes maior do que seu salário, que é de Cr\$ 1,2 milhão. Já seu colega Luiz, pai de cinco filhos e com um salário de Cr\$ 1,4 milhão, devolveu uma pulseira de ouro cravejada de brilhantes. O terceiro gari, Ivanilson, também casado e pai de dois filhos, achou no chão uma carteira contendo cheques de viagem no valor de Cr\$ 10 milhões, o que representa um ano de trabalho com o seu salário de Cr\$ 1,1 milhão.

O prefeito Marcello Alencar deu a

eles cinco referências salariais, ou seja, algo em torno de 19% de aumento em seus vencimentos. Além disso, foram condecorados com uma placa de prata como cidadãos do Rio. Os vereadores do município também prestaram suas homenagens e entregaram a medalha Tiradentes aos garis.

Diante das críticas de alguns cole-

tou pagando um preço muito alto pela minha honestidade. Tem hora que chego até a pensar em abandonar essa honestidade de devolver o que encontro. Isso só por causa das cobranças que me fazem”, desabafa Ivanilson.

Conhecido hoje pelo apelido de “homem de US\$ 6 milhões”, Jailson disse que também é bastante provocado por seus colegas. “O pessoal aqui me chama de bobo e otário, por eu ter entregue os dólares. Fiz e faço novamente. É uma questão de formação, da educação que recebi dos meus pais. Eu gostaria até de desmentir algumas publicações que disseram que o meu gesto de devolver o dinheiro foi para contestar o momento político em Brasília. Não, não foi, mas acho que os políticos deveriam ser mais honestos diante da sua consciência”, diz Jailson.

Luiz Leitão, que trabalha há 25 anos na Comlurb, conta que não se arrepende de ter devolvido a pulseira e uma caixa cheia de fitas de vídeo. “Nosso conceito lá fora é muito ruim e precisamos mostrar que somos honestos. Esse princípio é seguido lá em casa. A minha mulher encontrou dentro da roupa da patroa um anel de diamante que era dado como perdido. Ao devolvê-lo para sua patroa, ela ganhou quase todo o material de construção com que fiz nossa casa. Como o colega aqui, eu também sou xingado, mas eu não estou nem aí”, diz Luiz, ao mesmo tempo em que se vangloria dizendo que os três garis saíram do lixo para o luxo da história.



Ivanilson José dos Santos, Luiz Leitão e Jailson Fernandes Lírio

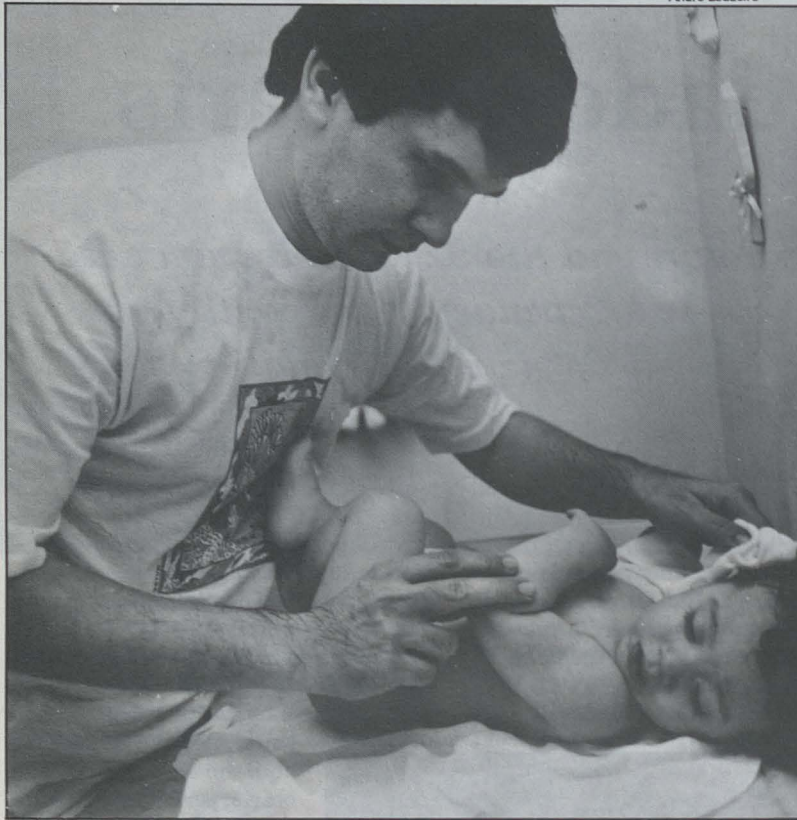
gas que os recriam por terem devolvido os objetos encontrados, os três têm uma resposta pronta: “É melhor ter a consciência tranquila e ser notícia na imprensa por um ato certo do que por furto.”

Ivanilson – que teve sua casa destruída num incêndio logo depois de devolver os cheques de viagem que achou – está ouvindo até hoje a condenação de sua mulher, Ana Lúcia.

“A minha esposa zoa pra caramba nos meus ouvidos. Ela se sente mal em morar num quarto no morro. E quando a situação fica preta – no meio do mês mais ou menos, quando o salário acaba –, aí é que ela fica indignada. Olha, es-

Marcus Sanches

André Louzeiro



O homem já não é mais o centro do mundo e passa a ser parte dele, modificando sua atitude em relação à paternidade e ao relacionamento afetivo

Em busca da identidade masculina

Eva Spitz

A batidos pela consciência de sua pequenez diante de um mundo que durante milênios julgou dominar, os homens dão os primeiros passos para a busca de uma nova identidade. E concluem, entre outras coisas, que não suportam mais tanto poder feminino. Mas o primeiro simpósio sobre "Identidade Masculina" promovido na PUC do Rio de Janeiro, em setembro deste ano, deixou bastante claro: não se pode falar de homens sem falar de mulheres. A maioria deles, entretanto, ainda acompanha de longe o desenrolar das discussões. Os que ousaram participar da semana de debates sobre essa delicada questão ainda são minoria.

As mulheres, atentas a esse primeiro balbuciar masculino, compareceram em massa ao encontro. Em uma proporção de 70% de mulheres para 30% de homens, discutiu-se durante uma se-

mana algumas das principais questões levantadas pelos conferencistas homens e mulheres. Tanto interesse feminino procede. O alarmante desinteresse masculino pelo acasalamento tradicional e pelo próprio gênero feminino já são suficientes para acender o debate.

O desalento e o desânimo parece que vêm tomando conta dos homens, segundo atestou o dramaturgo e roteirista de cinema e televisão, Alcione Araújo, em sua palestra sobre "O poder das mulheres". Ele acredita, com base em experiência própria e nas confissões de vários amigos, que os homens solteiros não estão mais interessados em investir em novos relacionamentos amorosos, porque está difícil conviver com a atual mulher dominadora, controladora e manipuladora. A sua opinião foi endossada pela minoria masculina presente.

Dionisios, Apolos, Hermes, Zeus, Hefestos e outros tantos deuses da mitologia grega que ajudaram a construir

simbolicamente o patriarcado no Ocidente estão ameaçados de perder a hegemonia como modelos masculinos.

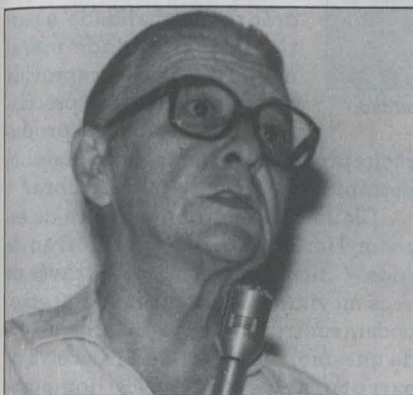
Sem a compulsão antiga de buscar o casamento quantas vezes fossem necessárias para não ficarem sós, os homens começam a incorporar a famosa "falta" propalada pelo psicanalista francês Jacques Lacan, que se resume, segundo ele, em "colocar alguma coisa no lugar de coisa alguma". Lacan observou que as mulheres, por portarem a castração, pela falta do pênis, dispõem do gozo de várias maneiras. O seu gozo múltiplo, diferenciado do gozo fálico (tipicamente masculino) lhes torna a vida mais agradável e menos obsessiva.

Os machos da espécie humana também estão descobrindo o ovo de Colombo. Estão percebendo a dor e as delícias de ocupar o lugar do feminino, em um mundo em que o masculino não é mais o único, nem fundamental. Assim, instaura-se a problemática e a saudável tentativa de compreender essa nova or-

Fotos: Renata Braga



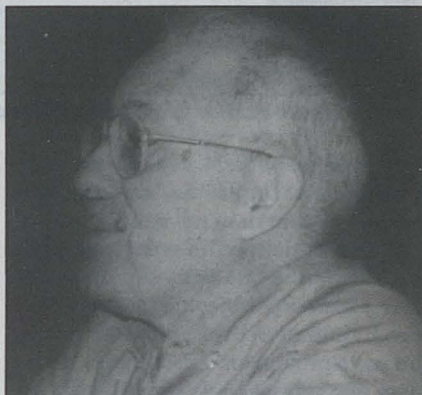
Halyna Grynberg



Junito Brandão



Sócrates Nolasco



Salviano Santiago

quiza que realizou em seu curso de doutorado em Antropologia Urbana na UFRJ sobre a "outra", essa incômoda entidade mantida por muitos maridos paralelamente a seus casamentos. Depois de abordar o discurso das amantes e de vários maridos sobre a experiência triangular, ela conclui que essa vivência certamente vai ser desmontada com o tempo. Pois "se para os homens ter amantes sempre foi um símbolo de *status* e de poder, hoje, com a emancipação feminina, todos os papéis, inclusive o da 'outra' se redefinem", disse ela. "A liberação sexual da mulher e o fim dos casamentos sem amor provocaram uma completa reformulação nas relações amorosas." O momento, segundo a antropóloga, é de "busca de um maior equilíbrio entre companheirismo, amizade e prazer sexual". Ela conclui citando uma observação de um amigo que lhe disse: "Quero que a minha esposa seja a minha outra."

Abordagem psicanalítica – Mas como reconheceu uma das organizadoras do encontro, a psicanalista Halina Grynberg, o mundo masculino vem sendo limitado e invadido pela palavra feminina. Em seu trabalho "O que elas dizem deles", ela analisa o percurso do homem, marcado pela presença onipotente da mãe e por uma passividade perante o desejo materno, do qual paradoxalmente buscará desembaraçar-se o resto de sua vida.

Segundo ela, a "representação da castração no corpo feminino será para sempre, para o homem, objeto de ambivalência, mistura de atração e repúdio. Evitar o contato com a própria falta é algo que todo homem fará pela vida afora".

O que dizem os próprios homens conferencistas do seminário?

Para os participantes estrangeiros (dois grupos vieram do Canadá e da França e um terceiro da Argentina) a questão fundamental é a reformulação do papel do pai, o resgate do afeto entre o pai e os filhos em lugar da conhecida ausência paterna, que tão corrosiva tem sido na formação de seres humanos. Constatou-se que um pequeno número de homens se preocupa em trabalhar o afeto como condição de intimidade. Chegou-se a um tempo em que a atribuição apenas da mulher de formar um vínculo afetivo com os filhos não se mostrou suficiente. O pai não pode ser

mais encarado como uma metáfora mas deve ter participação decisiva na criação e na educação.

Halina acha que a mulher deve internalizar a figura paterna, pois, do contrário, ela pode se tornar uma mãe "tiranicamente onipotente, destruidora, invasiva, mortífera". E conclui: "Somente seu amor ao homem, a aceitação de sua semelhança e desejo em relação ao homem/pai é que fará a mulher um ser genuinamente suave, terno, parcial e amoroso."

"É nessa construção afetiva que a ausência do pai se marca", observa o principal organizador do encontro, o psicanalista Sócrates Nolasco. Nolasco, 35 anos, vem trabalhando na temática masculina em profundidade – até o fim do ano lança um livro sobre o assunto – e acredita que a necessidade de reconhecimento do afeto não é relativa a esse ou àquele gênero (masculino ou feminino). A grande questão masculina, diz ele, são os homens abdicarem de serem peças fundamentais para a manutenção do sistema econômico, seja através da livre iniciativa que gera compe-

dem. Por exemplo, o que significa ser homem e ser feminino ao mesmo tempo; ser homem e não ser machista; ser homem e assumir a sua homossexualidade; frequentar o feminino e gostar de mulheres; dormir de chuteira e passar roupa a ferro, levar criança para passear, dar banho e trocar fraldas do bebê, cozinhar, levar bronca de filho, tudo "numa boa" e ainda se "emperiquitar" com os badulaques da moda.

A vez da 'outra' – Com tantas novidades no universo masculino detonadas pelas transformações políticas e sociais dos anos 60, há ainda um aspecto da masculinidade que desperta no mínimo curiosidade na platéia feminina: a compulsiva necessidade masculina em manter um arsenal de "outras" que concorrem abertamente com as mulheres oficiais, todas cheias de amor para dar. Sem falar na sintomática necessidade de trocar a mulher velha por uma novinha em folha, no melhor estilo Woodie Allen.

A antropóloga Mirian Goldenberg participou do seminário com uma pes-



André Louzeiro

O homem passa a dividir tarefas domésticas com as mulheres, entre elas as compras no supermercado

tição e agressividade, seja da moral revolucionária. A questão, acredita, tem mais a ver com uma nova concepção de casamento, de família e de poder. Nolasco desconfia que a chave para se realizar algum aperfeiçoamento nas relações humanas estará na construção de um novo projeto em que a figura do homem não precise mais ser superdimensionada nem impelida a assumir uma postura de super-homem. "Espero que a humanidade consiga suportar a ansiedade de ter que conviver com o banal. Homens e mulheres vivendo uma vida banal, sem expectativa de grandes performances."

Por enquanto, o homem deixou apenas de ser o príncipe encantado; a idealização levou à desilusão. Como diz o verso do compositor/cantor Luis Melodia: "No dia seguinte, o seguinte falhou". É assim que eles se sentem. É assim que elas o vêem, atestou Halina. "No esforço equivocado de libertar-se das amarras e sintomas de uma sociedade estruturada sintomaticamente como machista, a mulher acabou se deparando com a fragilidade do homem, com seus medos, indefinições e hesitações — um homem constrangido e inibido por um poder feminino", sustenta.

Com tudo isso, já são evidentes os sinais de que os homens já estão sendo absorvidos no turbilhão das transformações que invadem este fim de milênio, como observou o professor de literatura e escritor Salviano Santiago, na sua conferência sobre estética masculina. Em artigo sobre o assunto, Santiago

reconhece que, embora o homem passe por uma séria crise de identidade, já não mais confunde a sua própria crise com a da História e a da Humanidade. "O novo lugar que ocupa, aparentemente secundário, medíocre e desvantajoso, retira-o da condição de único provedor e, por isso mesmo, único mártir, e leva-o a dialogar com as forças plurais que o cercam e o questionam, conduzindo-o a uma atitude que, longe de negar a sua busca de identidade, procura construí-la sem desprezar as identidades de outros grupos em nome dos quais egoística e autoritariamente falava."

O antigo homem que ocupava o centro do poder perde a pose. O psicanalista Horus Vital Brazil procurou rastrear em sua palestra os traços que contribuíram para a necessidade de uma revisão completa da conduta masculina que tem levado o macho da espécie a um questionamento visceral de sua postura no mundo. Segundo Horus, está tudo ligado a uma doentia paixão pelo poder. "A paixão pelo poder invoca o sadismo e a pulsão de morte, que, associada a uma fixação imaginária, reivindica a total liberdade de uso do corpo e abuso de poder que nega quaisquer manifestações por parte do outro." O psicanalista concluiu que "todo o poder é perverso e o fenômeno do sadismo é exemplar do que está na base de toda violência na cultura".

Já a homossexualidade — que causou muito interesse no simpósio —, embora hoje seja praticada por um número

cada vez maior de homens e mulheres, ainda escapa à compreensão da maioria das pessoas. Ou como disse Claudio Mesquita na sua palestra, no seminário: "Médicos, legisladores e policiais têm se empenhado em determinar causas genéticas, psicológicas ou sociais que levariam a uma personalidade homossexual. Partindo de premissas ideologicamente fundadas na lógica capitalista de mercado e de lucro, estruturou-se o padrão de 'normalidade' a partir da sexualidade meramente biológica, desprovida de desejos, genital e procriativa, necessária à produção/reprodução da mercadoria mais importante do sistema: a mão-de-obra."

Claudio Mesquita — parceiro do escritor Herbert Daniel, que morreu de Aids — afirmou que os gays, através de seus movimentos nos últimos 100 anos, podem contribuir para o esclarecimento da questão, "nesta tarefa árdua e vã de estruturar-se uma *facies* homossexual". A rigor, ele acredita que os homossexuais se encaixam em um terceiro sexo, nem masculino nem feminino, que possui uma identidade social definida a partir da sua prática sexual. E várias outras questões ligadas à homossexualidade foram abordadas, inclusive, é claro, a grande "incógnita da nossa história", a Aids.

A principal questão homossexual, no entanto, tem mais a ver com a aceitação do outro como diferente. Conviver com a diferença é, com certeza, o grande desafio para o fim do milênio. Contra toda a tendência de homogeneização e fascistização do mundo.

E os novos papéis masculinos, especialmente no que diz respeito à atuação dentro da família no exercício diário do afeto, são fundamentais para que os horizontes se alarguem. Mas a viagem apenas começou, lembra Sócrates Nolasco, para quem o homem ainda tem uma longa estrada pela frente: "Somos tão alienados em relação à nossa condição afetiva que vivemos situações do cotidiano que não conseguimos destrinchar. É preciso mais cumplicidade entre homens e mulheres para que essa transformação se opere."

À imagem e semelhança dos deuses

O homem olímpico, com *status* de deus, vai ficando para trás. Sem a necessidade de promover grandes conquistas, amordaçado, em sua voracidade de obter cada vez mais, pelas próprias limitações que a vida impõe, ele se distancia também de seus grandes ícones do passado, forjados no berço da civilização ocidental. Mas nem tanto.

Oito séculos depois, os sete grandes deuses do Olimpo continuam servindo de paradigmas para a conduta masculina, seja do ponto de vista social, político ou psicológico. O professor e especialista em mitologia grega Junito Brandão revelou à platéia do simpósio que a maioria dos arquétipos (do grego *arkhétupon*, que significa modelo exemplar) projetados pela mitologia lhes servem de parâmetro até hoje. E neles se encaixam muita gente boa da história antiga ou contemporânea, como Henrique VIII, Luiz XIV, Napoleão e Getúlio Vargas. Esses quatro foram identificados pelo professor Brandão como pertencentes à categoria dos acometidos de complexo de Zeus.

São homens que revelam tendência a monopolizar a autoridade e destruir nos outros toda e qualquer manifestação de iniciativa e capacidade. O homem-Zeus, segundo Junito Brandão, ao mesmo tempo que quer possuir a vontade e o arbítrio, sujeito que é a explosões coléricas, mostra-se hábil em fazer alianças, é galanteador e amante contumaz.

Alto, bonito, majestoso e altivo, Apolo conseguiu harmonizar um temperamento intratável e violento com a busca de espiritualidade e de uma consciência depurada. Ele é movido por metas a alcançar, e não costuma encontrar segurança em relações amorosas. O professor Brandão co-

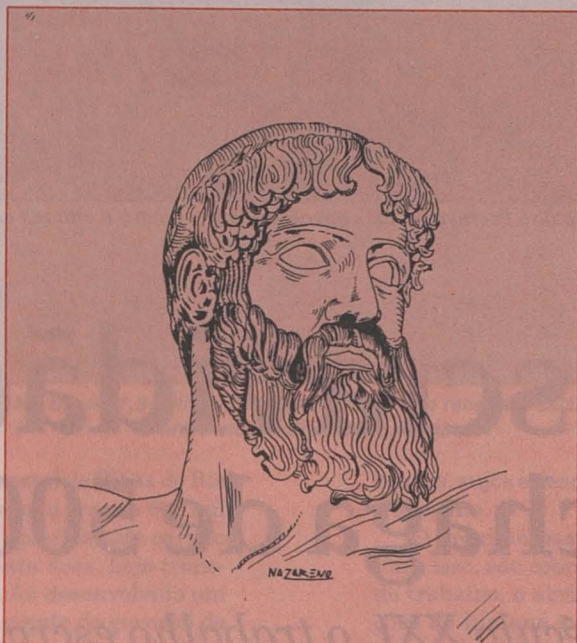
locou nessa categoria de homem-Apolo os presidentes George Bush e Juscelino Kubitschek, "aqueles que sempre agiram a distância".

O dinâmico, libertário, desreprimido, místico e amante entusiasta Dionísio foi localizado nas personalidades do escritor André Gide, do poeta Fernando Pessoa e do escritor Affonso Romano de Sant'Anna. Por outro lado, Hermes, o deus agrário e andarilho de grande capacidade de comunicação, que, por ter roubado o rebanho de Apolo se converteu em símbolo da astúcia, foi identificado com Marco Polo e Tancredo Neves.

Em sua análise, o professor Brandão ainda relaciona outros tipos como o homem-Poseidon, de emotividade por vezes destrutiva e instável e excesso de auto-estima. Beethoven e Rubem Braga teriam sido deste tipo. Poseidon era independente e dono de personalidade forte; jamais se submeteu à autoridade de Zeus. Leal, mas, quando provocado, transforma-se em inimigo mortal.

O homem-Hefesto (Carlos Drummond de Andrade, Michelangelo,

James Joyce e Aleijadinho) tem outra configuração: é o deus coxo, mutilado, atraído só por mulheres de grande beleza como Afrodite e Aglaia, como se buscasse a complementaridade. Filho rejeitado e ridicularizado por seus pares, procura uma saída na arte e na criatividade. Por fim, Junito Brandão aponta o homem-Áries, de estatura gigantesca e de físico perfeito, amante preferido de Afrodite. Ele é antípoda do espírito apolíneo. O que tem de músculos lhe falta em flexão e prudência. Nele foram sumariamente enquadrados Robert Kennedy e o jornalista João Saldanha.





As denúncias mais graves de trabalho escravo no país envolvem entre quatro e oito mil carvoeiros do Mato Grosso do Sul

Escravidão, uma chaga de 500 anos

Às portas do século XXI, o trabalho escravo, introduzido pelo invasor europeu, permanece como prática habitual no interior do Brasil

Maria Helena Guimarães Pereira

No decorrer deste segundo semestre, várias manifestações marcarão os 500 anos do “descobrimto” da América, na visão dos povos conquistadores, ou da “invasão” do nosso continente, na visão dos povos conquistados. Se há divergências sobre este ponto de vista, não há como contestar, porém, que 500 anos se passaram sem que chagas como o trabalho escravo, introduzidas aqui pelos colonizadores, deixassem de ser uma prática habitual no interior do Brasil.

Investigações feitas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados sobre violência no campo comprovaram, em abril deste ano, que 5,2 milhões de lavradores ganham menos de um salário mínimo, e 1,3 milhão não recebem qualquer salário. Incluem-se nestes números homens, mulheres, crianças e índios.

A Anti-Slavery International, instituição inglesa criada há 150 anos com o objetivo de lutar contra todas as formas de escravidão no mundo, denunciou em Londres que, em 1991, foram encontradas 27 empresas – a

maioria sediada no Pará e em Mato Grosso — que sobreviviam do trabalho forçado de 4.883 pessoas. Esse número representa o dobro do registrado em 1990.

No dia 5 de fevereiro, o padre Ricardo Rezendes, pároco de Rio Maria (sul do Pará), declarou na Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, que desde 1980 constatou-se a utilização de trabalho escravo em 32 grandes propriedades daquela região, envolvendo 3.144 pessoas, inclusive crianças, das quais 53 foram assassinadas.

Durante este ano, chegaram ao Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia, denúncias sobre a utilização de mão-de-obra escrava em vários municípios do Pará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

O caso mais grave envolve entre quatro e oito mil carvoeiros, que trabalham 12 horas por dia em troca de comida, no Maciço Florestal de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas, numa área de 600 mil hectares do Mato Grosso do Sul, produzindo carvão para as siderúrgicas mineiras. Nesta área, hoje transformada em campo de escravidão, foi desenvolvido um dos maiores projetos de reflorestamento do governo do general Emílio Garrastazu Médici, que representou para o Brasil um custo de US\$ 175 milhões em incentivos fiscais.

A prática da escravidão no campo tornou-se rotina a partir de 1964, quando os sucessivos governos militares aplicaram, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), volumosos recursos na região Centro-Oeste e na Amazônia. Essas quantias de dinheiro, somadas aos incentivos fiscais, atraíram para o campo grandes grupos empresariais de capital financeiro e industrial, agravando o já sério problema da concentração de terras. Formaram-se latifúndios de até 150 mil hectares.

Entre os novos donos da terra estavam o Bradesco, o grupo Atlântica-Boavista, o Bamerindus, o Econômico e a Volkswagen. O volume de recursos dependia do tamanho do imóvel: quanto mais terra, mais dinheiro.



No Brasil, 1,3 milhão de trabalhadores não recebem salário, entre eles mulheres e crianças

Assim, o governo financiava o latifúndio e, conseqüentemente, a exploração dos trabalhadores rurais.

O começo sem fim — Em geral, o trabalhador é reduzido à condição de escravo na sua forma mais aguda, com a mercantilização do trabalho braçal. Atraído por falsas propostas de boa remuneração feitas pelo “gato” — o empreiteiro de mão-de-obra —, o lavrador deixa a família, a maioria das vezes indo para outro estado, na esperança de um futuro que o livre da miséria.

As despesas com passagem e alimentação são pagas pelo “gato” que, ao final da viagem, o entrega a um fazendeiro. Está dado o primeiro golpe: antes mesmo de começar a trabalhar, o peão já tem uma dívida com o “gato”, não importa que tenha viajado milhares de quilômetros em velhos ônibus, que-

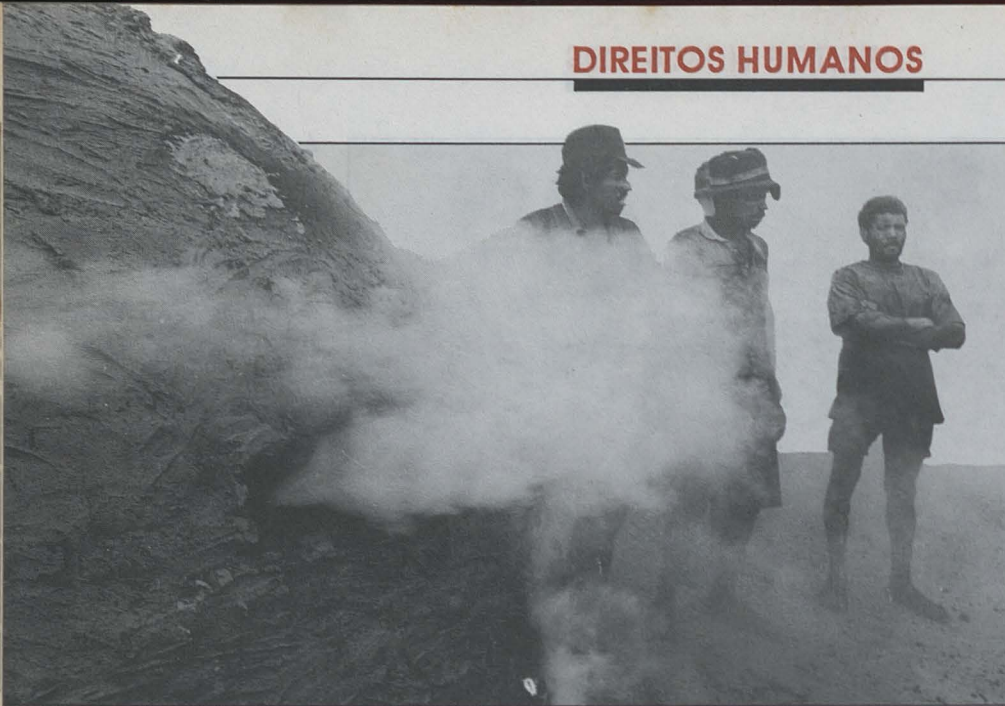
brados, sujos e desconfortáveis, e sobrevivido a pão e refrigerante.

O próximo passo é tornar esta dívida impagável. Para isso, são cobrados do trabalhador as ferramentas do trabalho, o abrigo em galpões imundos e em condições de higiene subumanas, além dos mantimentos comprados a preços exorbitantes nos armazéns que funcionam dentro das fazendas. É o chamado “sistema barracão”, pelo qual a dívida se transforma em um instrumento eficaz, no sentido de reduzir os trabalhadores à situação de escravos.

Para impedir qualquer reação, são vigiados dia e noite por pistoleiros fortemente armados, que os espancam e até torturam quando reclamam ou quando a produção é considerada insuficiente. Os que tentam fugir em geral são recapturados e assassinados. Poucos conseguem escapar para denunciar a escravidão.

A utilização de mão-de-obra escrava é muito comum em usinas de destilarias do Mato Grosso do Sul. Um dos casos mais flagrantes é o da Destilaria Cachoeira, no município de Rio Brillhante, denunciada desde 1990.

Em fevereiro do ano passado, o Grupo Pessoa de Queiroz, sediado em Maceió e proprietário de três des-



Eles trabalham 12 horas por dia em troca de comida produzindo carvão

tilarias em Alagoas, Pernambuco e Sergipe, comprou a Cachoeira. Na ocasião, foram empregados 120 índios da aldeia de Taunay, no município de Aquidauana, e mais de 100 trabalhadores levados, de Alagoas e de Minas Gerais, para o corte de 3.500 toneladas de cana-de-açúcar, com a promessa de ganharem Cr\$ 35 mil por semana.

Três meses depois, 20 peões foram à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e à Secretaria do Bem-Estar Social de Campo Grande para denunciar a existência de 400 escravos na destilaria. No primeiro pagamento, os trabalhadores foram surpreendidos com uma diária de apenas Cr\$ 200 e descontos de até Cr\$ 15 mil por quinzena, pela comida (arroz e farinha apenas), uso do alojamento e de velhos colchões para dormir. A refeição – uma por dia – era servida em latões de 200 litros, nunca lavados, conta o peão José Rodrigues da Silva, de 38 anos. Quem reclamasse, apanhava.

“A gente veio para cá com a promessa de um salário bom, livre de despesas e ainda com direito de visitar a família a cada 15 dias, com tudo pago. Quando chegamos, a carteira de trabalho foi assinada sem anotação do salário. Aí, passamos a desconfiar”, diz Vilmar Ferreira Coutinho, 22 anos. Valdomiro Pereira da Silva, 33 anos, emenda: “Depois de 15 dias, suspenderam a comida, dizendo que a gente devia dinheiro a eles. Sobrevivemos chupando cana-de-açúcar. O jeito foi fugir.”

O gerente da Cachoeira, Marco Antônio Lins, não só confirmou o corte da comida como afirmou que os peões não mereciam nem marmitta. O peão José

Rodrigues da Cruz reclamou e foi espancado pela “guarda interna” da usina, que ostensivamente exibe armas numa forma evidente de repressão e intimidação. Foi vítima também de espancamentos por policiais do Posto de Policiamento de Nova Alvorada, para onde o levaram. Por todo o corpo, apresentava marcas de espancamento.

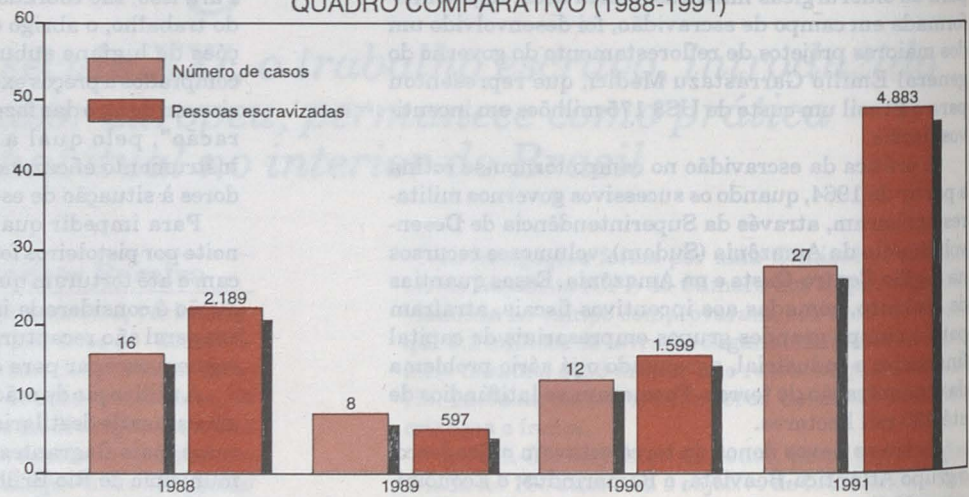
Numa discussão com capatazes, Cícero Caetano foi morto e Antônio Carlos Bedeleque ficou gravemente ferido. Embora os trabalhadores tenham acusado o segurança da usina, Enair Cardoso, a investigação do crime não foi adiante. Apenas o trabalhador Fernando Manengo Dias foi preso por envolvimento no tumulto.

Uma inspeção realizada pela DRT de Mato Grosso do Sul confirmou as denúncias. Quatrocentos trabalhadores eram mantidos em regime de escravidão.

Acompanhado de fiscais, o delegado regional, Francisco Pierette, constatou as condições subumanas de trabalho e a recusa da usina em pagar os salários prometidos, além da suspensão da alimentação. A destilaria já foi multada pela DRT nove vezes, desde junho de 1990, num total de Cr\$ 9 milhões.

“Uma pocilga é mais limpa do que o alojamento. Não existem sanitários e as fossas sépticas ficam a céu aberto”, relatou o delegado Francisco Pierette, que deu prazo para a destilaria melhorar as condições de vida e a remuneração dos peões. O delegado justificou o prazo alegando que a destilaria mudara de dono. Ele daria, então, uma chance para que todo esse quadro fosse modificado, o que não aconteceu.

Trabalho escravo
QUADRO COMPARATIVO (1988-1991)



Fonte: CPT Nacional

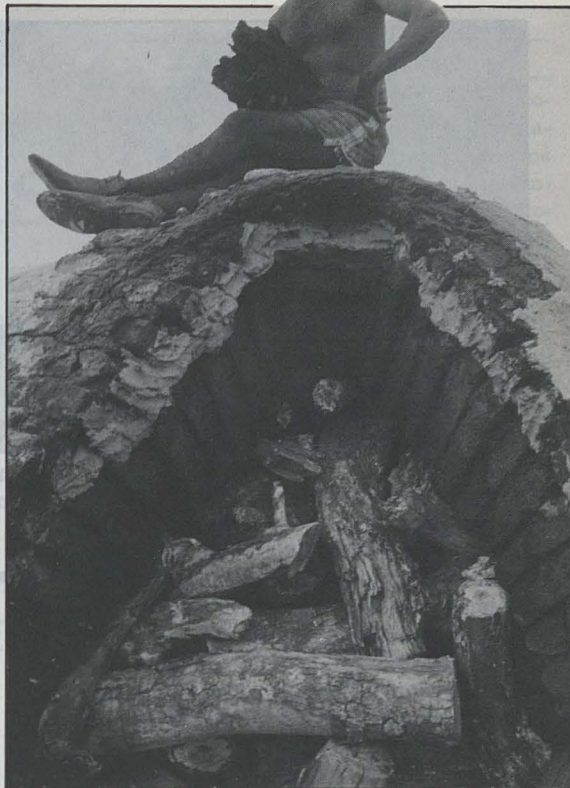
No final do ano passado, a CPI da Assembléia Legislativa, que apura denúncias sobre irregularidades trabalhistas em usinas do Mato Grosso do Sul, encaminhou ao Ministério Público um pedido de interdição da Destilaria Cachoeira. Em ofício à Polícia Federal, os deputados estaduais solicitaram proteção para cinco canavieiros que denunciaram o recebimento de ameaças de morte dos administradores da usina.

Como nenhuma providência efetiva foi tomada, as levadas de escravos aliciados em Alagoas se sucedem. Em março, mais 72 lavradores do município de União dos Palmares, contratados pelo "gato" José Severo, chegaram à Destilaria Cachoeira depois de sete dias de viagem, em que passaram sede e fome. Tiveram suas carteiras de trabalho assinadas com remuneração de Cr\$ 436,54 por hora trabalhada, o que daria um total de Cr\$ 83.815 mensais, no caso de trabalharem oito horas por dia, seis dias por semana.

Como sempre acontece, jamais receberam qualquer salário em virtude dos enormes descontos pela comida e alojamento precários, que inclui a cobrança de energia elétrica e água. Revoltado, o canavieiro Elias José de Souza, junto com dois companheiros, denunciou o trabalho escravo e espancamentos à DRT e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção do Mato Grosso do Sul. Houve fiscalização. Além de ameaças de morte, os três foram "demitidos por justa causa" depois de trabalharem 60 dias gratuitamente.

Um mês depois, mais 163 trabalhadores chegaram à destilaria, contratados pelo "gato" Amaro José da Silva. "Ele prometeu que iríamos ganhar Cr\$ 600 mil por mês, livres de qualquer desconto", conta José Manacéis Bispo. José Bispo também fez um relato impressionante sobre a prisão do trabalhador Francisco de Jesus Santos, espancado no destacamento da Polícia Militar do distrito de Nova Alvorada. "O peito dele estava todo roxo e suas costas tinham manchas de sangue. As pernas estavam inchadas. Ele levou co-

Atraído por falsas promessas, o trabalhador deixa sua terra e acaba sendo escravizado em outro estado



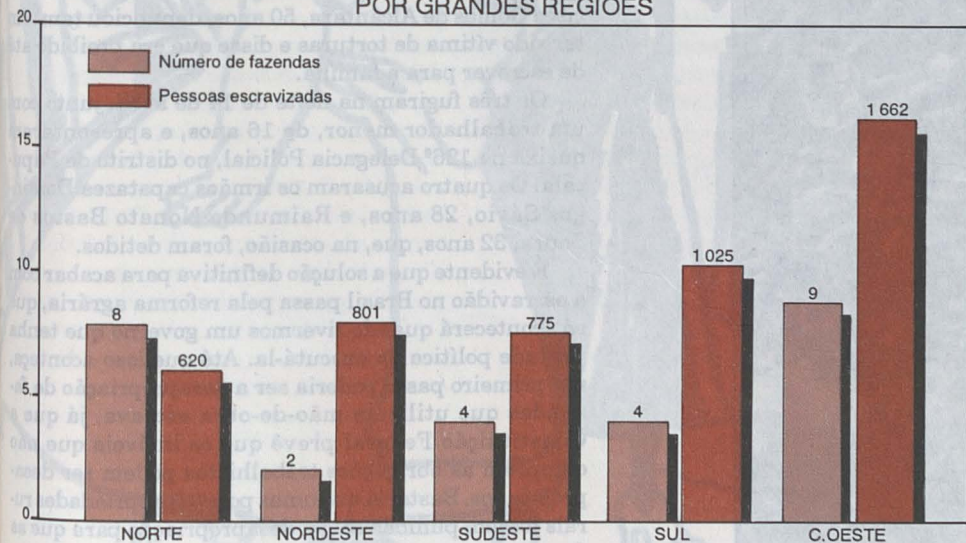
ronhadas e golpes de rifle nas pernas", disse. Francisco está desaparecido.

Outro caso comprovado recentemente, no município paranaense de Laranjeiras, é o da fazenda Gralha Azul, do fazendeiro Olivil da Silva – o primeiro proprietário preso por submeter homens e mulheres à escravidão. A denúncia foi feita por Maria Cândida, de 73 anos, a mais velha de um grupo de retirantes que trabalhou para Olivil por mais de três anos sem receber um tostão. Até o dinheiro da aposentadoria de Maria Cândida, ele, como seu procurador, não lhe entregava.

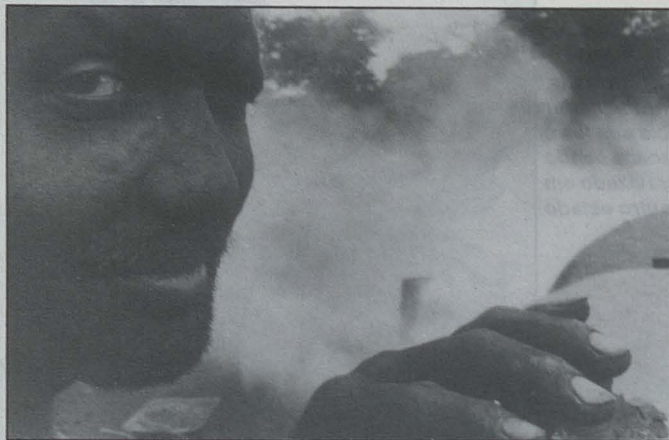
Uma comissão integrada por deputados e o promotor público local esteve na fazenda e constatou que, além de explorados como mão-de-obra escrava, 50 lavradores eram obrigados a dormir junto com galinhas e porcos. Chocou especialmente à comissão a situação de Sebastiana de Almeida Santos, que vivia numa pocilga com os dois filhos, uma menina de quatro anos e o bebê de um mês.

O trabalho escravo não existe apenas no sertão ou em regiões muito distantes das grandes cidades. No Rio de Janeiro, a DRT flagrou, este ano, uma propriedade a apenas 100 quilômetros de distância da

Trabalho escravo em 1991
POR GRANDES REGIÕES



Fonte: CPT Nacional



capital: na fazenda da Grama, em Cachoeiras de Macacu, de propriedade de Ashimil Rozinco. A fazenda foi denunciada por quatro trabalhadores trazidos de Santa Quitéria, interior do Ceará.

Havia de tudo: algemas, chicote, surra com varas de bambu, sessões de chutes, socos e coronhadas. Josué Pereira de Souza, 24 anos, contou que foi atraído para o emprego por um anúncio divulgado na rádio Itatiaia, em sua cidade. Decidiu vir em busca de um futuro melhor, sem imaginar o que o esperava. Durante sete meses, foi obrigado a trabalhar 16 horas por dia, inclusive nos fins de semana, e forçado a assinar recibo sem qualquer pagamento.

"Eu era torturado diariamente. Acordava às três da madrugada, ordenhava vacas, trabalhava na roça e, à

Antes mesmo de começar a trabalhar, o carvoeiro já está devendo ao patrão. E poucos conseguem escapar



noite, ainda tinha que tirar casas de marimbondo das árvores", diz Josué, que é pai de três filhas e desde que chegou ao Rio de Janeiro não conseguiu mandar um tostão para sua família.

José Lauriston Mesquita Pinto, de 18 anos, apresentava marcas de espancamento por todo o corpo. Depois da sua primeira tentativa de fuga, passou a ficar algemado, sendo submetido a sessões diárias de tortura com chicote de couro. Outro trabalhador fugitivo, Francisco Gomes de Alcântara, 50 anos, denunciou também ter sido vítima de torturas e disse que era proibido até de escrever para a família.

Os três fugiram na noite de 14 de abril, junto com um trabalhador menor, de 16 anos, e apresentaram queixa na 126ª Delegacia Policial, no distrito de Papucaia. Os quatro acusaram os irmãos capatazes Domingos Sávio, 28 anos, e Raimundo Nonato Bastos de Souza, 32 anos, que, na ocasião, foram detidos.

É evidente que a solução definitiva para acabar com a escravidão no Brasil passa pela reforma agrária, que só acontecerá quando tivermos um governo que tenha vontade política de executá-la. Até que isso aconteça, um primeiro passo poderia ser a desapropriação de fazendas que utilizam mão-de-obra escrava, já que a Constituição Federal prevê que os imóveis que não cumprem as obrigações trabalhistas podem ser desapropriados. Bastaria que umas poucas propriedades rurais fossem punidas com a desapropriação para que as demais parassem de escravizar os trabalhadores. ■



Histórias contemporâneas para crianças

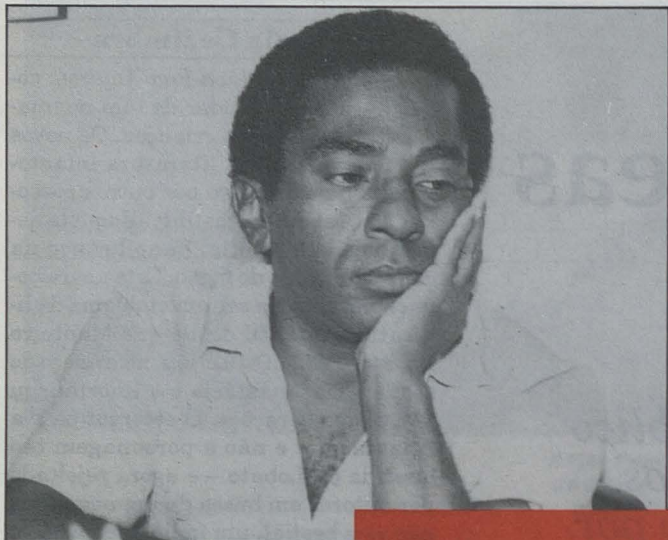
A produção literária para o público infantil e infanto-juvenil troca os personagens do início do século por outros mais realistas e dinâmicos. Até a popular Tia Anastácia, de Monteiro Lobato, é colocada em questão

Márcia Cezimbra

O Sítio do Pica-Pau-Amarelo começa a mudar de tom no imaginário das crianças. Os novos autores da literatura infanto-juvenil decidiram-se por outros personagens, estes bem distintos daquela negra de sorriso solto, pano branco na cabeça, à frente do fogão. Esta negra bonachona chega a ser um emblema da literatura infantil desde que Monteiro Lobato (1882-1948) criou, no começo do século, Tia Anastácia e a imortalizou por várias gerações. O estereótipo Tia Anastácia – e não a personagem tão querida de Lobato – é agora rejeitado por autores em busca de um negro que não seja bestial, um índio que não seja idiota, uma mulher que não seja uma doméstica. Este povo esperto já está nas livrarias, lançado, por exemplo, por escritores como o mineiro Rogério Andrade Barbosa, de 47 anos, ou a paulista Ciça Fittipaldi, de 39.

Rogério Andrade Barbosa tem, no prelo da Editora Melhoramentos, o livro *O negro na literatura infanto-juvenil brasileira – estereótipos e preconceitos*. Trata-se de um longo estudo sobre a imagem do negro nos livros infantis, feito por um professor com mais de 20 anos no magistério público no Rio. A figura tipo Tia Anastácia é, segundo ele, um lugar comum na literatura infanto-juvenil – um “sintoma” das fantasias dos autores sobre o papel do negro ou da negra nas histórias: além de “bobos-alegres” e servis, são sempre coadjuvantes, nunca protagonistas. “Não quero discutir um suposto racismo ou reacionarismo de Monteiro Lobato. É claro que, no começo do século, logo após a libertação dos escravos, a mulher negra, ex-escrava, vivia na cozinha, gorda, afeiçoada aos ex-senhores, de pano branco na cabeça. O problema é que, um





Joel Rufino (esquerda): "O preconceito é uma faca de dois gumes." Zirado: "Por que não reclamar da Princesa Isabel?"

século depois, isso na realidade mudou, mas a literatura infantil continua com imagens do tempo da escravidão", comenta. Uma longa lista de personagens estereotipados – e, portanto, marcados por preconceitos – desfilam neste livro de Rogério, assinados por nomes famosos da literatura infantil: Ana Maria Machado, com o seu *Raul da ferrugem azul* e a personagem Dona Teresa – "a lavadeira bunduda, peituda, trouxa de roupa na cabeça"; Laís Correa de Araújo, autora de *Maria Companhia*; Ricardo Azevedo, de *A casa de meu avô*; Jorge Loscano, de *Os quitutes de Luanda*; Eliana Ganem, de *Coisa de menino*, entre muitos outros.

Rogério lançou, na Bienal de São Paulo, mais um título, *Na terra dos gorilas*, que resulta dos dois anos em que viveu como professor voluntário da Organização das Nações Unidas – ONU na Guiné-Bissau, África. Ele ensinou, de 1979 a 1981, inglês e português para crianças e adolescentes do país mais pobre do continente negro. "Foi um dos momentos mais gratificantes para mim como professor. Ver aquelas crianças que não tinham nada, nem luz em casa, liberarem um desejo de estudar tão forte que as fazia ir para a rua à noite, ler coletivamente ao redor dos postes de luz", lembra, emocionado. O universo original da cultura negra parece ter rendido mais do que esta satisfação. Produziu temas e histórias para uma obra de 11 títulos, todos com o pensamento voltado para aqueles dois anos de descobertas numa das matrizes da cultura brasileira. Entre eles, a coleção

de quatro volumes intitulada *Bichos da África*, editada pela Melhoramentos e já traduzida para o alemão e recém-lançada em inglês no Canadá. Rogério prepara agora o lançamento de mais uma obra na Alemanha, *A morte ronda o Kalahari*, lançado aqui também este ano pela Editora Moderna. O interesse alemão pela história foi tamanho que a Editora Peter Hammer Zerlag pediu que o autor a "esticasse", no mínimo, em mais 50 páginas.

Outra visão do índio – O trabalho da artista plástica e ilustradora Ciça Fittipaldi também interessou ao Primeiro Mundo. Por rejeitar a figura do indiozinho alegre e passivo, como o Peri de José de Alencar, Ciça se embrenhou

As figuras dos índios e dos negros estão sendo revistas hoje pelos autores da literatura infanto-juvenil

pelas florestas do oeste brasileiro em busca da realidade de indígena, seus mitos, suas artes e costumes. A coleção de oito volumes da série *Morená* demorou dez anos para ser publicada, também pela Melhoramentos. Tão logo chegou ao mercado, porém, foi traduzida para o alemão, para o inglês, para o espanhol, para o português de Portugal, este exportado para os países africanos de língua portuguesa.

Cada um destes títulos revelam o cotidiano de diversas tribos brasileiras, seus mitos, histórias bonitas e a arte que se perde lentamente no tempo. A *lenda do guaraná*, por exemplo, traz a mitologia dos índios sateré-maués; *O menino e a flauta* conta histórias dos nambiquaras; *A linguagem dos pássaros* apresenta os camaiurás do Alto Xingu; *Bacurau dorme no chão* conta lendas dos tucanos, do Alto Rio Negro; *Tainá, a estrela amante* é uma história carajá; *A subida para o céu* é bororó; *Naru, o gambá*, ianomâni; *A árvore do mundo e outros feitos de Macunaima* reúne diversas tribos do extremo norte de Roraima. "Desde os anos 70, tento levantar a história etnográfica e informações artísticas de cada uma destas nações. O que havia sobre o índio na literatura infantil era uma visão estereotipada, alegórica e, portanto, preconceituosa", diz Ciça Fittipaldi.

A criança que pegar um livro de Ciça vai receber este rigor de informações até nas ilustrações. No livro sobre os carajás, por exemplo, os desenhos reproduzem a plumária e a cerâmica da nação, exaustivamente estudadas pela

artista. No dos ianomânis, eles se apoiavam em desenhos feitos pelos próprios índios. "As pessoas que tiveram esta vivência têm mais facilidade de se afastar da vulgarização existente nos livros didáticos", comenta. Ciça acaba de lançar mais um livro, *Pequena história da gente bicho*, um grito não-radical pela Amazônia, sobre os ciclos ecossistêmicos pelos quais o país passou. É ainda ilustradora de boa parte dos livros de Rogério Andrade Barbosa. Além do desejo de contar uma história ainda oculta na biblioteca mirim, estes autores levam a vantagem de um mercado editorial que, ao contrário do dos livros para adultos, está em franca expansão. E, estranhamente, apesar dos projetos gráficos caros em quatro cores e papéis sofisticados, saem para o consumidor por menos de Cr\$ 20 mil, enquanto um título barato para o adulto não fica por menos de Cr\$ 100 mil.

A eleição de Tia Anastácia como paradigma do preconceito na literatura infantil é quase nitroglicerina pura para a explosão de uma polêmica entre escritores dedicados ao gênero. A discussão vai bater num alvo quase sagrado, o paulista Monteiro Lobato, criador oficial da literatura infantil do país, a partir de *Lúcia, ou a menina do narizinho arrebitado*, de 1921. Afinal, o inventor de fantasias fantásticas que povoaram a cabeça das crianças brasileiras deste século aparece agora como racista e reacionário. O primeiro a se revoltar contra essa nova leitura de Monteiro Lobato é o cartunista Ziraldo, autor de sucessos como *O menino malu-*

quinho e de um dos primeiros protagonistas crioulos dos "baixinhos", *O menino marrom*.

Ziraldo acha, por exemplo, que Rogério Andrade Barbosa está "procurando chifre em cabeça de cachorro" e protesta veementemente contra a escolha de Tia Anastácia como modelo de preconceito: "Por que não vão reclamar da Princesa Isabel? Foi ela que botou os

que mantém o senso crítico em relação ao preconceito racial do ídolo. "Chego a me irritar quando ele escreve 'nega beiguda'. A obra de Monteiro Lobato é de um conteúdo preconceituosíssimo", comenta. Nada disso, porém, justifica afastar Monteiro Lobato da leitura. "E o Machado de Assis, que era mulato e racista? E o Camões que era um reacionário? E o Fernando Pessoa, que era um

fascista? Vamos deixar de lê-los? Claro que não. Mas que Monteiro Lobato era um horror de tão preconceituoso, era. Isto não deve ser escondido das crianças pelos professores", defende.

O escritor Joel Rufino, negro, autor de títulos infantis e especialista em cultura negra, não vê o preconceito existente na literatura infantil com lentes maniqueístas. "É uma faca de dois gumes. Tia Anastácia era uma negra meio demente, mas, por outro lado, repre-

sentava a cultura popular. Fazia as indagações mais ousadas. Era atrevida. A própria imagem do negro bestial, um idiota que só pensa em sexo e farras, tem dois lados. Um, o do preconceito; outro, o da vida popular de diversão, de festa", comenta. Joel Rufino, aliás, acaba de ser recomendado pelo prefeito do Rio, Marcello Alencar, à Secretaria Municipal de Educação como um dos novos autores que deve ingressar para a lista de livros didáticos. Este foi, ao menos, o anúncio que Marcello Alencar fez aos representantes do movimento negro da cidade no final de setembro, quando oficializou, no calendário da cidade, o dia 20 de novembro, da morte de Zumbi dos Palmares, como o Dia da Consciência Negra. ■



Os novos autores rejeitam a figura do índio passivo

negros sem casa, sem trabalho, sem comida. Quer dizer, voltaram todos para a fazenda, para a cozinha. Naquela época não se podia atravessar a Saúde, de tanto crioulo ali marginalizado. Era um perigo. É por isso que o samba ficou tão marginalizado, pela marginalização do negro. O Rio era preconceituosíssimo", considera.

Para ele, um leitor da obra de Monteiro Lobato, Tia Anastácia era uma figura mítica, que cozinhava, porém filsofava, com perguntas petulantemente impertinentes. "Ela tinha um grande carinho por todos nós", acredita. Já a colega de Ziraldo, Ana Maria Machado, autora de livros infantis como *A pretinha* e proprietária da livraria Malasartes, para crianças, é uma fã de Monteiro Lobato,

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ASSINATURAS ▶

Rio de Janeiro

(021) 252-7440 / 232-3372

São Paulo

(011) 573-8562 / 571-9871

Belo Horizonte

(031) 271-3757

Brasília

(061) 226-2202

Curitiba

(041) 223-3290

Aracaju

(079) 211-1912

Florianópolis

(0482) 44-7683

NEWSWEEK/OCTOBER 19, 1992

A 5,000-Bullet Barrage

A brawl in a Brazilian jail ends in a massacre

It was late afternoon when the gray phalanx of riot police rolled through the green metal gates of the prison house. Helicopters wheeled overhead while regiments winged the prison. Fingers of burning mattresses

ward and em-
 dation, a prisoner
 va, branded it th
 since the 1971 ri
 where 43 inmate
 dent came at an
 the country was



Collor, afastado, vê a hora certa de um momento histórico

A ilusão primeiro-mundista

Do impeachment do presidente ao massacre do Carandiru, cinco dias que abalaram o Brasil

José Augusto Ribeiro

1 – 29 de setembro-3 de outubro: em menos tempo que o da lua nova para o quarto crescente, o Brasil viveu, em apenas uma semana, três episódios que não poderá esquecer: o *impeachment* “pacífico”, se assim se pode dizer, de um presidente da República; uma eleição municipal, em escala nacional, que derrotou todos os governadores de estado politicamente importantes; e um massacre de seres humanos, na Casa de Detenção de São Paulo, no Carandiru, como nunca se viu, nem no Coliseu romano dos césares mais sanguinários, nem, vinte séculos depois, nos campos de concentração do Terceiro Reich.

O Brasil que se pensava passado a limpo, resgatado e recuperado com o ritual do *impeachment* e a consulta a seus

mais de 70 milhões de eleitores – o dobro dos que um dia confiaram o voto ao presidente agora afastado – mergulhou, na própria véspera da eleição, embora só viesse a sabê-lo no dia seguinte, no medonho pesadelo que foi a chacina dos presos do Carandiru.

2 – Nos últimos 50 anos passamos por cinco episódios de saída violenta de presidentes (Getúlio Vargas em 1945 e 1954, Café Filho em 1955, Jânio Quadros em 1961 e João Goulart em 1964) e nesse período tivemos cinco presidentes impostos pelos comandos militares e referendados pelo Congresso (Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo). Num país marcado por tais antecedentes, parecia tão civilizado afastar um

presidente sem tanques na rua, sem prisões, sem censura à imprensa, sem qualquer *gaffe* contra a etiqueta, sem qualquer passo em falso contra a coreografia e sem qualquer deslize contra a liturgia do processo do *impeachment*! Nem Nixon, nos anos 70, nem Gorbachev, já em nossos anos 90, foram tratados com tamanha *finesse*. Ao que o próprio presidente afastado retribuiu, recebendo em grande estilo, com o ministério à sua volta e a primeira dama a seu lado, de mãos dadas, a notificação do impedimento, a ordem de despejo.

3 – A cena pode ter tido o seu chiste, mas não deixou de ter o seu tanto – e que tanto! – de macabro. Alguma coisa como Luís XVI reunir a Corte em Versalhes, Ma-

ria Antonieta ao lado, maquiada e decotada, para receber da mesa da Convenção o aviso de que, no dia seguinte, ambos seriam guilhotinados.

4 – Como a bomba atômica, o *impeachment* foi criado para não ser usado. Antes do caso Collor, só uma vez um pedido de *impeachment* chegou a ser votado pela Câmara dos Deputados: em junho de 1954, contra Getúlio Vargas. Essa iniciativa, derrotada por grande maioria, fora apresentada, já em plena conspiração para o golpe, por iniciativa do brigadeiro Eduardo Gomes, um dos líderes mais importantes e atuantes da oposição militar ao governo Vargas. Nem contra o presidente João Goulart, em 1964, o *impeachment* foi tentado: a oposição civil partiu diretamente para desestabilizar o governo; a oposição militar, para depô-lo.

5 – O golpe de 1964 sepultou uma experiência democrática que vinha de quase 20 anos (1945) e que só foi plenamente retomada um quarto de século depois, com a eleição presidencial direta de 1989 e a vitória e a investidura de Fernando Collor. Com 40 anos – quase a mesma idade de Jânio Quadros, nosso último presidente por eleição direta, que tinha 43 quando renunciou ao mandato sete meses depois de iniciá-lo – Collor foi um fenômeno político parecido, num país completamente diferente, muito maior e muito mais complicado. Como Jânio, ele foi na campanha uma espécie de gênio do lugar-comum: seu governo acabaria com a corrupção e modernizaria o Brasil. Como Jânio, ele foi na Presidência a cobaia de suas próprias experiências de *marketing*. Jânio durou sete meses; Collor, 30 meses e duas semanas.

6 – Afastado Collor, o sobressalto seguinte foi a reação violentíssima da imprensa de São Paulo às primeiras decisões do novo presidente, Itamar Franco, na escolha dos integrantes da área econômica de sua equipe. Era estupefacente a violência, era espantoso o veneno das manchetes, dos editoriais e, em especial, da capa de revistas semanais como *Veja* e *Isto É*, que vinham liderando, a partir das entrevistas do irmão, Pedro Collor, e do motorista Eriberto França, a campanha

contra o presidente afastado. Itamar Franco recebia, ao chegar, o mesmo tratamento que Collor ao sair.

7 – Um fato que só o tempo esclarecerá: bem antes da entrevista de Pedro Collor, que provocou a CPI do Congresso e o processo de *impeachment* na Câmara, já se ouviam, em círculos empresariais de São Paulo, informações categóricas, e ricas em detalhes quase escatológicos, sobre o iminente afastamento de Collor. Como ainda não havia provas conhecidas das relações financeiras entre a Casa da Dinda e os fantasmas de PC Farias, essas informações tão proféticas acrescentavam já existir um verdadeiro *dossier* psiquiátrico sobre o presidente

*Ao chegar,
Itamar Franco
recebeu da
imprensa o mesmo
tratamento
duro que Collor
ao sair*

da República. Já então havia restrições, preconceituosas e manifestadas em termos pesadíssimos, ao vice-presidente Itamar Franco.

8 – Por que essa mobilização, se foi exatamente São Paulo que assegurou a eleição de Collor? Apesar de tantos candidatos paulistas no primeiro turno (Ulysses Guimarães, Mario Covas, Lula, Paulo Maluf e Guilherme Afif) e da passagem de Lula para o segundo turno, foi em São Paulo que Collor alcançou uma de suas maiores votações, comparável apenas às de Alagoas e do Paraná. E por que essas restrições ao vice-presidente antes mesmo de acionadas as engrenagens que conduziram ao *impeachment* do presidente?

9 – Se é verdade que Collor deixou de cumprir praticamente todos os compromissos de candidato e que o confisco dos ativos financeiros causou grande abalo em São Paulo, não é menos verdade que: a) os empresários de São Paulo não são nem ingênuos nem desinformados a ponto de levar a sério qualquer truque de campanha (sobretudo quando a televisão privilegiava escancaradamente a candidatura Collor, para exorcizar, primeiro uma e depois a outra, as candidaturas de Brizola e de Lula); e b) que Collor foi irrepreensivelmente fiel a seu compromisso mais importante de campanha – o da política econômica neoliberal.

10 – A explicação que melhor reflete as escusas e o ponto de vista das lideranças empresariais e políticas paulistas é que São Paulo, com uma economia, uma sociedade e já com uma cidadania de país de Primeiro Mundo: a) não consegue mais conviver com o modelo de cangaço político representado pelos amigos de Collor (os “alagoanos” e os de outra procedência); e b) não aguenta mais o encargo de sustentar o Brasil atrasado e terceiro-mundista representado especialmente pelo Nordeste.

11 – Ora, esse estilo de banditismo político não é exclusivo das oligarquias do Brasil mais pobre, nem do Brasil, em conjunto, em cotejo com outros países, do Terceiro e mesmo do Primeiro Mundo. O Japão troca a toda hora de primeiro-ministro, não porque – como seria normal no parlamentarismo – o partido governante perca a maioria no Parlamento. O Partido Liberal governa o Japão há cerca de 40 anos, e seus líderes só duram no cargo até que sejam pilhados como cúmplices ou autores de escândalos parecidíssimos aos nossos. No Japão, por falta de alternativa política, os corruptos passam e o Partido Liberal fica. Nos Estados Unidos, os casos Watergate e Irãgate não foram apenas conspirações de caráter político: foram grandes negociações, de centenas de milhões de dólares. Na França, na Itália, na Espanha e em praticamente todos os países do Primeiro Mundo, o noticiário registra a todo momento histórias semelhantes, caracterizando um fenômeno em escala planetária, uma verdadeira especialidade

desta era neoliberal e de seus antivalores, como a ambição, o cinismo e a insensibilidade moral e social.

12 – Mesmo São Paulo não será, se o considerarmos independente do resto do Brasil, um “país” imune à corrupção. Ainda recentemente, antigos auxiliares do governo do estado foram acusados de fenômenos verdadeiramente sobrenaturais de enriquecimento sem causa (sem causa *lícita*). E ainda agora uma CPI do Congresso começa a desvendar alguns episódios e algumas conexões muito sugestivos no processo de privatização da Vasp.

13 – Quanto à hipótese de que São Paulo não aguenta mais sustentar o resto do Brasil, há nela, evidentemente, um grande exagero, alimentado por um grande equívoco histórico e difundido por uma espécie de populismo das elites, naif e racista, que faz do Nordeste e dos nordestinos o bode expiatório de uma situação econômica agravada exatamente pela fraude neoliberal do projeto Collor, no qual o grande poder econômico e os grandes meios de comunicação investiram pesado em 1989, porque naquele momento Collor não era alagoano, Collor era a “modernidade”.

14 – O governo Collor não podia dar certo, mesmo sem PC e sem corrupção. Não podia dar certo porque sua proposta neoliberal, sua pretendida modernidade já faliram, ou melhor, já foram desmistificadas nos países ricos, a começar pelos Estados Unidos, e não teriam como funcionar ou, ao menos, como enganar, num país que, apesar de São Paulo (e mesmo em São Paulo, em imensos bolsões de pobreza, desemprego e subemprego), continua sendo pobre, do Terceiro Mundo.

15 – O governo Collor não podia dar certo porque o modelo primeiro-mundista, como nos disse durante a Rio-92 o professor Ignacy Sachs, nem é sustentável no Norte nem é reprodutível no Sul. Se a opinião de Sachs não é confiável, já que ele acredita na existência de fenômenos como as perdas internacionais, vamos a Paulo Francis, que escreve, com absoluta liberdade, nos dois maiores órgãos de

nossa imprensa conservadora, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*: “O país (Estados Unidos) está em recessão, diz a mídia. Não está, lê-se no relatório do Banco Mundial. Cresce 2% ao ano, taxa aceitabilíssima para país rico, equivalendo a mais de US\$ 100 bilhões de acréscimo ao Produto Nacional Bruto. Mas empobrece. Não há dúvida. Por quê? Simples. O déficit federal acumulado nestes anos todos é de US\$ 4 trilhões. O operacional, do ano, US\$ 400 bilhões. O déficit comercial, que significa importar mais que exportar, é cerca de US\$ 100 bilhões por ano. Isso é dinheiro que sai do bolso de todos os americanos, calculado em US\$ 16 mil por pessoa, por ano.”

O governo Collor
não podia dar certo
porque o modelo
primeiro-mundista
não é sustentável
no Norte nem
reprodutivo no Sul

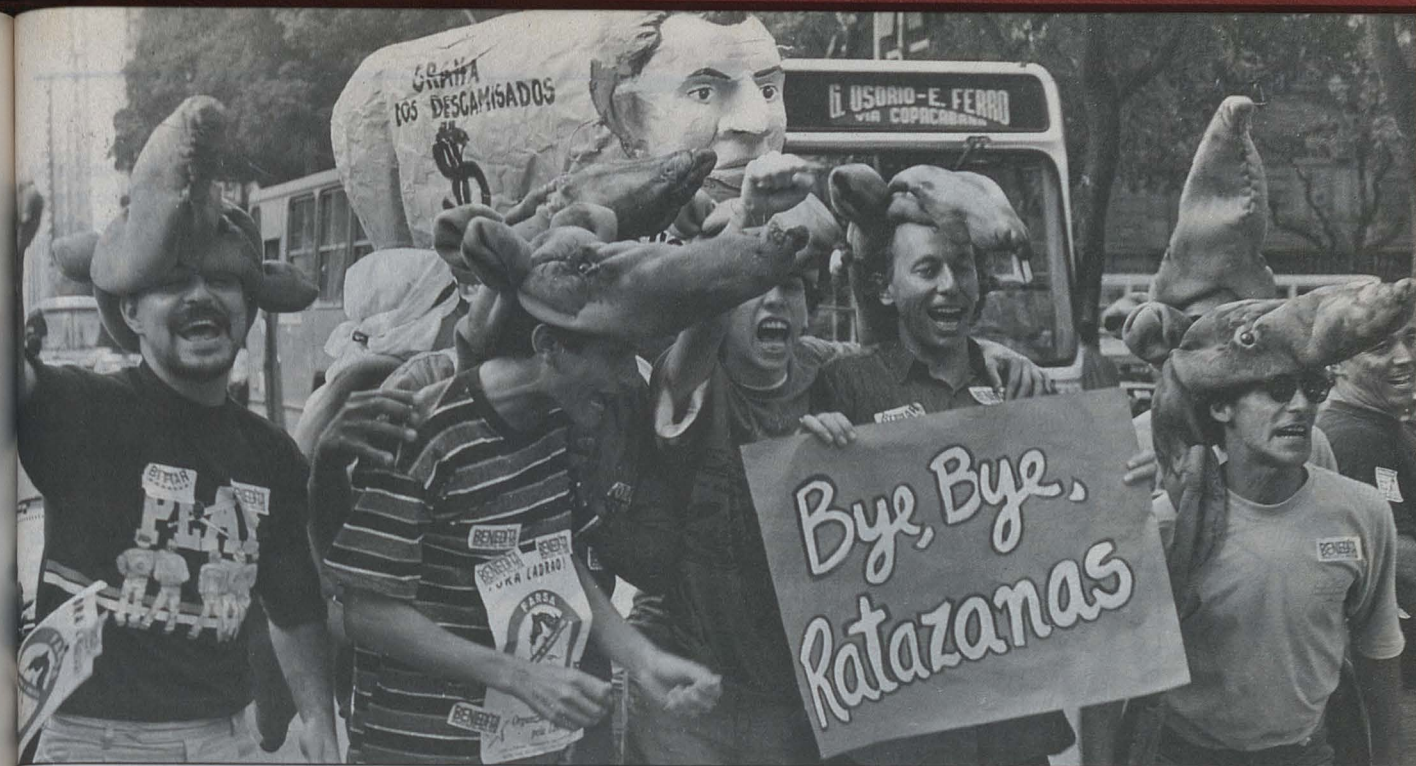
16 – Na mesma edição, no mesmo caderno de *O Globo*, duas páginas adiante, uma entrevista de página inteira anuncia, em manchete: “O fim do pesadelo *yuppie*”. Mas não era um sonho? A entrevista é do escritor Bret Easton Ellis, o romancista, o ícone da geração *yuppie*. A entrevistadora, Eva Joory, pergunta por que, em seus livros, Ellis se interessa tanto pela descrição de *griffes* famosas, comida e tudo que faz parte do mundo *yuppie*. Resposta: “... esses diálogos não estão tão longe de serem verdadeiros: eu fiz pesquisas, saí com os *yuppies* de Wall Street, e essas conversas eram as conversas deles, as conversas dos anos 80... Mas a era dos *yuppies* desapareceu tão rapidamente quanto surgiu e hoje os anos *yuppies* estão definitivamente enterrados. Foi tudo uma grande mentira,

nada era real. O dinheiro era irreal. E com isso não se pode sobreviver muito tempo. Por isso essa crise tão grande neste país (Estados Unidos), a pior desde os anos 30.”

17 – Como transpor esse modelo para o Brasil? Como dar certo a promessa de Collor, de levar-nos ao Primeiro Mundo, se nossa renda *per capita* não chega a US\$ 3 mil e cada cidadão dos Estados Unidos perde 16 mil por ano? Como poderemos ter um déficit operacional de US\$ 400 bilhões anuais se nosso Produto Interno Bruto, ou seja, tudo aquilo que produzimos, pouco passa de 350 bilhões?

18 – No Brasil da era Collor vivemos também uma grande mentira, mas o dinheiro dos fantasmas não era irreal. Votado o *impeachment*, esconjurada a corrupção, as multidões que foram para a rua e esses generosos e maravilhosos garotos cara-pintadas talvez tenham acreditado que afinal ascendíamos ao Primeiro Mundo, se não pela renda *per capita*, ao menos pela vergonha na cara.

19 – As eleições municipais, a seguir, deram de início a impressão de refletir, em seus números, o estado de espírito da campanha do *impeachment*. Os resultados finais do primeiro turno e as expectativas e pesquisas para o segundo mostram, ao contrário, que a eleição municipal foi mesmo municipal e não nacional. No Rio, o PDT perdeu e o PT venceu não porque um tivesse entrado cedo e o outro tarde na campanha contra Collor, mas porque o PT já era a segunda força política no Rio e conseguiu somar aos que já tinha os votos de eleitores tradicionalmente pedetistas: tanto que os candidatos do PDT a vereador tiveram 200 mil votos a mais que a candidata à Prefeitura. Em São Paulo, quem venceu o primeiro turno foi Paulo Maluf, candidato eterno do eterno PDS: com mais zero vírgula qualquer coisa por cento, Maluf seria prefeito no primeiro turno. O PT venceu bem, como se esperava, em Porto Alegre; mas depende de segundo turno. O PDT, em compensação, venceu já no primeiro turno em Curitiba, e o PMDB fez o mesmo no Recife. Em Belo Horizonte, o segundo turno é entre o PT e o PFL; em Salvador, entre



Os garotos cara-pintadas talvez tenham acreditado que o Brasil entrava no Primeiro Mundo, ao menos pela vergonha na cara

o PFL e uma grande e ampla coligação de esquerda. E todos os governadores perderam na respectiva capital.

20 – Mal começava a apuração dos votos e fomos arrebatados pelo pesadelo do Carandiru, muito mais coerente, muito mais compatível com nossa realidade invisível, inconfessável, que toda a coreografia do *impeachment* e toda a sofisticação sociológica das pesquisas e análises sobre a eleição.

21 – Como explicar que mais de cem prisioneiros tenham sido trucidados nas celas e galerias de um presídio na maior cidade brasileira, no coração do pedaço que nos cabe de Primeiro Mundo, ali onde temos uma economia, uma sociedade e já uma prática de cidadania incompatíveis com um governo como o do presidente Collor e seus amigos? E como entender que parcelas consideráveis da população da cidade tenham manifestado apoio a uma violência dessas?

22 – Mais enraizada que em outros lugares e proporcional à dimensão mesma da cidade e de sua economia, existe hoje em São Paulo uma cultura de violência que recebe o estímulo direto da autoridade pública, de lideranças políticas e meios de comunicação. Nas três últimas eleições estaduais (1982, 1986 e 1990), São

Paulo elegeu sempre o mesmo partido, o PMDB. Na primeira dessas administrações, o governador Franco Montoro deu ênfase, com coragem e autoridade, à observância dos direitos humanos – mesmo incorrendo na ira e nas ironias dos partidários da linha dura, da pena de morte, dos esquadrões de extermínio (“bandido bom é bandido morto!”). Depois de Montoro, o governo de São Paulo cedeu à ideologia capciosa de um dos principais argumentos desses grupos: o do direito da vítima. Por que respeitar os direitos do assaltante e do assassino se eles não pensaram nos direitos daqueles que por eles foram assaltados e mortos, nem no sofrimento desse outro conjunto de vítimas, a família da vítima inicial? (Pelo mesmo raciocínio, por que respeitar os direitos do presidente da República?)

23 – Pelo que se apurou até agora no inquérito, os policiais-militares que participaram do massacre do Carandiru receberam ordens superiores para agir com energia. Aliás, a ordem geral, aos órgãos e forças policiais de São Paulo, desde o fim do governo Montoro, é agir sempre com “energia”. Essa palavra de ordem encontra apoio e eco em programas de rádio e televisão que se notabilizam exatamente pela apologia da violência – supondo que valorizam a atividade policial mas na verdade valorizando o crime organizado e mesmo o desorgani-

zado. Para o governo de São Paulo, houve excessos no cumprimento da ordem. Para alguns dos participantes do massacre, agir com energia era isso mesmo: aproveitar a oportunidade para uma operação de “limpeza”.

Tanto quanto um massacre, foi um pogrom. Mas já não houve quem achasse que judeu bom era judeu morto?

24 – Por mais que pareça sintonizar-se com a inquietação e o desejo da opinião pública, essa política homicida de violência institucional é também suicida. Não há como tornar segura para seus dez milhões de habitantes pacíficos uma cidade em que os tormentos sociais de uma situação econômica desastrosa são agravados em vez de atenuados. O ministro Severo Gomes, que perdemos logo em seguida aos acontecimentos desta crônica, disse uma vez que certas coisas acontecem em São Paulo dez anos antes de acontecerem no resto do Brasil. Já houve, em São Paulo, atentados anti-semitas; e já há campanhas e agravos contra nordestinos.

25 – Do *impeachment* ao pogrom, o que vivemos foi uma lição de abismo, um mergulho na dualidade perversa de um país que consegue ser, ao mesmo tempo, uma das dez maiores economias industriais e um dos dez piores perfis de distribuição de renda do mundo. ■

O julgamento do rei



A Corte de Brasília renega a era Collor e corre para festejar o mineiro Itamar

Francisco Viana

Nesses dias pós-*impeachment*, de transição e mudança de ministério, a Corte está escorregadia como um sabonete. Nunca, nem nos tempos mais duros do regime militar, se poderia imaginar que, um dia, um presidente seria substituído sem que a crônica social registrasse, no mínimo, uma meia dúzia de festas estelares. Reza a tradição que, sem ostentações, gastanças, nomes insígnies e participação aos donos do poder, não há sucessão possível no Planalto.

Esteja ou não mergulhada a Corte numa insondável crise de identidade, a verdade é que Itamar Franco ocupou o gabinete de Fernando Collor sem festas ou qualquer coisa que lembre, nem de longe, a maratona de ba-

dalações que anunciou, há cerca de mil dias, o alvorecer da era collorida.

Talvez seja por isso que as colunas sociais da Corte, tradicionalmente recheadas de notas frívolas, estão literalmente tomadas por notas informativas. Por precaução, falta de conhecimento do terreno em que irá pisar daqui para a frente ou surpreendente capacidade de adaptação, a verdade é que as festas estão se tornando, em Brasília, tão fora de moda quanto os ícones do governo Collor. "Ninguém sabe ao certo para que lado os ventos vão soprar", arrisca o empresário Luís Carlos Mello, ex-secretário de Obras da capital federal, um dos mais sensíveis e íntimos analistas dos humores, ambições e sentimentos da Corte. Mas o que o surpreende não é exatamente a indefinição. A novidade no ar é o *frisson*, unânime na Corte, para se despojar de tudo o que possa lembrar o passado recente. Ou mais exatamente os 930 dias de reinado collorido. À primeira vista, até parece sensata a opção de esperar à sombra. Afinal, Itamar, de 61 anos, um mineiro que nasceu no mar, é radicalmente avesso a festas. Diferente de Collor, socialmente é quase um Robinson Crusóe.

Os fatos demonstram. Separado há uma década da rica, bonita e discreta herdeira Anna Elisa Surerus, dona de um curtime e de incontáveis prédios em Juiz de Fora, o novo presidente raramente é visto em público com a namorada, a refinada e igualmente discreta Lisle Hensi Lucena, 34 anos, filha do senador Humberto Lucena, com quem mantém um romance há quatro anos. Há quem diga que cultua a simplicidade porque, ao contrário de Collor, não nasceu em berço de ouro.

Filho de um engenheiro, que morreu antes dele nascer, e de dona Itália, uma modesta dona de casa hoje com 92 anos, ele entregou marmitta na adolescência, foi *office-boy*, estudou com uma bolsa de estudo no Instituto Granbery e, depois, se formou em engenharia civil graças à ajuda financeira do irmão Augusto, um médico bem-sucedido. Eleito e reeleito prefeito de Juiz de Fora, eleito e reeleito senador, subiu um a um os degraus do poder em Minas Gerais, até se tornar uma liderança alternativa a Tancredo Neves, sem jamais deixar que o poder lhe virasse a cabeça pelo avesso.

Ninguém desconhece a origem do perfil político de Itamar: metade herdado do moralismo radical da UDN, metade vindo do reformismo traba-

lhista do PTB de Getúlio Vargas, condimentado com forte tempero da política do campanário de Juiz de Fora. Sabe-se que ele é apaixonado por Bach e Mozart, que nutre secreta paixão pelos cantos gregorianos, é um sofrível jogador de basquete, leitor assíduo e apaixonado por Fernando Pessoa. Que no dia-a-dia não mede esforços para estar próximo das duas filhas: Georgina (22 anos, estudante de Economia) e Fabiana (20 anos, estudante de Direito), ambas vivendo com a mãe, em Juiz de Fora. Não se desconhece nem intimidades de bastidores: que Itamar não pretende casar, nunca levou a namorada Lisle a Juiz de Fora e nem a apresentou às filhas. Ou que gosta de *cooper*, mas prefere fazê-lo à noite, só para ficar longe dos olhos da multidão.

É esse gosto pela intimidade, essa sedução pela vida distante que inibe a Corte, não algum tributo ao passado de Itamar ou mesmo uma sensível mudança de hábitos. De Collor para o novo presidente, a guinada foi mais que inesperada. Foi total. Collor e seus acólitos subiram a rampa cercados de ícones por todos os lados.

Não foi, na ótica da Corte, o culto ao *marketing* que surpreendeu. Já era previsível aquela alternância de imagens, ora com um super-homem que fazia *cooper* sempre aos domingos, treinava caratê, passeava de jet-ski, ora com a imagem do homem culto e bem informado, fluente em cinco idiomas, leitor de revistas estrangeiras, permanentemente antenado com a fina flor da intelectualidade do planeta — aí leia-se gente do calibre de Norberto Bobbio e do pensador francês Jean Cristophe Rufin, autor de *O império e os novos bárbaros*. O confisco da poupança, sem rival em 103 anos de República, doeu no bolso da população mas não era de todo imprevisível. Os babilônicos jardins da Casa da Dinda só passaram a chocar corações e mentes quando apareceram associados ao escândalo de PC Farias. Também aí, o presidente já estava no chão. Mas o que realmente distinguiu o primeiro casal Collor e Rosane, a rutilante herdeira dos Malta de Canapi, foi a ambição de criar um estilo. Algo como uma grife, de carne e osso, com *design* primeiro-mundista.

O primeiro casal tinha sedução pelos símbolos exteriores do poder. Vestir Collor, vestir Rosane da cabeça aos pés era a máxima aspiração de quem almejava demonstrar intimidade e ligação direta com o poder. Um dos templos dessa época foi o Lake's Baby Beef. Lá, devorando fartas porções de picanha fatiada, o prato preferido do presidente, às mulheres era indispensável vestir azul, como a primeira dama. Pre-



Itamar:
discreção mineira

to era, e continuaria sendo, para a trupe colorida, sinal de maus augúrios. Os homens, forçosamente, tinham de se exibir com vistosas gravatas Hermès, de 200 dólares cada uma, combinando com camisas de puro linho e os ternos de corte italiano, com os pontos à mostra e um par de aberturas atrás. O figurino se completava com um par de *must* da era colorida: os finíssimos sapatos Churchill, os mesmos usados por Bush e Mitterrand, feitos a mão, sob encomenda em Londres ou Nova Iorque, e as canetas Watermans, com preços que variam de 300 a 500 dólares.

Os cardápios eram o melhor espelho da sedução pelo extravagante. Comia-se picanha fatiada com farofa de ovo em meio a generosas doses de uísque Logan, vinho Chatêau Neuf-du-Pape, água Perrier e, de quebra, para polir o paladar, garrafinhas de Petite Liqueurelli. Fumava-se charutos cubanos (Oro de Monterrey e o Coiba, feitos a mão de preferência). Suava-se no *cooper* dominical, importava-se jet-skis e nunca era demais citar essa palavrinha misteriosa que atende pelo nome de modernidade.

As nobres senhoras da Corte não ficavam atrás. A palavra de ordem era seguir os passos de dona Rosane e o seu séquito de luluzinhas. O círculo mágico girava na órbita de oito nomes, o chamado G-8: Eunícia Guimarães, Joyce Cardoso, Isabel Teixeira, Cleucy Estevão, Ana Cristina Octávio, Silvana Monterosa, Luciana Leoni Ramos e Beatriz Chaves. A elite de Brasília fazia fila para comprar vestidos de Glorinha Pires, entre mil e três mil dólares, e peregrinava pelas butikues de Paris e Nova Iorque à caça das grifes Chanel e Giane Versace, claro, com as bolsas e malas Luis Vuitton a tiracolo. Era o *must* da peruagem. Era estar em sintonia fina com as luluzinhas. Nesses tempos dourados, o cabelo estilo pagem, com fios longos ou curtos, estava em moda. Era obrigatório usar vestidos curtos para exibir as pernas, como a primeira dama. Frequentar o tarólogo Paulo Troncoso, que lia a sorte da primeira amiga Eunícia. Perfumar-se com Kalèche, Trusard Action e jamais deixar o marido, amante ou namorado sair de casa sem algumas gotas da colônia Hermès, a número um do presidente. Quando a CPI do PC Farias esquentou, essa multidão de ícones, masculinos e femininos, ruíram com mais rapidez que o frágil apoio de Collor no Congresso.

A Corte hesita em eleger um caminho para se aproximar de Itamar Franco e seus ministros desconhecidos, mas não vacilou um segundo sequer na hora de decretar o *impeachment* do primeiro casal. Um dos primeiros brados de independência veio do G-8. Logo que a crise espoucou, virou G-2: a fiel Eunícia Guimarães à frente, a escudeira Isabel Teixeira na retaguarda. Dois depoimentos e um indiciamento na Polícia Federal foram suficientes para Isabel – uma portuguesa que fala línguas e era o braço direito de Rosane para assuntos de decoração e depósitos de fantasmas – capitular. Ao todo, estava envolvida

num rombo de 1,150 milhão dólares: 200 mil da Fundação Pró-Carente de Canapi, que foi parar no bolso da família Malta, e 960 mil dólares que apareceram misteriosamente na sua conta. Isabel abriu o jogo, pelo menos no caso do dinheiro dos fantasmas. Parte do dinheiro, confessou, usou para pagar a decoração da Casa da Dinda; parte foi para pagar as despesas com quadros e móveis de uma das casas de PC Farias; e o restante foi parar na conta do casal Marcos e Lêda Coimbra, irmã do presidente, também para pagar despesas com decoração. O resultado é conhecido: dona Rosane acabou sendo indiciada pela Polícia Federal por crime de corrupção e formação de quadrilha, enquanto Isabel Teixeira, que já figura nos mesmos parágrafos do Código Penal, foi afinal proscribita dos arraiais da Casa da Dinda. O glorioso G-8 encolheu novamente: virou G-1, com a solitária e fiel Eunícia Guimarães, há 14 anos uma sombra dos passos de Rosane.

No mais, a crônica se confunde com a derrocada do governo. Da noite para o dia, tudo que era *in* virou *out*. Na By World, um império de importados com 2.500 itens, inaugurado simultaneamente com a ascensão de Collor, os ícones da Corte estão às moscas. Gravatas Hermès, uísque Logan, Chatêau Neuf-du-Pape... Bem, a lista é tão extensa quanto as mesadas distribuídas por PC Farias. Amigos *vips* do presidente, os poucos que não debandaram, estão sentindo na carne a espinhosa realidade. O deputado Paulo Octávio, antes cortejado, não é sequer cumprimentado nos restaurantes e nos corredores do Congresso. O empresário Luiz Estevão, fiador da malfadada Operação Uruguai,

espertamente vive viajando ou recluso no seu escritório, temendo se expor aos humores das ruas. O cronista-mor da Corte, Gilberto Amaral, que privava da total intimidade com o presidente, está, afinal – é o que se diz – a caminho da aposentadoria. Como Itamar não tem primeira dama, ele, desta vez, não poderá lançar mão do velho artifício para se aproximar do poder: afagar o ego da mulher do presidente. Tem sido assim desde os anos JK.

Há uma mudança radical de comportamento e de estilos. A decoradora Pompéia Bastos, que se autodefine como uma ex-colorida frustrada, ironiza: “Todos os eleitores e tletes de Collor se evaporaram.” E dardeja, com elegância: “A Revolução Francesa foi o julgamento do rei. Nós não tínhamos propriamente um rei, mas acabamos de jogar por terra um presidente. É por isso que não ficou ícone sobre ícone. A Corte jamais viveu, nem sonhou viver, nada parecido.”

Na Brasília dos dias atuais, nada como a moda para servir de moldura do que está acontecendo. Em lugar dos ternos de corte italiano, se passou a usar o estilo jaquetão, num autêntico revival do estilo do governo Sarney. As grifes européias cederam lugar à paulista Wanda Borges e à carioca Mariazinha. As saias caíram alguns centímetros abaixo dos joelhos. O chopp com colarinho, quem di-



Lisle Hensi Lucena:
namoro discreto com
o presidente

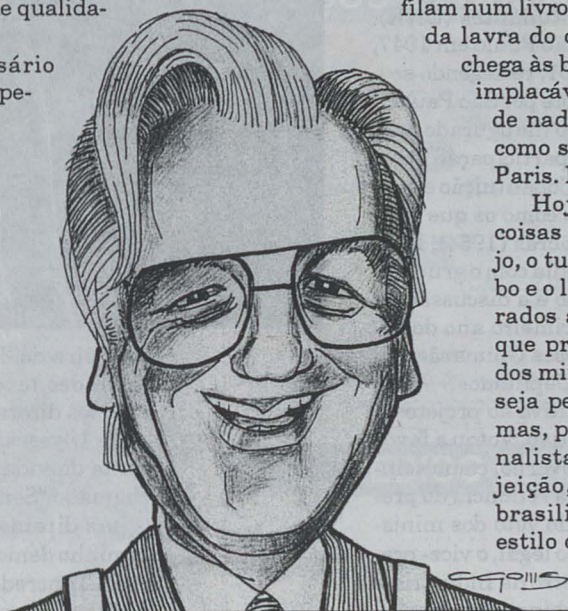
ria, derrubou os vinhos franceses e os uísques importados. É preferível usar peruca a cabelo tipo pajem. Não é feio ler Paulo Coelho, mas caiu em desuso citar o pensamento do mago que era o preferido no repertório místico de dona Rosane: "Quando você quer muito uma coisa, no fundo de sua alma, todo o universo conspira a seu favor." Dizem as línguas venenosas que atraí os maus fluidos e os fantasmas da Casa da Dinda. Quase nada escapou à maré de rejeições. Os jardins da Brasil Garden's, com assinatura do paisagista José Ribeiro Nering, que trouxeram à tona uma das pontas mais consistentes da conexão PC-Collor, passaram, por exemplo, a ser tratados com desdém. De cobiçados, decaíram para jardins dos *Flinstones*. A referência aos heróis da Idade da Pedra dos quadrinhos infantis trai uma indiscreta ironia pelo destino de amontoar pedra sobre pedra que caracteriza o trabalho, reconhecidamente de qualidade, de Nering.

Outro alvo predileto é o empresário Wigberto Tartuce, antes responsável pelos saraus domingueiros da Casa da Dinda. Ele vem sendo alfinetado nas colunas sociais para que substitua a música *country*, sua paixão, pela música erudita. O recado na linguagem cifrada da Corte é cristalino: sai Chitãozinho & Xororó, entrará a música clássica, do gosto de Itamar. Na lista negra dos ícones malditos figuram o Lake's Baby Beef, a pizzaria Kasebre, onde a trupe collarida se empanturrava de pizzas, a decoradora Moema Leão, e até o cabeleireiro Hélio, dono de três salões, viu parte da clientela se bandejar para o seu arqui-rival, Stephany, o ex-cabeleireiro das pri-

meiras damas, que Rosane rejeitou, e que faz a cabeça da luluzinha arrependida Joyce Cardoso.

A depender dos ricos e famosos, Collor e seu estilo passaram. Um olho atento irá revelar que os condestáveis da República collarida só são lembrados pelo que deixaram de ridículo e folclórico, além das marcas da corrupção, no seu rastro. Um bom exemplo é a lenda – ou seria realidade? – que corre a respeito do ex-porta-voz Cláudio Humberto. Cansados de ouvir gritos, garçons do La Becasse, um antigo reduto collarido, providenciaram garrafinhas vazias de Perrier e sempre que viam adentrar o iracundo Cláudio, tratavam de enchê-las com água mineral comum. Logo que Cláudio sentava, ofereciam, prestimosamente, a preciosidade. Ganhavam boas gorgetas, e eram brindados como arautos da modernidade. A história da água Perrier, como dezenas de outras, desfilam num livro, *A República dos Deslumbrados*, da lavra do cronista Marconi Formiga, que chega às bancas antes do Natal. Formiga é implacável: "Os collaridos não entendiam de nada. Copiavam o Primeiro Mundo como se Brasília fosse Nova Iorque ou Paris. Deu no que deu", dardeja.

Hoje em Brasília, talvez só duas coisas sejam concretas. O pão de queijo, o tutu à mineira, o frango com quiabo e o lombinho de porco estão incorporados aos cardápios dos restaurantes que pretendem conquistar o paladar dos mineiros de Itamar. De outro lado, seja pelo pavor que inspira os fantasmas, por alguma recaída do tipo nacionalista ou por simples espírito de rejeição, é fora de dúvida que a Corte brasiliense rompeu com o passado: o estilo da era Collor, nunca mais. ■



O novo 'look' da corte

OUT

Água Perrier
Licor Petite Liqueurelli
Uísque Logan
Vinho Château Neuf-du-Pape
Bolsa Luís Vuitton
Cabelo tipo pajem
Caneta Waterman
Fiat Elba
Charutos Coiba e Oro de Monterrey
Grifes Glorinha Pires, Channel e
Giane Versace
Gravata Hermès
Colônia Hermès
Perfumes Kaléche e Trusard Action
Terno de corte italiano
Sapatos Churchill
Vestido curto

IN

Uísque Ballantine's
Chopp com colarinho
Cigarros Parliament
Grifes Wanda Borges e
Mariazinha
Jaquetões
Vestidos longos
Pão de queijo
Comida mineira

Sem Ulysses

Paulista de Rio Claro, Ulysses Silveira Guimarães tinha 76 anos quando desapareceu no mar, ao sul do estado do Rio de Janeiro, junto com sua inseparável companheira, dona Mora, e seus amigos de longa data, Severo e Maria Henriqueta Gomes.

Professor de latim e história, advogado especializado em direito tributário, Ulysses Guimarães começou a viver a política no meio estudantil, participando das atividades do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Em 1940, foi o primeiro vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Eleito deputado constituinte de São Paulo em 1947, chegou à Câmara Federal em 1951, reelegendo-se a cada novo período legislativo, sempre por São Paulo.

Durante o período democrático inaugurado pela Constituinte de 46, Ulysses teve participação ativa na Câmara, seja na Comissão de Constituição e Justiça, seja como relator de projetos como os que criaram a Petrobrás (1951) e a Eletrobrás (1954). Integrante da Ala Moça do PSD, defendia com o grupo de deputados a renovação do partido e a discussão de teses nacionalistas. Durante o primeiro ano do governo Juscelino Kubitschek, Ulysses Guimarães foi eleito presidente da Câmara dos Deputados.

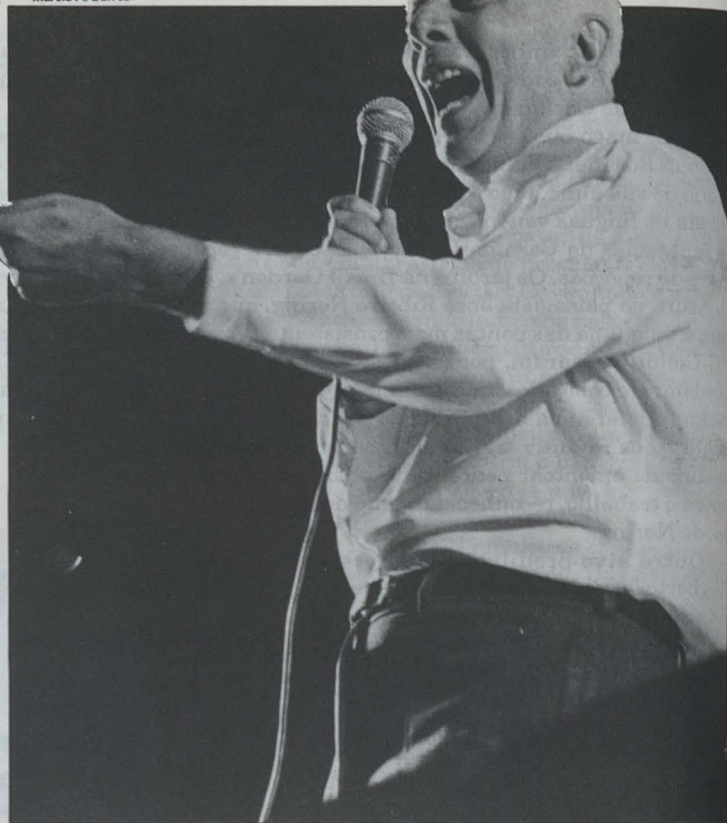
Em 1961, apresentou substitutivo ao projeto de lei antitruste, enviado pelo Executivo. Votou a favor do sistema parlamentarista de governo, como solução para a crise desencadeada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, seguida do veto dos ministros militares à posse do substituto legal, o vice-presidente João Goulart. Como ministro da Indústria e Comércio, integrou o primeiro gabinete parlamentarista, formado por Tancredo Neves.

Com o golpe de 64, ajudou a redigir um ato constitucional delegando poderes ao chamado Comando Militar da Revolução (general Costa e Silva, brigadeiro Correa de Melo e almirante Augusto Rademaker), projeto ignorado pelos militares, que editaram o Ato Institucional nº 1, concedendo poderes extraordinários ao Executivo. Defendeu a criação do Banco Central, proposta pelo governo Castelo Branco, e participou da elaboração do novo Código Eleitoral.

Em 1966, com a extinção dos partidos existentes e a criação do bipartidarismo, foi eleito vice-presidente do MDB, a quem foi consentido o papel de oposição. Em 1971, assumiu a presidência da frente oposicionista. Dois anos depois, lançou-se "anticandidato" à presidência da República, fazendo campanha simbólica para denunciar o regime militar.

A partir das eleições parlamentares de 1974, a oposição, vitoriosa em quase todo o país, mas minoritária no Congresso, consolidou-se empunhando a

Marcio A. Barros



bandeira da democracia. O avanço da luta pelas liberdades teve seu ponto alto na campanha pelas eleições diretas, deflagrada dez anos depois. A figura de Ulysses ficou tão associada a essa etapa marcante da vida política do país que ele passou a ser chamado "Senhor Diretas".

As diretas não passaram no Congresso, mas o caminho democrático já era irreversível. Veio a morte de Tancredo Neves, depois da vitória no Colégio Eleitoral e um dia antes da posse na presidência. Ulysses, presidente do PMDB e novamente presidente da Câmara, passou a acumular o papel de principal conciliador dos momentos em que a política beirava a crise.

Na presidência da Assembléia Nacional Constituinte, teve pulso para impedir uma virada de mesa, concluindo os trabalhos no prazo estipulado. Por direito, foi o primeiro a jurar a nova Carta. E manifestou seu "nojo à ditadura".

Nas primeiras eleições para presidente, depois de quase 30 anos, Ulysses Guimarães ficou em quinto lugar. E se manteve onde viveu quase toda sua vida pública: no Congresso. Acompanhou todo o levantamento de denúncias contra Fernando Collor. No momento certo, interferiu decisivamente no processo de *impeachment*. O seu "sim" foi um dos momentos mais bonitos do dia em que a Câmara votou pela admissibilidade do processo.

Sem Ulysses, os futuros debates parlamentares vão ter menos brilho. Que sua lembrança ilumine os caminhos da vida política brasileira.

Carandiru nunca mais

O amadurecimento mostrado pela sociedade no processo que culminou com o afastamento de Fernando Collor de Mello da presidência da República foi brutalmente questionado dez dias depois, com o massacre do Pavilhão 9 da Casa de Detenção, em Carandiru – São Paulo. A matança promovida pelas forças de segurança do governo Luís Antônio Fleury, a propósito de controlar uma briga de presos, seguida de tumulto, chocou o país e o mundo.

O Pavilhão 9 tinha 2.076 internos, a maioria deles jovem e judicialmente primária. Calcula-se que os 500 policiais que invadiram a Casa de Detenção tenham disparado cinco mil tiros durante as seis horas e meia em que permaneceram no presídio. Oficialmente foram 111 mortos, mas as entidades de defesa dos direitos humanos, que acompanham o caso, consideram que o número deve se elevar à medida que os fatos

sejam apurados. Os presos falam em 150 assassinatos, e denunciam o desaparecimento de mais 134 homens.

O relato deles é impressionante. Os seguidos fuzilamentos, os golpes de faca (para forjar uma guerra entre presos) e carabina, os ataques de cães treinados... Os presos nus, obrigados a carregar companheiros mortos. O despejo de corpos no fosso do elevador, para a rápida desobstrução do prédio. O empilhamento de mortos na barbearia...

A repercussão internacional da tragédia foi imediata. Representantes estrangeiros de entidades de defesa dos direitos humanos vieram ao Brasil para apurar o massacre. Aqui desembarcaram a Anistia Internacional; o Comitê Consultivo de Prisões do Human Rights Watch; a Fundação Penitenciária Internacional, representando a Organização dos Estados Americanos – OEA e a Organização das Nações Unidas – ONU. Carandiru foi uma das

piores chacinas do mundo registradas dentro de uma prisão. Na prática, superou o massacre ocorrido no Peru em 1986, quando 300 detentos foram mortos em três penitenciárias. Triste marco para um país como o nosso, que tanto aprecia feitos em escala mundial.

O governador Fleury, inicialmente, tentou esconder os fatos, que poderiam prejudicar o candidato de seu partido à prefeitura da cidade de São Paulo. As primeiras informações davam conta de oito presidiários mortos e 11 policiais feridos. Depois do fechamento das urnas, as informações começaram a ser liberadas, e o governador afastou os comandantes da PM envolvidos na chacina, além do diretor da Casa de Detenção. A força-tarefa, o ex-tenente Fleury, da mesma Polícia Militar paulista, deixou o espírito corporativo e aceitou o afastamento do secretário de Segurança, Pedro Franco de Campos, que autorizou a invasão do presídio.

Só depois de alguns dias, o governador admitiu que foi criminosa a ação da Polícia Militar.

Inúmeras vezes da sociedade civil se levantaram pedindo que o mesmo amadurecimento com que o país transpôs o vergonhoso processo do “caixa 2” de Collor seja observado na apuração – nos mais diversos âmbitos – de todos os fatos que cercaram o dois de outubro no Pavilhão 9 da Casa de Detenção. Caso contrário, acreditam, de nada valerá o esforço desse povo para ser visto como nação.

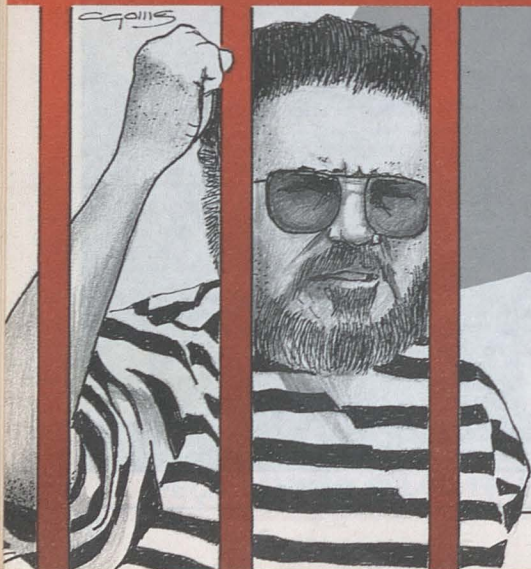
Carandiru também denunciou o caráter de urgência com que devem ser adotadas profundas mudanças no sistema carcerário do país.

As penitenciárias das grandes cidades brasileiras são barris de pólvora socados até a boca. Em São Paulo, a Casa de Detenção amontoa 7.500 presos, mas só poderia abrigar metade desse número. O país dispõe de 50 mil vagas, onde “acomoda” 124 mil detentos. A reestruturação desse truculento sistema é um desafio para a sociedade, e um teste de fogo para o governo de Itamar Franco.

Luiz Carlos dos Santos / Agência JB



A perda do endeusado líder pode levar o exército clandestino a começar a agir de forma autônoma, persistindo no terrorismo indiscriminado para deixar claro que o partido não morreu. De qualquer modo, o principal desafio do presidente Alberto Fujimori agora é eliminar as causas estruturais da violência no Peru, em particular a situação de miséria na periferia das grandes cidades e na zona andina



Depois do Sendero,

Héctor Béjar*

Há quase dois meses o líder do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, está preso, julgado por uma corte militar. Nas organizações que concentram sua liderança no endeusamento de uma pessoa e a colocam no topo de um sistema vertical de mando, a perda do líder pode ser uma ferida mortal. Devemos esperar então – se isto for certo –, a extinção de um dos fenômenos políticos mais alucinantes e de um dos grupos mais cruéis e inescrupulosos que registra a história peruana.

Mas não é provável que este desaparecimento aconteça de repente. Os outros líderes do Sendero buscarão manter o aparato conspirativo e marcar sua presença. A morte tem também a sua própria inércia. Nesta hipótese, o Peru deverá percorrer uma rota de sangue cujas dimensões e duração são imprevisíveis, antes que acabe o ciclo do terror.

Mas, ainda que o Sendero desapareça, isso não significa por si só o fim da violência. Solucionado o problema principal – causado por este movimento terrorista –, ficam no entanto outras ameaças igualmente temíveis a enfrentar: as que vêm da expansão da pobreza e a continuação da recessão econômica.

Composição surpreendente – A captura de Guzmán trouxe à tona que seu trabalho político não estava limitado às classes pobres, mas se desenvolvia sob a sombra protetora de pessoas da alta classe média peruana, torturadas por um sentimento de culpa e atraída pelo fascínio que exercia este intelectual provinciano dedicado exclusivamente ao terrorismo.

Mostrou também uma presença marcante de mulheres e de professores nos cargos de direção e nos níveis médios. Ou seja, dentro da organização nem to-



outros Senderos

dos tinham raízes indígenas e muito menos na cultura milenar andina. Aqui também se repete um fato bastante trivial: a participação dos setores da classe média e alta da sociedade nos movimentos revolucionários ou que – como o Sendero – pretendem sê-lo.

Chama a atenção o fato de a organização terrorista ter aplicado métodos de trabalho do tipo artesanal. Descuido ou resultado de uma concepção que rejeita ideologicamente a tecnologia moderna? O homem mais procurado do país morava no segundo andar de uma casa em um bairro residencial de classe média, sem saídas de emergência, sem túneis nem sótãos – como os usados pelos *Tupamaros* uruguaios e outros movimentos clandestinos da América Latina –, tinha uma companheira, uma pequena biblioteca, fumava e bebia vinho comum. Não tinha sistemas de alarme que pudessem avisá-lo de um ataque da polícia, nem guardas armados. Muito pouca sofisticação para um movimento que fazia o país tremer e escapou com êxito da perseguição militar e policial durante 12 anos.

Tudo isto contrasta, no entanto, com o amadorismo do líder por deixar sua imagem gravada em fitas de vídeo. Graças a este erro personalista, o país pôde inteirar-se de que Guzmán não havia morrido, como muitos imaginavam, que não era o fantasma fabricado de um homem já enterrado em algum túmulo desconhecido, mas um personagem vivo, de carne e osso.

A forma artesanal do Sendero atuar também contrasta com o uso do computador, que permitiu à polí-

cia se apoderar da lista de milhares de militantes em todo país e guardá-la cuidadosamente em disquetes.

Ficou evidente que o vídeo e o computador, símbolos da modernidade no Peru de hoje, não são compatíveis com a dinamite e o *anfo* – explosivos artesanais – nem com as armas comuns usadas pelos combatentes do Sendero, nem com suas concepções ideológicas tradicionalistas e ortodoxas no terreno da tecnologia e da política.

Comando político, não militar – A outra questão é a relação do chefe com os militantes. Nas guerrilhas clássicas latino-americanas, o chefe se arriscava, lutava junto com – ou muito próximo – dos combatentes de vanguarda. Quando se chegava a uma situação de relativo privilégio no comando é porque antes havia passado por muitos combates.

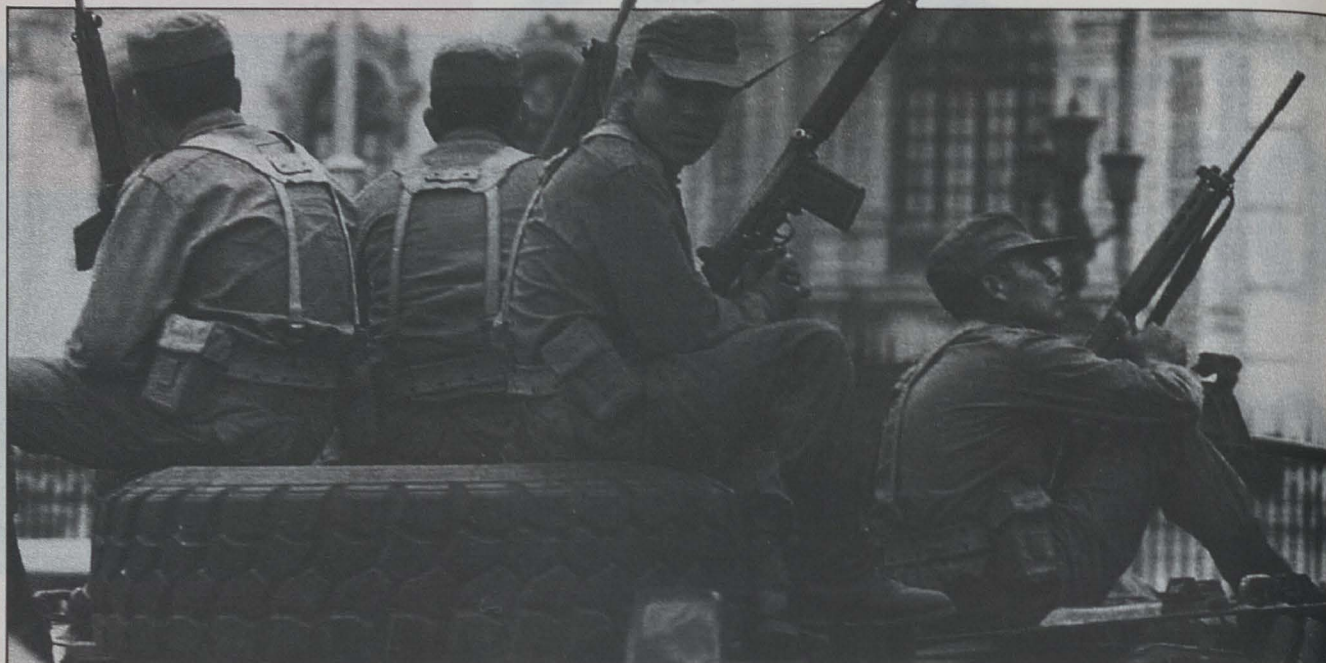
Mas isto era na guerrilha guevarista. No Sendero não era assim. Sua direção não era militar, mas política. E sobretudo burocrática. Como não era o fuzil que mandava no partido e sim o partido que mandava no fuzil, os combatentes consultavam o chefe sobre as operações que deveriam realizar. Chefe que não havia saído dos grupos de combate, mas do partido.

O que acontecerá agora que o mentor estratégico já não está presente, quando os homens das armas ficaram sozinhos e não têm a quem consultar?

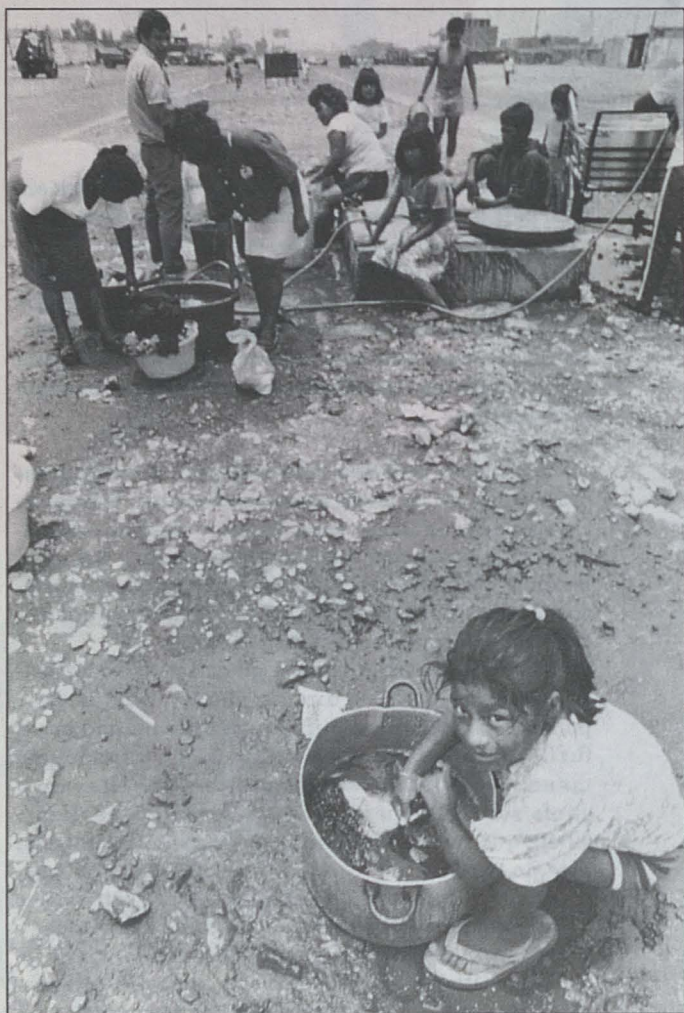
Uma alternativa, anulado seu chefe, é o progressivo desaparecimento do movimento. Mas a outra é a

AMÉRICA LATINA

PERU



Peru: uma sociedade marcada pela violência e pobreza, terrenos férteis para o aparecimento de outros "Senderos"



autonomização do exército clandestino, a persistência de seus oficiais e combatentes no terrorismo indiscriminado para deixar claro que o partido existe e a revolução continua.

Cabem, obviamente, outras possibilidades: os conflitos internos poderiam florescer com as críticas aos erros grosseiros da direção, ou poderia se desencadear a desagregação do movimento como resultado do rompimento do "equilíbrio estratégico". Mas tudo isso pertence à especulação. O Sendero continua sendo um enigma. Sua trágica história ainda nos desvenda pouco de seus verdadeiros mecanismos.

Porém, mais importante que conhecer como a organização funciona é atacar as causas que lhe deram origem. E entre elas, a principal é a pobreza extrema. De fato, 15% da população pobre, que segundo as pesquisas de opinião justificam ou apóiam os movimentos subversivos em Lima, não desaparecerão com a prisão de Guzmán.

Enquanto a população mais pobre do Peru não encontrar uma saída para sua desesperadora situação atual, enquanto persistir a fria indiferença dos países e das classes ricas diante da sorte dos miseráveis, sempre haverá movimentos subversivos florescendo onde não há água, luz elétrica, trabalho nem comida.

Morto o Sendero Luminoso, é muito provável que apareçam outros Senderos no futuro, se a situação não mudar. Um povo com tanto vigor como o peruano não pode coexistir com a pobreza sem coexistir também com a violência. ■

* Héctor Béjar foi dirigente do Exército de Libertação Nacional (ELN), em 1965. Escreveu livros sobre a experiência guerrilheira no Peru e é atualmente diretor do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e a Participação (Cedep), em Lima.

A queda do "Presidente Gonzalo"

Depois da grande vitória que obteve Fujimori com a prisão de Abimael Guzmán, é necessário que seu governo combata a pobreza extrema, o verdadeiro caldo de cultura do senderismo

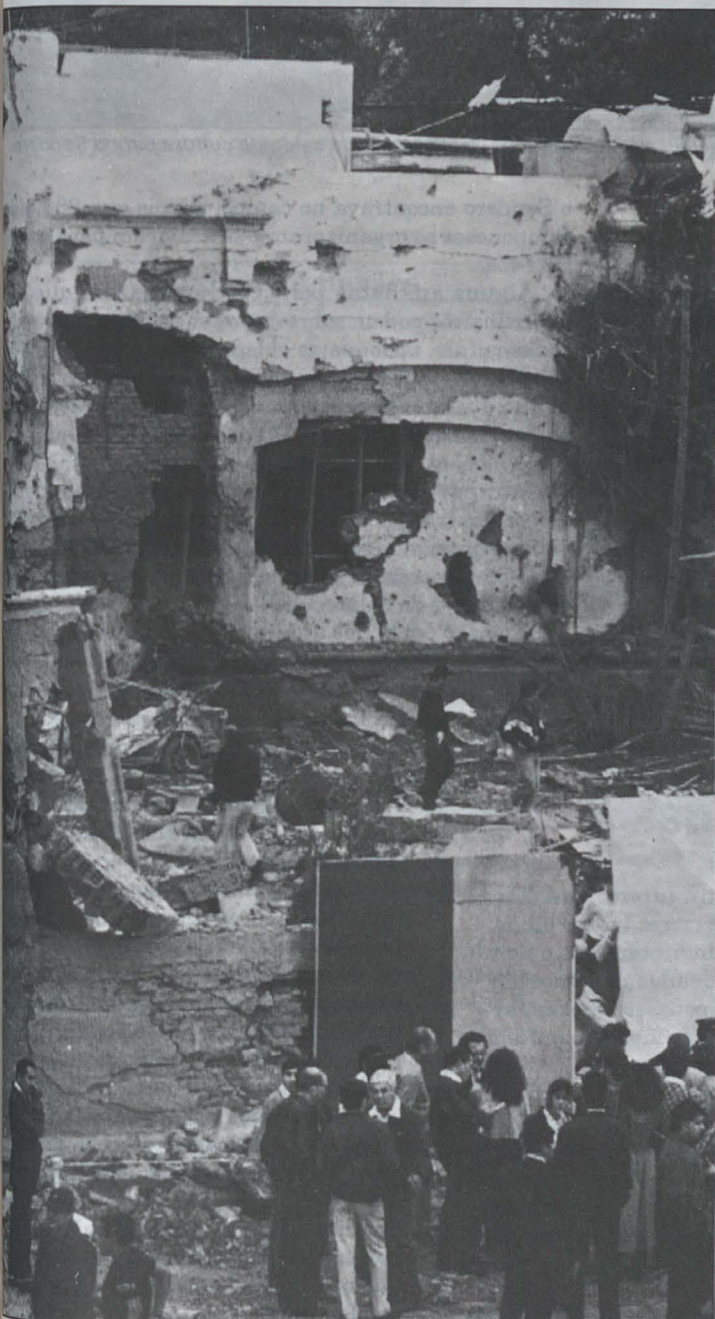
César Arias Quincot

O sábado de 12 de setembro será um dia inesquecível para a imensa maioria dos peruanos. Aparentemente, era uma jornada cinzenta a mais, daquelas a que pareceram ter se acostumado os mais de seis milhões de habitantes de Lima.

Às 22 horas, a TV anunciou que "havam prendido Abimael Guzmán", líder máximo do Sendero Luminoso, chamado "Presidente Gonzalo" por seus seguidores. Duas horas antes, agentes da divisão antiterrorista da polícia invadiram uma casa situada em um bairro da alta classe média, e capturaram oito dirigentes senderistas sem encontrar resistência. No dia seguinte, Guzmán apareceu na TV como um delinquente comum, enquanto o presidente Fujimori informava ao país o triunfo governamental.

Considerando o impacto psicológico, o governo vestiu os senderistas presos com um uniforme listrado. Foi dessa forma que apareceram diante da imprensa dois grupos, um de mulheres e outro de homens. Poucos dias depois, apresentaram o líder capturado, dentro de uma jaula e também vestido com um uniforme listrado. Guzmán pronunciou um discurso monocórdio e reiterativo de quase 20 minutos, com citações do stalinismo e do maoísmo ortodoxos.

A guerra continua – Apesar de Fujimori ter chegado à beira do triunfalismo, a imensa maioria dos analistas políticos – porta-vozes políticos, meios de comunicação e autoridades governamentais –, coincide



Lima: atentado do Sendero mata cinco e deixa 30 feridos



A marginalização de grande parte da população, por razões raciais e sócio-culturais, tem servido de caldo de cultura para o Sendero

ao ressaltar que a captura do líder do Sendero é um golpe psicológico importante, pelo intenso culto à personalidade existente na organização maoísta, e porque priva o Sendero do seu maior estrategista.

A captura de importantes lideranças e o descobrimento de documentos internos do movimento permite à polícia desbaratar células clandestinas, com o que fica muito afetado o principal núcleo senderista na capital.

Nos últimos anos, o Sendero Luminoso decidiu transferir o eixo da sua guerra para Lima, centro político e econômico do Peru. As razões seriam duas: em primeiro lugar, acelerar o curso da guerra, pensando que os atos selvagens de violência indiscriminada aterrorizariam as classes altas, gerando uma maior fuga de capitais e de pessoas de maior nível técnico e profissional, acelerando a decomposição social.

Em segundo lugar, era crescente a dificuldade que

o Sendero encontrava no campo, depois que 200 mil camponeses se organizaram e se armaram para combatê-los.

Alguns analistas políticos recordaram que os guerrilheiros podem sobreviver por muito tempo nas zonas rurais, mas que as cidades têm quase sempre significado um túmulo para eles. Guzmán expurgou os que divergiram desta mudança estratégica e hoje paga as consequências.

Perspectivas – O mito caiu. Guzmán já foi julgado por um tribunal militar e condenado à prisão perpétua, por ter sido considerado responsável pela morte de 25 mil pessoas e por perdas materiais de mais de 20 bilhões de dólares.

A maior parte dos analistas considera que este triunfo governamental se deve ao trabalho de uma polícia especializada, que sabe muito mais de luta anti-subversiva que todos os serviços de informação das Forças Armadas. É, além disso, a vitória da luta legal, e não da “guerra suja” que alguns praticaram e não poucos defenderam.

Existe, também, uma consciência muito clara no sentido de que agora é necessário ganhar a batalha ideológica, defendendo o valor moral da vida contra uma ideologia que não tem pudor em defender a “necessidade histórica” da morte de não menos de um milhão de peruanos.

Por último, observadores mais atentos e perspicazes estão de acordo em apontar a necessidade de estabelecer novas relações de solidariedade que superem a marginalização por razões raciais e sócio-culturais que serviu como caldo de cultura do senderismo.

A história conhecida

O Partido Comunista do Peru-Sendero Luminoso se originou na divisão do PC em maoístas e pró-soviéticos (1964). Guzmán encabeçou a facção maoísta mais ortodoxa e extremista que nasceu como partido em 1970. A primeira medida que adotou foi organizar seus quadros em células, para efetuar trabalho clandestino.

Em 1978, os dirigentes passaram à clandestinidade e em 1980 iniciaram a luta armada. A primeira reposta oficial foi fraca. Em 1982, o

governo decidiu intervir militarmente. Os massacres indiscriminados ajudaram indiretamente o Sendero. Desde meados dos anos 80, grupos de camponeses recebem armas das Forças Armadas e enfrentam os rebeldes.

Em fins dos anos 80, Guzmán decidiu transferir o peso da guerra para Lima. Para isso assassinaram dirigentes de bairros populares e instalaram carros-bomba em diversas zonas gerando o terror coletivo.

Uma utopia que deu certo

Apesar da resistência das Forças Armadas e dos latifundiários, após 12 anos de guerra floresce no menor país da América Central um exemplo único de democratização e subordinação do Estado à sociedade civil

Claudia Guimarães

Em meio a um silêncio constrangedor, a comissão encarregada de estudar as denúncias de envolvimento de militares salvadorenhos no assassinato, tortura e sequestro de milhares de civis entrega o seu relatório final ao presidente Alfredo Cristiani. A cerimônia, realizada na sede das Nações Unidas, é breve e tensa. Poucas palavras, algumas gentilezas, nenhum sorriso. No olhar de cada um, a certeza de que ali talvez estivesse se jogando o futuro de um processo de paz, arduamente conquistado após 12 anos de guerra.

O relatório com o nome de cerca de 80 altos oficiais acusados de cometer violações dos direitos humanos é uma das provas de fogo dos acordos de paz assinados pelo governo Cristiani e a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), em 16 de janeiro passado. O presidente salvadorenho tem dois meses, que começaram a contar a partir da entrega do documento, em 23 de setembro, para adotar as medidas recomendadas pela comissão.

A grande incógnita, porém, é como reagirão as Forças Armadas ao pedido de remanejamento, expulsão definitiva ou até mesmo indiciamento de altos oficiais. A única reação, logo após a entrega do documento, partiu do subchefe do estado-maior do Exército, general Mauricio Ernesto Vargas, ao afirmar que a instituição "cumpriria as ordens do governo". A lacônica declaração não foi suficiente, porém, para tranquilizar os grupos de direitos humanos do país.

Mudanças no cenário internacional – Até um ano atrás, El Salvador poderia ser conhecido como o país das impossibilidades. Mergulhado



Comapala: tropas de elite do Exército entregam suas armas



San Salvador: camponeses exigem terras e créditos para trabalhar

numa sangrenta guerra civil, nada parecia ali prosperar, a não ser a indústria da morte. País pequeno – o menor da América Latina –, dominado por latifundiários e um exército poderoso, só a guerra e os requintes de crueldade dos esquadrões da morte garantiam a El Salvador espaço no noticiário internacional.

Hoje, porém, 12 anos depois de uma guerra que o governo não pôde ganhar – apesar da maciça ajuda militar dos Estados Unidos – floresce em El Salvador um exemplo único na América Latina de um processo de democratização e subordinação do Estado à sociedade civil.

Os acordos assinados pelo governo Cristiani e a FMLN estabeleceram, mais do que as condições para a paz, as bases de um novo país. Além da depuração, redução e mudança de doutrina das Forças Armadas, eles prevêem uma série de reformas democráticas na sociedade salvadorenha. “Vive-se um contexto diferente no país. Há um processo,

Uma revolução democrática

Após as profundas mudanças no Leste europeu e no cenário internacional, a direção da Frente Farabundo Martí redigiu um documento, onde faz uma reflexão sobre conceitos como socialismo, revolução, democracia e economia de mercado.

“O problema que se apresenta hoje – diz Villalobos – é como definir uma mudança revolucionária. A idéia anterior se baseava na tomada do aparelho do Estado, em expulsar a burguesia do poder e governar sem oposição. Com exceção dos sandinistas na Nicarágua, praticamente todos aplicaram esse modelo. Mas está claro que ele não funciona.”

Uma das principais teses do documento é que a esquerda tem sido, fundamentalmente, um fenômeno contestatório. E que, nas atuais condições, o desafio que tem diante de si, em toda a América Latina, é transformar-se em um grupo de poder.

“Isso implica ser gestor do poder. É uma mudança de mentalidade muito grande, pois leva a redefinir prioridades, construir poder econômico, criar meios de comunicação, etc.”, explica Villalobos.

Nesse documento, intitulado “Uma revolução na esquerda para uma revolução democrática”, a FMLN faz uma definição do socialismo baseado em três pontos:

1) predominância da sociedade civil, seu desenvolvimento ao máximo, de tal maneira que ela seja capaz de regular o poder do Estado;

2) a democratização do Estado, sobre a base de conseguir sua neutralidade. (“É preciso criar um Estado democrático com mecanismos que tenham como via fundamental o acordo na hora de dirimir os conflitos sociais e políticos. Isso implica fortalecer o Parlamento”);

3) alcançar a hegemonia da propriedade social,

dentro de um regime de mercado. (“Tradicionalmente tem se confundido mercado com capitalismo. E são duas coisas totalmente diferentes. O mercado é a forma lógica de funcionamento da economia para poder comprar e vender. Não traz, intrinsecamente, os mecanismos que definem a propriedade dos meios de produção”).

Na opinião do dirigente da FMLN, o que se conheceu por socialismo até hoje tem sido a estatização dos meios de produção, e não a transferência dos meios de produção aos trabalhadores ou outros setores.

“A partir desse conceito de propriedade social, o que nós propomos é democratizar a propriedade, ou seja, abrir uma luta no flanco econômico dentro do mercado para tornar eficiente e competitivo os sistemas cooperativos, as formas associativas de propriedade,

a criação de bancos populares”, explica.

Joaquín Villalobos considera que é preciso lutar para socializar a propriedade dentro de um regime de mercado. “Precisamos provar que as relações de solidariedade e cooperação, pelo menos entre os pobres, são mais eficientes para resolver os problemas da injustiça social e miséria, que a acumulação individual e a competição, dentro dos moldes clássicos do capitalismo selvagem.”

Ele enfatiza que no documento não se defende a eliminação da propriedade privada individual, mas sim competir com ela. “Prendemos gerar riqueza, desenvolvimento. Se não construirmos uma base econômica, não teremos perspectiva como esquerda. Podemos nos transformar em um grupo que chega ao poder, mas depois o perde e é esquecido pela História.”

com problemas mas real, de reconciliação e mudança. Na luta entre a democracia e o passado, a democracia está ganhando”, afirma o comandante da FMLN, Joaquín Villalobos.

Para o dirigente da FMLN, que concedeu uma entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, estes avanços só foram possíveis devido às profundas mudanças no cenário internacional. “Foi o fim da Guerra Fria que nos permitiu assinar a paz. Se ela não tivesse terminado, continuaríamos combatendo, não porque este era o nosso desejo, mas porque o contexto internacional nos estava bloqueando.”

A continuação da guerra em El Salvador, apesar da desintegração da União Soviética, deixou claro que o conflito não estava inserido no confronto Leste-Oeste, opina Villalobos. A queda do Muro de Berlim coincide, inclusive, com o esforço militar mais importante da FMLN durante toda a guerra.

“Mas é interessante observar que, depois da queda do Muro e da crise na Europa do Leste, tanto a oligarquia salvadorenha quanto o governo norte-americano passaram a apostar no enfraquecimento da FMLN. Isso nos obrigou a fazer um novo esforço militar, em novembro de 1990”, lembra o dirigente.

A partir de então, a guerra fica claramente empacada e se torna evidente que não havia nenhuma possibilidade de se derrotar a FMLN pela via militar. Essa constatação leva o governo a retroceder e assinar uma série de acordos com a guerrilha. Em abril de 1991, é firmado o acordo de reforma à Constituição; em 25 de setembro, o que estabeleceu a base para resolver o problema agrário e a formação da nova Polícia, com a participação da FMLN, e em 16 de janeiro de 1992 se assinam os acordos de paz.

“No caso de El Salvador, a assinatura dos acordos implica o fim do que podemos chamar de capitalismo oligárquico, dependente, ou seja dos regimes totalitários de direita. Hoje, abre-se a possibilidade de uma hegemonia da sociedade civil, de um Estado democrático, com o desenvolvimento de uma forte propriedade social. Ou seja, uma mudança revolucionária de grande dimensão”, enfatiza.

Reação do Exército – Como todo processo que envolve mudanças institucionais tão profundas, a democratização de El Salvador enfrenta muitos obstáculos. “Uma das principais falhas desse processo – critica Joaquín Villalobos – é a lentidão com que o governo está cumprindo os compromissos assumidos. Todos os pontos decididos estão sendo cumpridos fora do prazo previsto. O governo está seguindo uma estratégia, nos nove meses que deve durar o cessar-fogo, de cumprir o menos possível nesse tempo, e simultaneamente cobrar que a FMLN respeite de forma unilateral o desarmamento”.

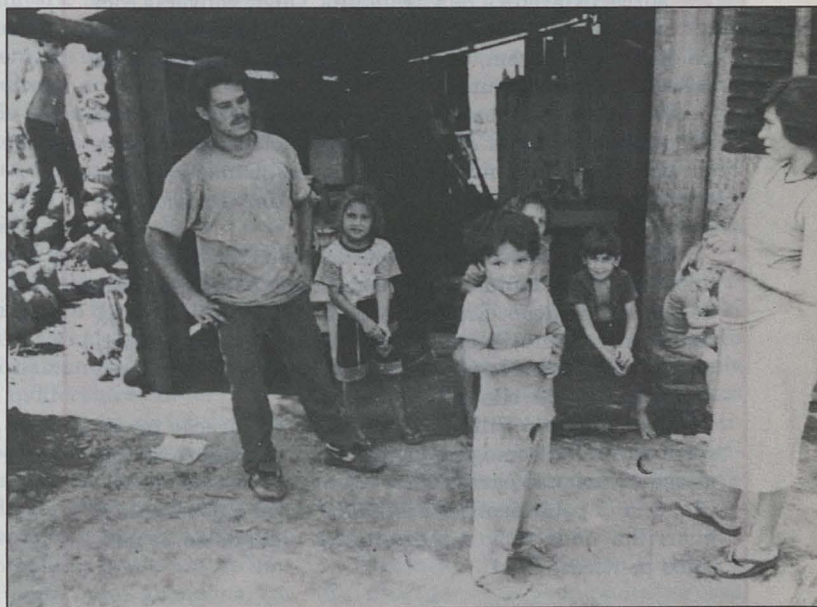
Na sua opinião, a posição do governo Cristiani

se deve à grande pressão das forças que se opõem à consolidação da paz. Entre estas forças, ele identifica em primeiro lugar o Exército, “que resiste em dissolver os serviços de segurança e tentou manter em funcionamento a Guarda Nacional e a Polícia Fazendária. Além disso, fez planos para tentar se infiltrar na nova polícia e tem mantido uma política de pressão sobre o governo para que ele não tome certas medidas relacionadas à reforma militar”.

As pressões, abertas ou veladas, não conseguiram impedir a dissolução dos serviços de informação e a criação da nova Academia de Segurança Pública. Neste novo órgão, nos três níveis – executivo, de direção e de agentes – 20% são membros da FMLN, 60% são novos integrantes e 20% são ex-policiais, mas não militares. “Para nós, é muito importante participar da segurança pública. Não para ter uma parte da polícia como FMLN, mas para ter incidência na concepção de segurança pública”, afirma.

A questão da terra – Segundo Joaquín Villalobos, o único ponto em que não houve nenhum progresso é o que se refere à transferência de terras. “Este é um problema muito delicado. No caso de El Salvador, o governo representa interesses de latifundiários. Foi menos difícil para Cristiani fazer concessões em outros pontos, como por exemplo na questão dos militares, do que tomar medidas que impliquem a transferência de terras.”

O governo, por sua vez, alega não ter recursos para comprar terras dos proprietários (que as abandonaram durante o conflito) e vendê-las em condições facilitadas a seus atuais ocupantes, em geral camponeses que apoiaram a guerrilha ou ex-combatentes.



Os refugiados de guerra engrossaram as favelas da capital

"Lamentavelmente, até agora recebemos só uma pequena parte dos 800 milhões de dólares que a comunidade internacional nos prometeu, o que deixa todo o processo de pacificação em uma situação muito difícil", assinalou a ministra salvadorenha de Planejamento, Mirna Lievano, em uma reunião do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Para a FMLN, a solução desse problema é fundamental para a sobrevivência dos acordos de paz. Dos seus quase 8.000 combatentes, cerca de 80% decidiram permanecer no campo. Como o presidente Cristiani se comprometeu formalmente a transferir terras aos ex-guerrilheiros, a Frente apresentou ao governo uma relação, na qual reivindica 4.666 propriedades, situadas principalmente no norte e leste do país e cuja extensão chega a 261 mil hectares. O pedido está sendo analisado por uma comissão integrada por membros da FMLN, do governo e dos partidos políticos.

A proposta oficial é destinar 2,7 hectares de terras aos camponeses e pelo menos 4 ha aos desmobilizados do exército e da FMLN. Porta-vozes da Frente, porém, criticaram essa posição, alegando que criará um sentimento de frustração na base social da guerrilha.



Joaquín Villalobos

Vinte anos de luta

O sorriso é largo e a fala, tranquila. Quem conversa com o comandante Joaquín Villalobos dificilmente imagina que aquele jovem, de 41 anos, tem uma trajetória de mais de 20 anos de luta.

Villalobos se incorporou ao Exército Revolucionário do Povo (ERP) em 1970. Três anos depois, foi obrigado a passar para a clandestinidade. Nessa época, abandonou o terceiro ano de Economia, que cursava na Universidade Nacional de San Salvador.

Em 1974, passou a fazer parte da direção do ERP e três anos depois assumiu a responsabilidade político-militar dessa organização. Em outubro de 1980, participou, já como comandante, da criação da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), que unificou as cinco organizações guerrilheiras do país.

Hoje, Joaquín Villalobos faz parte da direção provisória da FMLN como partido político e é membro da Comissão Nacional para a Paz, um organismo de transição, criado pelos acordos assinados entre o governo e a guerrilha, onde estão representados, além deles, os partidos políticos.

Crise econômica—A questão da terra é particularmente importante em um país agrário como El Salvador e que atravessa uma profunda crise econômica. A não-transferência dos títulos de propriedade para os ex-combatentes os obrigará a emigrar para a capital, engrossando o cinturão de miséria que já caracteriza San Salvador.

"Se o governo não cumprir sua palavra, a perspectiva para os guerrilheiros desmobilizados é o desemprego e um futuro de pobreza", prevê o diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade Centro-Americana, Jose Briones. Ele lembrou que já com os primeiros desmobilizados se apresentaram problemas deste tipo, o que levou alguns a voltar a pegar em armas enquanto esperam uma solução. "Em El Salvador, a pobreza urbana passou de 50%, registrada nos anos de 1976/1977, para 61,4% em 1990", afirma.

Este, aliás, é um dos pontos que tem mais merecido a atenção dos dirigentes da FMLN. "A questão econômica é o principal desafio, um campo quase desconhecido para a esquerda. É o que tem sofrido mais contestação, mas, ao mesmo tempo, é o ponto sobre o qual ela menos tem apresentado propostas alternativas", reflete Joaquín Villalobos.

O dirigente lembra que, com o fim da guerra, os Estados Unidos, tradicionais aliados do governo salvadorenho, praticamente "se esqueceram" do país. "Washington financiou a guerra, mas não quer bancar a paz. Então, o caminho é pensar em termos de auto-suficiência e tratar de orientar El Salvador para uma estratégia econômica diferente, dentro de um contexto de integração latino-americana."

Na sua opinião, a solução dos problemas de El Salvador passa por mudanças econômicas que garantam maior competitividade do país. "Queremos garantir uma boa inserção no mercado internacional e promover uma melhor capacitação dos nossos trabalhadores. Pretendemos também desenvolver a rede de comercialização interna e externa e o sistema financeiro do país", garante o dirigente.

Apesar da crise econômica e das dificuldades do processo de democratização, Joaquín Villalobos se diz "radicalmente otimista" quanto ao futuro. "Sei que vai ser muito difícil, mas confio em que conseguiremos enfrentar os desafios que temos pela frente. Em El Salvador uma guerra era insuperável. Não há montanhas, o país é muito pequeno, havia um exército muito forte. Mesmo assim, conseguimos enfrentar o governo no campo militar durante mais de 12 anos. E foi essa guerra que obrigou o governo a ceder e iniciar um profundo processo de democratização do país. Ou seja, apesar de todas as condições adversas, nossa utopia, de construir uma sociedade melhor, deu certo".

Ajuda chega tarde demais



Num aeroporto da Somália, o membro de um dos clãs em luta tenta impedir que se fotografe um avião carregado de comida.

A comunidade internacional demorou muito a dar importância ao drama somaliano e nada se poderá fazer agora pelas dezenas de milhares de mortos e pelos que inevitavelmente morrerão nas próximas semanas

Rakiya Omaar*

A situação na Somália é atualmente descrita como “o pior desastre humanitário no mundo”, mas estas mesmas palavras já tinham sido usadas em fins de 1991 por Andrew Natsios, ex-diretor do Escritório norte-americano de Assistência em Casos de Desastres no Estrangeiro (OFDA). No entanto, naquela ocasião ninguém prestou atenção às alarmantes palavras de Natsios e desse modo se condenaram dezenas de milhares de civis a sofrimentos desnecessários ou à morte.

Mas agora que a Somália ocupou as manchetes dos jornais, aqueles que estiveram notoriamente ausentes ou permaneceram indiferentes diante do que ali acontecia se mostram, de um dia para o outro, preocupados com as crianças somalianas que morrem de inanição.

Muitas dessas pessoas ou organizações que “descobrem” repentinamente a tragédia somaliana perderam credibilidade, pois quase todas abandonaram a Somália à sua própria sorte em 1991

e boa parte deste ano, quando, em meio a uma situação política e econômica incerta, mais era necessária a sua ajuda.

Quando o último ditador Mohamed Siad Barre foi derrubado em 25 de janeiro de 1991, foram evacuadas todas as embaixadas – à exceção da do Egito – e a maioria dos organismos internacionais e agências de cooperação, incluindo os da ONU, abandonaram o país “por motivos de segurança”. Um funcionário da ONU admitiu reservadamente que esse foi “o maior fracasso das Nações Unidas nos últimos tempos”.

Essa fuga em massa das embaixadas e organizações internacionais colocou os civis somalianos fora dos limites de proteção das normas internacionais e facilitou os abusos contra os direitos humanos. Na capital da Somália a situação se deteriorou de forma vertiginosa e se passou do mero banditismo e da fome à guerra total.

Omissão dos Estados Unidos – Em última análise, os culpados por essa tragédia são os “senhores da guerra” so-

ÁFRICA

SOMÁLIA

malianos, que têm despedaçado seu país e cometido inenarráveis atrocidades contra seus compatriotas. Mas seus crimes – e essa é a outra face da moeda – têm sido incentivados pela indiferença do mundo exterior.

Entre os principais responsáveis se encontram os Estados Unidos, que durante uma década abasteceram Mohamed Siad Barre de armamentos, assistência econômica e apoio diplomático, o que permitiu ao ditador manter uma política nefasta, que preparou o terreno para o atual pesadelo.

Muitas das armas automáticas fornecidas pelos Estados Unidos, em função de sua estratégia de Guerra Fria, são as que têm sido utilizadas para assassinar ou mutilar milhares de civis somalianos desarmados. Como a Guerra Fria acabou, Washington perdeu todo seu interesse na Somália e fechou os olhos para os brutais crimes que ali são cometidos.

A OFDA foi corajosa e generosa ao prestar uma ajuda substancial a agências não-governamentais, especialmente ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR), mas estas iniciativas humanitárias não foram respaldadas oportunamente por ações diplomáticas do Departamento de Estado norte-americano.

Embora os Estados Unidos tivessem apoiado publicamente um esforço mediador da ONU, isso parece ter sido na realidade só outro pretexto para não tomar alguma medida concreta. Em fevereiro último, quando a ONU convocou para uma reunião em Nova Iorque as facções em guerra na Somália, nenhum funcionário do Departamento de Estado se dignou a comparecer ao local onde se desenvolviam as conversações de paz.

Em vez de tentar desempenhar um papel construtivo na Somália, o subsecretário de Estado para Assuntos Africanos, Herman Cohen, ignorou os apelos feitos aos Estados Unidos para que intercedesse na questão somaliana e os qualificou de irrealis.

Além disso, foram os Estados Unidos que limitaram o alcance de duas resoluções da ONU sobre a Somália, ao restringir a intervenção dos organismos internacionais só a questões puramente humanitárias e ao desestimular os esforços para resolver o subjacente conflito político.

O governo de George Bush tinha receio de que o Congresso norte-americano, já irritado pelo custo da contribuição dos Estados Unidos aos esforços da ONU para conseguir a paz nos conflitos da Iugoslávia, Camboja e El Salvador, se opusesse a dar recursos adicionais às Nações Unidas para ajudar a resolver a questão somaliana.

O papel da ONU – A ONU viu-se, por fim, obrigada a tomar uma atitude e em março último conseguiu uma trégua em Mogadíscio. Sua intervenção foi mal-preparada e ingênua, pois declarou um cessar-fogo sem discutir antes assuntos essenciais, como o controle de seu cumprimento e a entrega de alimentos aos exércitos em luta, cujos soldados, há tempos sem receber salários, estão roubando para comer.

Apesar disso, a trégua foi cumprida em boa parte. Mas, desde abril passado, muitos dos combates registrados foram provocados pela falta de alimentos.

Esperava-se uma maciça ajuda humanitária da ONU como primeiro passo para um acordo de paz negociado politicamente. Mas até agora sua ajuda continua sendo mesquinha, comparada com a de organizações não-governamentais muito menores. Em sua maioria, ela consiste no envio à Somália de missões de assessoria, na ajuda para redação de relatórios, aprovação de resoluções e na divulgação de um sem fim de promessas.

Uma equipe de 50 homens que chegou a Mogadíscio, a princípios de julho último, para controlar o cumprimento da trégua teve que se limitar às imediações dos seus quartéis, pois a ONU não lhes proporcionou meios de transporte nem respaldo ante as dificuldades políticas colocadas pelo chefe de uma das duas principais facções militares em luta. Por sua vez, os 500 soldados paquista-



ÁFRICA

SOMÁLIA

A luta entre grupos rivais na Somália (ao lado) têm impedido que a ajuda alimentar internacional (abaixo) chegue às vítimas da guerra

neses prometidos para vigiar o aeroporto e o porto da capital e a ajuda material externa até hoje não chegaram.

Hipocrisia – Na frente política o sinal mais alentador é a designação do experiente diplomata argelino Mohamed Sahnoun como representante pessoal do secretário geral da ONU, que cumpriu um papel relevante e foi muito sincero em relação aos erros cometidos pelas Nações Unidas nesta questão. Mas as agências da ONU não lhe forneceram o pessoal e os recursos de que necessita para cumprir adequadamente seu papel de mediador.

Quando a poeira da atual situação baixar, somente cinco organizações – a Cruz Vermelha Internacional, Save the Children (Grã-Bretanha), Médecins Sans Frontières (França), International Medical Corps (EUA) e SOS Kinderhop (Áustria) – terão se destacado por sua coragem, eficiência e empenho.

A Cruz Vermelha Internacional, o maior desses cinco grupos, está atualmente utilizando na Somália 50% do total dos seus recursos, o que dá uma medida da desesperadora situação na qual se encontra esse país e o fracasso daqueles que deviam ser os

maiores doadores para cumprir sua missão.

Africanos e muçulmanos não perderam tempo em acusar o Ocidente de utilizar dois pesos e duas medidas para ajudar a resolver a situação iugoslava e o drama somaliano. Mas estas críticas são hipócritas.

A Somália é membro da Organização da Unidade Africana (OUA), da Conferência Islâmica (CI) e da Liga Árabe. Nestas duas últimas organizações se encontram várias das nações mais ricas do mundo, que não fizeram nada para aliviar o sofrimento da Somália ou para ajudar os países muçulmanos empobrecidos, como Iêmen ou Djibuti, que se viram obrigados a receber um inesperado e grande fluxo de refugiados.

A OUA fracassou na questão da Somália, da qual não se ocupou com a urgência necessária. Nem sequer usou a influência política e moral de alguns de seus líderes para sensibilizar a comunidade internacional ante uma tragédia como a da Somália.

Um drama esquecido – Ainda não está claro o que despertou a atual atenção sobre a situação da Somália. Jornalistas de televisão e da imprensa escrita que nunca haviam falado ou escrito nada sobre este país agora competem entre si para cobrir esta “história”. Sem reconhecer suas próprias culpas nem o esquecimento que sofreram os somalianos, eles perguntam agora, tardiamente, como é possível que a tragédia deste povo tenha podido ser ignorada durante tanto tempo.

De qualquer forma, a ajuda prestada atualmente à Somália é bem-vinda, mas muitos deveriam sentir-se envergonhados por não terem podido prevenir e evitar tantos sofrimentos desnecessários a milhares e milhares de somalianos.

Ninguém pode salvar agora as dezenas de milhares de pessoas que morreram, que morrerão nas próximas semanas ou que ficarão para sempre inválidas física ou mentalmente. Mas é importante que se aprenda a lição antes que uma futura catástrofe, na Somália ou em outro país, se transforme em manchete de jornal. ■

*Rakya Omaar, de nacionalidade somaliana, é diretor executivo da Organização de Defesa dos Direitos Humanos “Africa Watch”

Começa a reconstrução

Com a instalação do novo Parlamento e a dissolução das milícias armadas estão dadas as condições para a paz definitiva, se não houver interferências externas

Beatriz Bissio

O Líbano entrou em uma nova fase de sua história com as eleições de agosto passado, as primeiras nos últimos 20 anos, nas quais foram eleitos os 128 membros do Parlamento.

A distribuição das cadeiras se fez de acordo com o Tratado de Taif, firmado na cidade saudita do mesmo nome em outubro de 1989, que abriu caminho para a solução da guerra civil: os poderes Legislativo e Executivo estão agora divididos em partes iguais entre cristãos e muçulmanos.

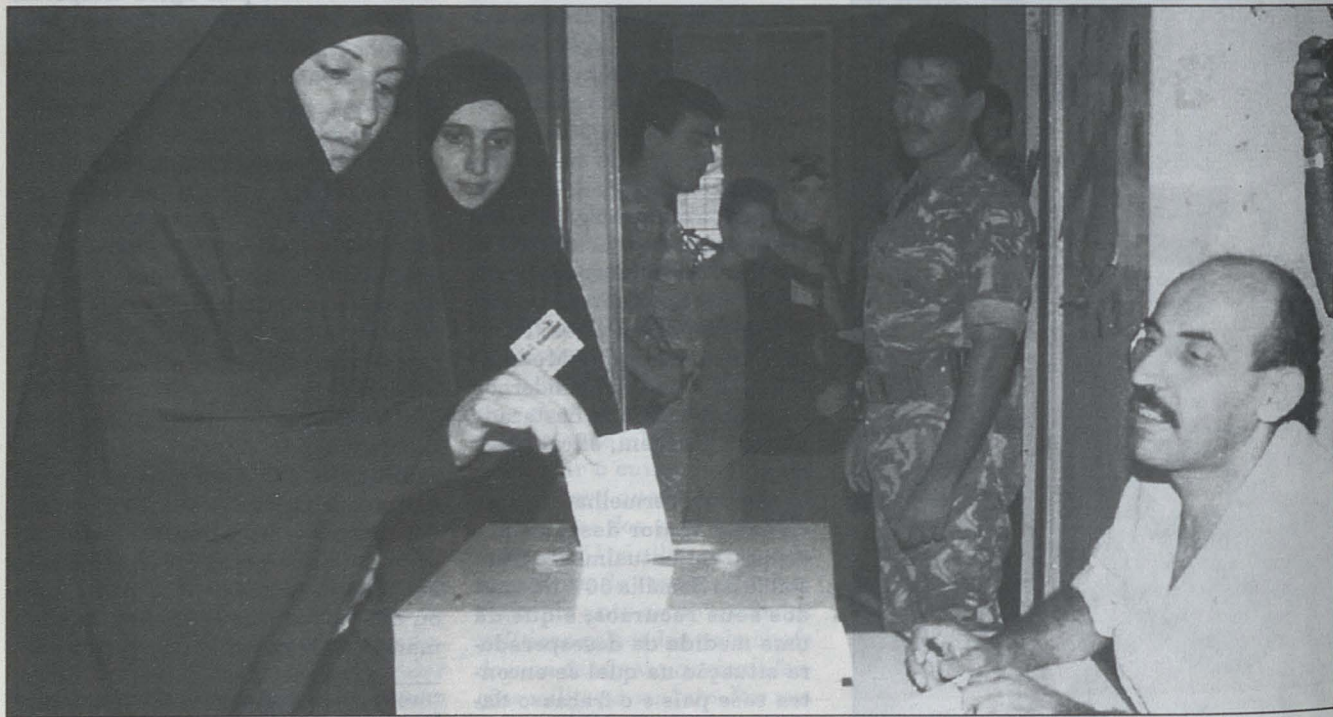
Cada uma destas comunidades religiosas tem, portanto, a metade das cadeiras do Parlamento, diferente do que acontecia antes quando a representação era de seis cristãos para cinco muçulmanos.

Uma parte da comunidade cristã, que repre-

senta 700 mil dos dois milhões de libaneses aptos para votar, optou pelo boicote às eleições. A atitude se justificava, segundo expressaram seus dirigentes, porque a presença de cerca de 40 mil soldados sírios em território libanês favoreceria as facções pró-Síria.

Os acordos de Taif prevêem o deslocamento desses soldados para a fronteira entre ambos os países dois anos depois do início do processo de normalização política, prazo que está próximo a cumprir-se. Mas a Síria rejeitou a possibilidade de se retirar antes do normal desenvolvimento do ato eleitoral e da instalação do novo governo.

Entre os que convocaram os cristãos a boicotar a consulta popular estavam o patriarca maronita Nasrallah Sfeir e líderes dos partidos de direita, como Dori Chamoun, do Partido Liberal Nacional, George Saadeh, do Partido da Falange, e Aymond



Pela primeira vez, o novo Parlamento eleito no Líbano terá igual número de representantes cristãos e muçulmanos

ORIENTE MÉDIO

LÍBANO



Para Walid Jumblatt (foto ao alto), a reconstrução da infra-estrutura é a prioridade no momento

jam verdadeiras e que Israel devolva as Colinas de Golán aos sírios e a nós, o sul do nosso país. Mas o desafio chave da gestão de Rabin é solucionar de forma definitiva a questão palestina, e não existe outra forma de fazê-lo a não ser reconhecer os direitos dos palestinos.”

O governo trabalhista de Israel propôs a autonomia administrativa dos territórios palestinos ocupados. Jumblatt acha que essa não é a forma de superar o problema, porque “não contempla as verdadeiras aspirações dos palestinos”.

Por outro lado, o líder do PSP adverte que “os trabalhistas terão que apresentar fatos concretos; as promessas não são suficientes. Não podemos esquecer que o Partido Trabalhista de Israel vetou a presença de uma delegação da OLP no Congresso da Internacional Socialista em Berlim. Não se pode entabular um diálogo com os palestinos sem a OLP”.

Ameaças à paz – Na opinião de Jumblatt, existem condições para que o fim da guerra no Líbano seja definitivo. Por um lado, ninguém se beneficiou com o conflito, nem os cristãos nem os muçulmanos. “Ambos estão cansados da guerra e querem a paz.” E o que é mais importante: “As armas pesadas estão fora do país e as milícias foram desmanteladas. Nova Iorque é mais perigoso que o Líbano atualmente”, afirma.

As ameaças à paz, segundo o líder druso, poderão vir dos dois lados: da instável situação regional e dos comerciantes de armas, que lucraram muito com a guerra do Líbano, em particular os fabricantes de armamentos das grandes potências.

Perguntado se as causas internas da guerra civil foram solucionadas, Jumblatt afirmou que sim. “Os muçulmanos, que formavam a base social das forças progressistas, em aliança com alguns grupos cris-

Eddé, líder auto-exilado do chamado Bloco Nacional. Todos eles respondem, em maior ou menor grau, às Forças Libanesas, do falangista Samir Geagea.

O novo Parlamento, cujo mandato será de quatro anos, assumiu o poder em 15 de outubro. O Congresso anterior, eleito em 1972, era um dos mais antigos do mundo. Nestes 20 anos, a guerra civil não permitiu realizar eleições e o mandato dos deputados foi se renovando de forma automática. A morte de numerosos legisladores obrigou a designar os novos por meio de acordos políticos. Quando o antigo Congresso chegou ao final de sua gestão tinha apenas 108 membros.

Atrair capital externo – O Partido Socialista Progressista (PSP), filiado à Internacional Socialista e integrado majoritariamente por drusos e cristãos, obteve 12 deputados nessas eleições, incluindo o seu líder, Walid Jumblatt. Em uma entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, Jumblatt, que era deputado no Congresso anterior, afirmou que pelo menos 20% dos cristãos de todo o Líbano participaram das eleições e que o efeito que teve essa atitude neutralizou o impacto dos que optaram pelo boicote.

“No novo Parlamento há cristãos. Eu represento a zona das montanhas e em minha região eleitoral foram eleitos quatro cristãos, três maronitas e um católico. O boicote foi um erro. Espero que no futuro todos os cristãos entendam que o Líbano é hoje um país novo, diferente, de cuja vida política devem participar ativamente”, disse.

Entre as prioridades da nova administração – o Líbano é uma república parlamentarista – Walid Jumblatt assinala, de forma inequívoca, o combate à corrupção, alimentada pelos longos anos de guerra. “Temos que construir uma administração sólida para nos livrar dos elementos corruptos”, declarou. Igualmente urgente é, na sua opinião, injetar capital externo na debilitada economia libanesa.

“Em primeiro lugar, devemos conseguir que o dinheiro dos libaneses ricos que foi retirado do país volte. Nossos compatriotas devem se convencer da necessidade de investir no novo Líbano que está nascendo. Em segundo lugar, também importante, é buscar fórmulas que permitam livrar o sul do Líbano da presença israelense, cumprindo a resolução 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com esse objetivo iniciamos uma negociação com a delegação de Israel nos Estados Unidos, mas o diálogo está em um impasse.”

O primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin se comprometeu ao assumir o governo a negociar a paz com os vizinhos. “Espero que suas palavras se-

LÍBANO



Sul do Líbano: apesar das resoluções da ONU, a zona continua ocupada por tropas israelenses

tãos, lutaram por uma maior representação no Congresso. Isso nós conquistamos.”

Mas o dirigente do Partido Socialista Progressista adverte sobre o perigo que representam os fatores externos que incidiram na explosão da guerra, e sobretudo na sua continuidade. “O Líbano foi cenário de vários conflitos alheios ao nosso. Os norte-americanos combatiam os soviéticos ali; Israel combatia os sírios no nosso país; os palestinos usaram nosso território para sua própria luta. Todos esses conflitos coexistiam simultaneamente.”

Refazer a infra-estrutura -

Quando um país vive 18 anos em guerra civil, e quando essa guerra civil se vê agravada por uma invasão externa - como ocorreu com a invasão do Líbano por Israel, cujas tropas ocuparam Beirute em junho de 1982 -, o fim do conflito é só o começo de um longo e árduo processo de reconstrução.

Por onde começar? Que setores da economia serão considerados prioritários? Jumblatt estima que a reconstrução da infra-estrutura viária e de comunicações será o primeiro passo. “Falamos da eletricidade, das estradas, dos telefones. Essas são as prioridades agora. O sistema bancário de Beirute

foi muito importante no passado, mas para voltar a ocupar o mesmo papel devemos ter um bom sistema de comunicações.”

Por outro lado, é necessário reconstruir as próprias Forças Armadas, dando-lhes um caráter nacional. “É o que estamos fazendo agora”, afirma Jumblatt. “Já existe uma força armada única, cujo poder não está nas armas, mas sim no fato de ter, nos mesmos batalhões e regimentos, cristãos e muçulmanos juntos. E isso já acontece. Os falangistas entregaram as armas, nós também. Hoje, no Líbano, ninguém, exceto os que no sul resistem à presença de Israel, está armado.”

Nesse sentido, o líder druso justifica a permanência das tropas sírias no território libanês durante este período de transição. “Sem os sírios, os cristãos teriam continuado lutando entre eles. Os sírios nos ajudaram a nos livrar do fenômeno do general Michel Aoun¹. Eles estão sendo um fator de estabilização.”

Consultado sobre o peso do fundamentalismo no Líbano, Jumblatt afirma que se trata de “um fato político e social muito importante, que não podemos ignorar”. Os fundamentalistas obtiveram nas recentes eleições cerca de 16 representantes no Parlamento e se converteram, na opinião do líder druso, em “uma força importante”. Se essa corrente vai crescer ou não, depende, segundo Jumblatt, da capacidade das forças políticas progressistas de enfrentar a atual situação.

A presença de tropas sírias (abaixo) foi o argumento usado por setores da comunidade cristã para boicotar as eleições

¹O general maronita pró-israelense Michel Aoun assumiu a presidência do Líbano através de um golpe palaciano, em setembro de 1988. Após rejeitar os acordos de Taif, Aoun se manteve no poder por força das armas. Em outubro de 1990, o general foi derrotado por forças libanesas e sírias e solicitou asilo à França. Sua saída permitiu que em dezembro daquele ano se instalasse um governo de unidade nacional, iniciando o processo de pacificação do país que culminou nas eleições de agosto passado





Moscou: manifestantes protestam contra uma possível devolução das Ilhas ao Japão (no cartaz, lê-se: "As Kurilas são nossas")

CURILAS

Um vestígio da Guerra Fria

A disputa entre a Rússia e o Japão pelo arquipélago ameaça se converter em mais um foco de tensão no continente asiático.

Interesses estratégicos e econômicos permeiam o problema, que se arrasta desde a Segunda Guerra Mundial

Juliana Iooty

1 945, Região da Criméia, União Soviética, meses antes do término da Segunda Guerra Mundial. Os chefes de governo Joseph Stálin (URSS), Franklyn Roosevelt (EUA), e Winston Churchill (Grã-Bretanha) reúnem-se na Conferência de Ialta para acertar os detalhes da grande ofensiva contra a Alemanha de Hitler. Com a assinatura do documento final do encontro, Stálin compromete-se a entrar na guerra contra o Japão, ao lado dos aliados, recebendo em troca o atendimento de antigas exigências. Entre elas, a de número três da Declaração de Ialta: que as ilhas Curilas, território anexado em

ÁSIA

RÚSSIA/JAPÃO

1875 pelo Japão, sejam devolvidas à URSS.

1992. Quarenta e sete anos depois, poucas são as coincidências com o período da Segunda Grande Guerra. A União Soviética já não existe mais e o Japão é uma das maiores potências econômicas do planeta. No entanto, a disputa territorial pelas pequenas ilhas do arquipélago das Curilas continua sendo um ponto nevrálgico nas relações entre o Japão e a Rússia, herdeira oficial deste território da antiga URSS.

Chamadas de Curilas na Rússia e de "Territórios do Norte" no Japão, as quatro ilhas localizadas no mar de Ojotsk – Xicotá, Habomai, Iturube e Cunaxiro – são o pivô do mais antigo conflito entre as duas potências, que ainda não assinaram um tratado formal de paz depois da Segunda Guerra.

Na tentativa de solucionar esta longa disputa, o primeiro-ministro do Japão, Kiichi Mizawa, e o presidente russo, Boris Yeltsin, marcaram um encontro em Tóquio, em setembro último para iniciar as conversações. Para a reunião, Yeltsin afirmava ter preparado um plano de "14 opções" que resolveria de uma vez por todas o impasse.

No entanto, uma semana antes da data prevista, em um telefonema ao gabinete de Mizawa, Yeltsin anuncia o cancelamento súbito da viagem, aumentando ainda mais a tensão entre os dois países.

A suspensão da viagem surpreendeu o governo nipônico. Porém, espe-

rançoso de uma futura resolução do conflito por vias diplomáticas, o gabinete japonês concordou – em reunião realizada um dia após o cancelamento – em evitar qualquer reação emocional diante da abrupta decisão de Yeltsin.

Resistências internas – De acordo com os analistas políticos, Yeltsin decidiu cancelar a viagem – o gabinete russo ainda não divulgou outra data de um possível retorno a Tóquio – porque "um acordo satisfatório para os dois países era improvável". Para eles, Yeltsin teria cedido às fortes pressões dos nacionalistas que não aceitam que a Rússia "ceda nem um só centímetro do seu território aos japoneses".

Em meados de julho, o presidente do Parlamento russo, Ruslan Khasbulatov, dirigiu reuniões a portas fechadas, em que militares e políticos de diferentes tendências declararam ser ferrenhos opositores à devolução das Curilas. Além disso, a realização de uma reunião do Conselho de Segurança russo no dia exato do cancelamento fortaleceu a hipótese de que o presidente teria cedido às pressões dos militares e nacionalistas.

Estas pressões teriam aumentado com os rumores cada vez mais frequentes de que Yeltsin cumpriria o chamado Acordo de São Francisco, firmado em 1951 pelos aliados e pelo Japão. O acordo contemplava a assinatura de um tratado formal de paz que acabaria com as hostilidades entre os dois países, em

troca da devolução das ilhas ao Japão.

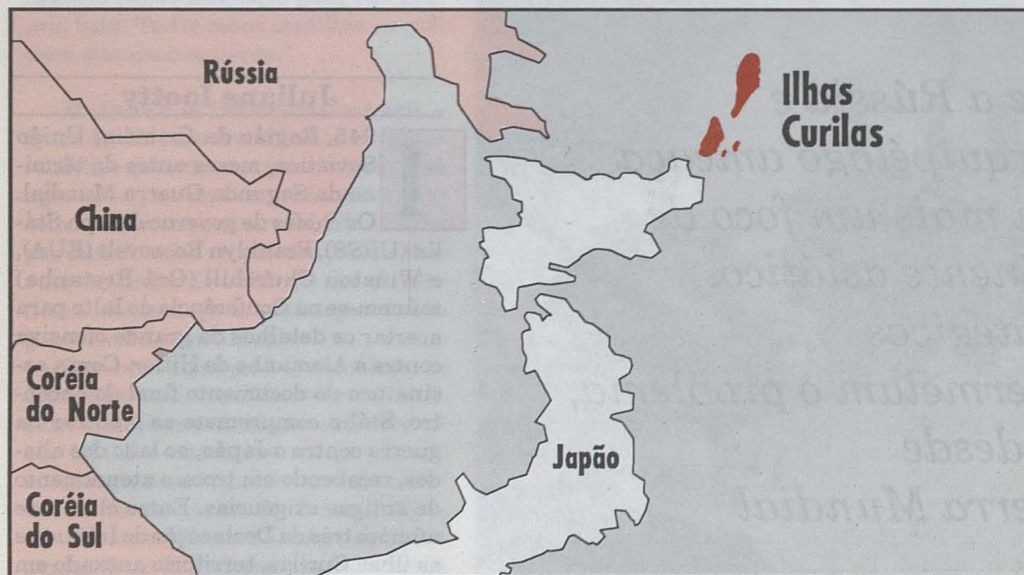
Na ocasião, Vladimir Zhirinosky, líder do Partido Liberal Democrata, em um exemplo do clima passional que cerca a questão, afirmou que "bombardearia qualquer Estado que pedisse um só metro quadrado de território russo".

O sentimento nacionalista ganha cada vez mais espaço na Rússia desde o desmembramento da União Soviética, sendo alimentado pela grave crise econômica. Depois da queda dos regimes comunistas no Leste europeu, Moscou acredita que qualquer concessão territorial pode desestabilizar ainda mais a política russa.

Nadri Simonia, subdiretor do Instituto de Economia Mundial e de Relações Internacionais sediado em Moscou, acredita que uma hipotética devolução das Curilas ao Japão seria uma derrota para o país. "Vimos recentemente a derrota econômica do governo. Agora essa é sua derrota política", sentenciou.

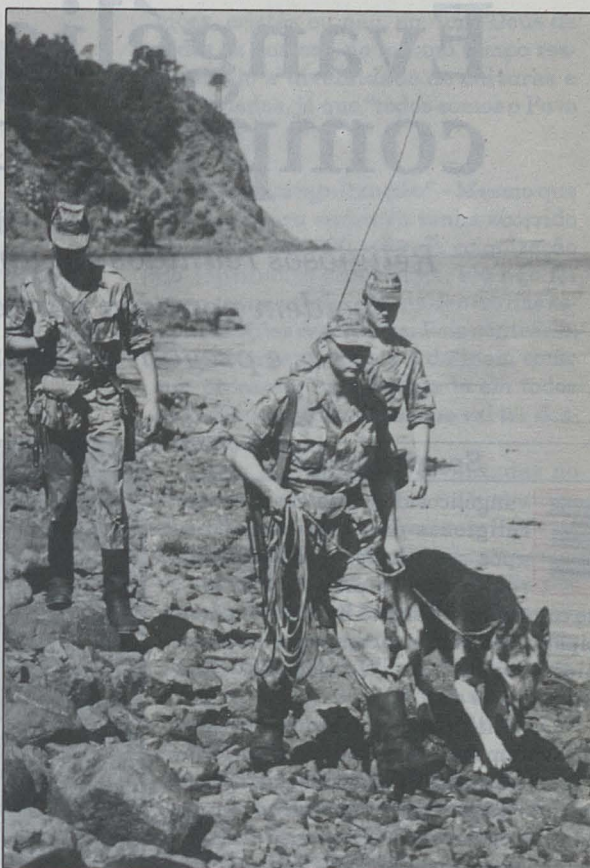
Posição estratégica – Além de ser considerado um assunto de soberania nacional russa, a posse das Curilas é tida como um assunto de conotações estratégicas e econômicas. Essa importância foi confirmada na Segunda Guerra – com o arquipélago ainda sob domínio japonês – quando os aviões que atacaram Pearl Harbour partiram de bases localizadas nas Curilas. As ilhas controlam ainda os estreitos da região, sendo também ponte de acesso aos portos soviéticos.

Em uma reunião do Parlamento russo, ainda este ano, militares de alta patente enfatizaram que as ilhas não podem ser devolvidas devido ao seu valor como ponto de instalação de radares, "especialmente em caso de ataque de mísseis norte-americanos". Porém, com o fim da Guerra Fria, o argumento da segurança



As Kurilas, território anexado pelo Japão em 1875, voltaram ao controle da então União Soviética ao final da Segunda Guerra

Kurilas: soldados russos patrulham uma das quatro ilhas reivindicadas pelo Japão



ilhas manifestaram seu descontentamento com o impasse nas negociações.

Muitos dos 40 mil moradores – as Curilas são habitadas majoritariamente por russos, pois os últimos japoneses que viviam ali foram expulsos em fins da década de 40 – acham que Moscou “deu as costas para o arquipélago”. A maioria foi atraída pelos altos salários oferecidos pelo governo, que queria evitar um avanço japonês em lugar tão estratégico.

Desde então, as condições de vida nas ilhas têm se deteriorado bastante. O acesso a produtos agrícolas é cada vez mais difícil, o único aeroporto está fechado, sem prazo para reabrir, e a comunicação com terra firme é interrompida em dias de tempestade. As mercadorias industrializadas, por sua vez, se tornaram escassas e são vendidas a preços cada vez mais altos.

As autoridades locais têm se revelado incapazes de resolver os problemas, e a Rússia, cada vez mais envolvida com problemas internos e com as limitações econômicas, raramente atende às reivindicações dos moradores.

Tantas dificuldades os levaram a querer participar do diálogo sobre a disputa. Muitos acham que a devolução das ilhas ao Japão atrairia mais investimentos. Outros acreditam que o governo japonês ofereceria compensações que chegariam a 100 mil dólares para os moradores russos que concordassem em deixar as ilhas. Um grupo de habitantes de Malo-Kubrisk, na ilha de Xicotã, chegou a enviar uma carta para os dirigentes da ilha de Sakalina – território russo – pedindo que Xicotã fosse transferida para o Japão.

Apesar do descontentamento de alguns moradores, sem dúvida ainda existe um forte sentimento nacionalista na comunidade russa, particularmente na ilha de Iturupe, onde os habitantes são mais antigos. Alguns deles lutaram no Exército Vermelho em 1945, tendo participado da ocupação do território. Eles acreditam que devolver as ilhas ao Japão seria um ato de entreguismo e defendem a permanência das ilhas sob domínio russo.

Decerto que este impasse não será decidido a curto prazo. Diante da atual inflexibilidade dos japoneses – que insistem em vincular a ajuda econômica à devolução das ilhas – e das pressões internas que sofre Yeltsin para não devolver o território, os dois países provavelmente ainda terão que sentar-se à mesa para tentar encontrar uma solução satisfatória para ambas as partes.

Enquanto isso, os moradores das Curilas, assim como os japoneses, os russos e o resto do mundo terão que esperar para ver definida esta disputa que já dura 47 anos, e que é um dos últimos vestígios da Guerra Fria. ■

corre o risco de cair no vácuo, tendo sido prontamente rebatido por japoneses e norte-americanos que afirmam que as chances de um confronto nuclear entre a Rússia e os Estados Unidos são cada vez mais remotas. Além disso, segundo os japoneses, a Rússia dispõe de outras opções para a instalação de radares.

Zona pesqueira – Além da importância estratégica, as ilhas têm grande valor econômico, a despeito da sua pequena extensão territorial. As águas que cercam o arquipélago abastecem cerca de dez por cento do mercado pesqueiro do país, segundo Nikolai Vorontsov, ex-ministro soviético da Ecologia e Recursos Naturais.

Entretanto, em termos econômicos, a Rússia pode ter mais prejuízos do que lucros se insistir em manter o controle das ilhas. Sua economia necessita de ajuda em dinheiro, que Tóquio vinculou à devolução das ilhas. Essa ajuda foi prometida pelo Japão em julho passado durante a reunião do Grupo dos Sete, que reúne os países mais ricos do mundo.

Recentemente, o ministro do Exterior japonês Michio Watanabe deixou claro que as futuras decisões de Tóquio em relação a pacotes de ajuda humanitária e financeira à Rússia “dependerão do reconhecimento de Moscou da soberania do Japão sobre as Curilas”.

Tóquio diz que planeja cumprir a sua parte no pacote de 27 bilhões de dólares prometido à Rússia pelo G-7 – com o qual participará com 2,6 bilhões – mas já demonstrou sinais de insatisfação ao anunciar que iria reconsiderar a possibilidade de sediar a próxima conferência de coordenação de ajuda para a antiga URSS, inicialmente marcada para outubro passado.

Mas, para os analistas políticos, o Japão deve terminar colocando acima do orgulho nacional os interesses práticos de construir laços econômicos com a Rússia. Com isso, diminuiria as tensões com o vizinho e satisfaria as demandas das outras nações industrializadas, que exigem sua contribuição para reconstruir a economia russa.

A opinião dos habitantes – O adiamento da viagem de Yeltsin não decepcionou apenas os japoneses. Diretamente envolvidos – e talvez os mais interessados em uma resolução rápida e pacífica da disputa –, os habitantes das

Evangélicos assumem compromisso político

Religiosos reunidos em um congresso evangélico no Equador decidem por uma participação política mais consciente e pregam o respeito às culturas autóctones

Sergio Gaete

Evangélicos de todas as correntes religiosas da América Latina, após reconhecer que apoiaram regimes "ditatoriais violentos", se comprometeram no Equador a participar ativamente no campo político e social diante da "corrupção" das instituições do Estado.

Os religiosos, reunidos durante duas semanas em Quito sob o lema "Todo o Evangelho da América Latina para todos os povos", concluíram em setembro o terceiro Congresso Latino-Americano Evangélico, Clade III, do qual participaram mais de 1.000 protestantes vindos dos Estados Unidos e Canadá, Europa, África e de 22 países da América Latina.

No documento final do encontro, a "Declaração de Quito", se reconhece que a Igreja evangélica em geral "justificou" regimes ditatoriais violentos na região e que os religiosos que participaram na política "pouco ou nada" conseguiram fazer em favor da maioria da população.

Para os evangélicos reunidos em Quito, a Igreja deve "afirmar a vida negada pelas estruturas injustas e os grupos de interesse mesquinho".

Participação política - Na opinião do pastor evangélico argentino José Bonino, a participação da Igreja protestante na política deverá se dar de forma individual e não institucional. "Não cometeremos o erro da Igreja católica de criar organismos 'para-políticos', como associações de empresários e sindicatos 'católicos'".

Para Bonino, no futuro, a Igreja evangélica deverá estimular vocações políticas dentro das comunidades e tratar de entender onde se pode participar



como instituição. "Se alguns de nós tem participado na política, é porque nos requisitam, já que o crescimento de nossa igreja nos últimos anos nos torna um eleitorado de peso", argumentou o religioso.

Atualmente, existem cerca de 40 milhões de evangélicos na América Latina, o que representa aproximadamente 10% da população total do continente.

Respeito às culturas autóctones - "A democracia formal, a corrupção das instituições do Estado e as políticas neoliberais mostram que o poder não está a serviço de toda a sociedade, especialmente das maiorias empobrecidas", assinala a Declaração de Quito. "Diante desta situação nossa consciência cristã não pode fechar os olhos e exortamos à prática da justiça", acrescentam os evangélicos.

Por outro lado, o documento afirma que "durante 500 anos nosso continente tem sido testemunha do desprezo e da destruição sistemática das culturas autóctones em nome da evangelização".

Nesse contexto, os evangélicos enfatizaram que toda cultura deve ser respeitada, valorizada e promovida "sem pressupor a supervalorização de uma cultura sobre outra".

"Como evangélicos devemos revalorizar nossas raízes indígenas, africanas e mestiças, considerando a pluralidade de culturas e raças que contribuíram para nos enriquecer", assinala o documento onde se reconhece que os protestantes "têm se identificado mais com os valores culturais alheios".

Também participou no "Clade III" uma delegação de 200 indígenas evangélicos da Colômbia, Guatemala, México, Peru, Bolívia e Equador que expuseram sua realidade e criticaram as missões evangélicas que visitam suas comunidades. "as quais não respeitam suas tradições e religiosidade milenar".

Para os religiosos evangélicos, o "Clade III" representou um marco tão importante quanto foi, para a Igreja católica, a sua segunda Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), realizada na Colômbia em 1968, onde se fez uma clara opção pelos pobres. ■

A união pela fé

Encontro ecumênico revela a nova dimensão que cristãos e membros de igrejas afro e indígenas estão buscando: a igualdade de raça, sexo e classe e o resgate da dignidade humana

Patrícia Costa

Reunir ao redor da mesma mesa cristãos e seguidores de religiões de origem africana e indígena para discutir desde o conceito de "Deus" até a evangelização da América parecia um objetivo difícil de ser alcançado. Mas, superando todos os obstáculos, o encontro terminou acontecendo em Quito, capital do Equador. Sob o lema "Povo de Deus, vida e esperança" 500 participantes de 24 países se reuniram na Primeira Assembléia do Povo de Deus (APD), em setembro passado.

Na opinião da brasileira Creuza Maciel, uma das organizadoras do evento, o encontro pode ser considerado "o primeiro Concílio Leigo Latino-Americano" de que se tem notícia.

E explica porquê: "Foi um encontro de representantes de bases religiosas as mais diversas, provenientes da América Latina e Caribe, nações da Europa, África, Ásia e América do Norte. Mas a principal característica foi que não havia hierarquia, todos nos sentimos filhos de Deus, sem distinção de sexo, classe ou raça."

Com 53 componentes, a delegação brasileira levou representantes evangélicos, católicos e do candomblé. Segundo Creuza Maciel, o encontro foi promovido por duas razões básicas: primeiro, por-

que havia uma vontade de resgatar uma vivência cristã mais democrática e fraternal, de comunhão, onde a hierarquia aparecesse somente em um nível de divisão de tarefas, e não para ser usada em prol de um poder político. Em segundo lugar, para desenvolver a idéia de um "macroecumenismo", isto é, a comunhão entre várias reli-

giões, cristãs ou não, em um "Deus de todos os nomes", ao mesmo tempo respeitando a diversidade de culturas e identidades, já que "todos somos o Povo de Deus".

"Desevangelização" - Mesmo que este primeiro encontro tenha ocorrido no marco dos 500 anos da colonização do continente americano, ele não foi apenas um evento a mais dentro das comemorações desta data. Pelo contrário, os seus organizadores o definem como um processo, implementado em todos os países do continente, que vai ter desdobramentos.

Uma das questões levantadas no encontro pelos indígenas foi justamente a necessidade de se rever os critérios da evangelização, já que, tal como esteve e está concebida, é qualificada por eles de "desevangelização". Isso porque, em nome do evangelho, "foi promovida a morte de milhares de habitantes deste continente", assinala Creuza.

Na sua opinião, "o saldo da APD foi muito positivo. O encontro nos mostrou como é possível criar uma comunhão entre todos os crentes, e como é possível resgatar a religiosidade independente da hierarquia eclesial".

E continua: "Nós assumimos vários compromissos. Um deles, por exemplo, é depender apenas do esforço próprio para realizar nossos objetivos e evitar a institucionalização da APD. A Assembléia do Povo de Deus não pode ser uma instituição, uma estrutura que tenha um dono; ela é vivência."

Para Creuza, outro resultado evidente é a nova dimensão com que se está encarando a prática religiosa: "É maravilhoso sentir que se pode superar as barreiras de uma instituição eclesial repressora que nos limita, que inibe a liberdade do espírito ecumênico."

O próximo encontro, a ser realizado daqui a quatro anos, ocorrerá na Colômbia. Até lá, a direção do movimento será rotativa, de modo a permitir a efetiva participação nas decisões de todas as comunidades e países envolvidos no projeto. ■



Chuva de urânio

Com o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética, os países da CEI inundam o mercado de urânio, fazendo os preços caírem vertiginosamente

Andi Spicer

Uma verdadeira avalanche de exportações da Comunidade de Estados Independentes (CEI) fez baixar os preços do urânio aos níveis mais baixos dos últimos 40 anos e é improvável que se produza uma recuperação antes de cinco a dez anos, segundo os especialistas.

Sem o fluxo de urânio da ex-União Soviética e da China, o mercado daquele elemento estaria equilibrado no final do século, assinala um relatório do Instituto do Urânio, com sede em Londres, no estudo mais detalhado até o momento sobre a oferta e procura mundial do metal.

A Rússia, Ucrânia, Casaquistão, Uzbequistão e China se propõem a exportar seis mil toneladas por ano, no conjunto, cerca de dez por cento da procura mundial. A CEI, sozinha, espera elevar as

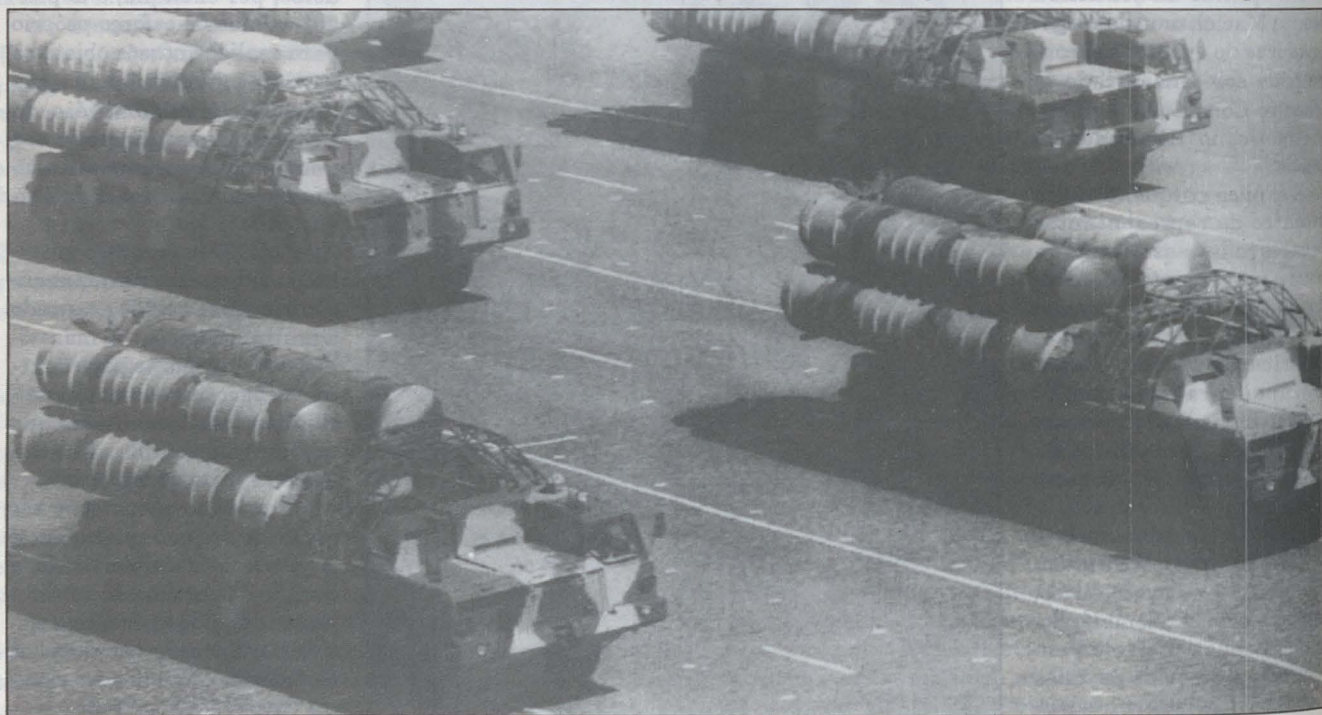
suas receitas neste campo de 500 milhões para 1,5 bilhão de dólares em 1992.

Esta pressão sobre o mercado afetou os produtores ocidentais, que estão vendo sua capacidade drasticamente reduzida. Os preços à vista estão bem abaixo dos custos de produção da maioria das minas e várias delas fecharam recentemente no Canadá, Estados Unidos e leste da Europa.

"A União Soviética produzia urânio sem levar em consideração os custos, por motivos estratégicos, mas a CEI está agora produzindo urânio a preços antieconômicos na ânsia de obter divisas em dinheiro", diz Martin Taylor, pesquisador chefe do Instituto do Urânio.

Acusações de concorrência desleal contra a Rússia foram apresentadas há pouco tempo em tribunais dos Estados Unidos, o que pode resultar na aplicação de tarifas mais altas às importações

O urânio usado com objetivos militares (abaixo, desfile em Moscou) pode ser facilmente reciclado



de urânio da CEI. A Comunidade Européia também está estudando formas de regular o comércio do produto.

Prognósticos equivocados – A CEI tem reservas de urânio estimadas em 140 a 160 mil toneladas. Isto não inclui o urânio enriquecido usado para fins militares, que poderia ser adaptado ao mercado civil. Mas seriam necessários alguns anos para que essas reservas estivessem disponíveis.

O urânio é usado, principalmente, como combustível de reatores nucleares e para armas atômicas. Como a quantidade usada com objetivos militares é muito pequena e pode, além disso, ser facilmente reciclada, a maior necessidade provém dos programas nucleares civis.

“A procura de urânio baseia-se no aumento das instalações nucleares que entram em funcionamento e estas são muito poucas”, afirma Taylor.

A partir de 1981, quando os preços do urânio atingiram seu ponto mais alto de 100 dólares o quilo, iniciou-se a queda, à medida que se tornavam mais evidentes os verdadeiros custos econômicos e ambientais.

A avaria na central nuclear de Three Mile Island nos Estados Unidos foi o começo desta tendência e Chernobyl, na antiga União Soviética, reforçou-a. Mesmo antes destes desastres a oferta de urânio ultrapassava a procura. Prognósticos demasiadamente otimistas sobre a geração de energia nuclear levaram ao excesso de abastecimento.

Em 1965, por exemplo, produziram-se 16 mil toneladas de urânio para uma procura de apenas quatro mil. Em 1985, as reservas de urânio pularam para 150 mil toneladas.

A partir da década de 80, o processo começa a se inverter. Entre 1980 e 1987, só o Canadá e a Austrália aumentaram a produção. Em outros países, ela começou a cair vertiginosamente: 50% no caso da África do Sul, 70% nos Estados Unidos, 10% no Gabão e 27% no Níger. Em 1989, a produção mundial caiu abaixo da procura e para os anos 90 foi previsto um déficit de 52 mil toneladas.



A avaria em centrais nucleares contribuiu para desvalorizar o urânio no mercado internacional

Este déficit, no entanto, será coberto facilmente com as grandes reservas acumuladas. A China, França, Índia, Grã-Bretanha e Estados Unidos têm 250 mil toneladas de urânio nas suas reservas militares, suficientes para cinco anos.

A vez dos intermediários – O mercado do urânio sofreu grandes mudanças em fins dos anos 80, quando os intermediários do setor começaram a atuar por conta própria. Os intermediários podem obter urânio com empréstimos a prazos de três a cinco anos e vendê-lo de imediato. Através desse processo, eles se transformaram em importantes fornecedores alternativos.

Por sua vez, isso permitiu aos consumidores (que sejam ao mesmo tempo produtores) ganhar dinheiro com as suas reservas sem correr o risco de não terem o metal quando necessitarem.

Este panorama, conjugado com o fluxo proveniente das reservas da CEI, indica que o preço vai manter-se baixo por muitos anos.

Os preços chegaram a sete dólares a libra no mercado à vista e isto “conduzirá à racionalização entre os produtores”, afirma, no seu relatório anual, a “Recursos Energéticos da Austrália”, um dos maiores produtores de urânio do mundo.

Os contratos a longo prazo estão muito acima do preço à vista, mas, à medida que o tempo passa, “o preço a longo prazo seguirá a tendência para a baixa à vista”, enfatiza Martin Taylor, acrescentando

que “a participação da CEI nos leva a prever que o mercado não se recuperará em menos de cinco a dez anos”.

Venda ilegal – Em 1990, a produção cobriu apenas 68% das necessidades dos reatores nucleares, sendo o restante proveniente das reservas. O Instituto do Urânio calcula que a procura mundial de urânio aumentará a uma média anual de 2,1% até 64 mil toneladas no ano 2000.

A única esperança da indústria do urânio em um aumento dos preços residia na total desintegração da capacidade de produção de urânio da ex-União Soviética, que conduziu à suspensão das suas exportações. Isso não aconteceu, e as exportações ganharam, ao contrário, um ritmo vertiginoso.

A forma como os intermediários, legais ou não, estão invadindo o mercado de urânio preocupa os especialistas. Para dar uma idéia da gravidade da situação basta lembrar que, recentemente, foi preso na Alemanha um imigrante do Uzbequistão, Guenadi Kirienko, que vendia urânio enriquecido sob a cobertura de um negócio de frutas e legumes. Kirienko tinha em seu poder 69 pequenas bolas de urânio, a matéria-prima das varetas que alimentam os reatores nucleares. A sua resposta foi uma piada de mau gosto: que as suas “maças” são magníficas para comer na cama, porque podem ser vistas no escuro. ■

GUATEMALA

O Nobel de Rigoberta Menchú

No mês em que se completavam 500 anos da chegada dos espanhóis à América, uma índia guatemalteca, Rigoberta Menchú, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Foi uma confirmação da tendência do Comitê Nobel nos últimos anos de incentivar um dos lados de um conflito não-resolvido.

Neste caso, a guerra civil, que coloca em campos opostos o governo guatemalteco, atualmente encabeçado pelo presidente Jorge Díaz Serrano, e as forças populares aglutinadas na União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), em cujas fileiras militam muitos indígenas.

Mas a premiação de Rigoberta foi mais do que isso: um símbolo do ressurgimento político dos índios latino-americanos, que cada vez com maior força e eficácia estão se organizando em defesa de sua cultura e de suas terras ancestrais.

Nesse sentido, o reconhecimento ao trabalho desenvolvido por esta jovem dirigente maia de 33 anos a favor de seu povo foi recebido com enorme alegria pelos 300 milhões de indígenas do continente. E consagra, também, o trabalho conjunto, desenvolvido através do Comitê Intertribal 500 anos de Resistência e de outras entidades, para contrabalançar as comemorações oficiais pelo meio milênio da chegada dos conquistadores europeus.

O Nobel de Rigoberta também causou alegria entre os militantes das organizações

de direitos humanos da América Latina, pois a dirigente premiada não se dedicou apenas a resgatar a história de seu povo maia como também, sobretudo, a denunciar o que ela chamou de "apartheid" legal e oficializado contra os índios nos dias atuais.

Quase toda a família de Rigoberta foi dizimada pela repressão. O pai e os irmãos foram queimados vivos na embaixada espanhola de Tegucigalpa, onde tinham se refugiado em busca de asilo. Sua mãe foi sequestrada pouco depois, violentada e torturada até a morte. As duas irmãs, na época com 11 e 13 anos, escaparam para as montanhas e se incorpora-

ram à guerrilha.

Rigoberta foi definida pelo Comitê Nobel como "símbolo vivo da paz e da reconciliação no continente americano e no mundo". Ao receber a notícia de sua premiação, Rigoberta afirmou: "Espero que o prêmio ajude a manter viva para sempre a civilização indígena da América."

Em 1990 **cadernos do terceiro mundo** publicou um longa entrevista exclusiva com Rigoberta Menchú (ver edição nº 132), na qual a dirigente maia falou sobre sua vida, sobre a situação na Guatemala e afirmou que o sacrifício de sua família e dos 40 mil desaparecidos e mais de cem mil mortos não foi em

vão, pois "o que conta é a luta pela preservação da cultura de nosso povo".

A entrevista, na casa do escritor uruguaio Eduardo Galeano, em Montevideu - Rigoberta estava em viagem pela América do Sul - esteve marcada por lágrimas que corriam por seu rosto, apesar do seu esforço por contê-las.

Através de um telefonema ela havia acabado de saber que na véspera três de seus mais próximos colaboradores tinham sido assassinados na Guatemala. Mas a dor não se impôs ao que ela considerava sua maior responsabilidade: denunciar à imprensa a situação dos seus compatriotas.



Rigoberta Menchú (dir.): símbolo da luta dos indígenas americanos pelo respeito à sua cultura e terras

GUIANA

Novo governo

A eleição de Cheddi Jagan como presidente da República Cooperativa da Guiana deve provocar importantes mudanças políticas e econômicas nesta ex-colônia britânica situada ao noroeste da América do Sul.

O novo presidente venceu as primeiras eleições livres celebradas nos 26 anos de independência. Líder do Partido Popular Progressista (PPP), Jagan é marxista, tem 74 anos e foi primeiro-ministro por três períodos sucessivos durante a administração colonial britânica.

Quando os 384 mil eleitores da Guiana foram às urnas para eleger o novo presidente, em 5 de outubro passado, chegava ao fim uma longa história de eleições suspensas, de adiamentos e acusações de fraudes. O pleito, que foi disputado por 11 partidos políticos, ser-

viu também para que os guianenses renovassem a Assembléia Nacional (53 deputados) e o Conselho Democrático Regional (12 membros).

Observadores da *Commonwealth* britânica e uma equipe de 65 especialistas que acompanhava o ex-presidente norte-americano James Carter supervisionaram a legalidade do processo eleitoral, que o candidato do PPP ganhou com 54,2% das preferências.

O principal adversário de Jagan, o presidente Desmond Hoyte, no poder desde 1985, postulava a reeleição pelo Congresso Nacional Popular (PNC), partido que governou o país desde a independência em 1966. Hoyte, que era o candidato da minoria negra de origem africana, obteve 41,4% dos votos.

A base eleitoral do PPP são os indoguanenses (quase 50% da população), que descendem de nativos da Índia e formam o grupo economicamente mais próspero embora, após a independência, nun-



Cheddi Jagan: um marxista na presidência

ca tivessem estado no governo.

Para evitar possíveis conflitos étnicos, Jagan ofereceu um terço do seu gabinete a notórias personalidades da comunidade negra. E suavizando sua histórica imagem de socialista de linha dura, anunciou também que adotará um modelo de economia mista, onde terão um importante papel o Estado, o setor privado e a cooperativa de produtores e trabalhadores.

BOLÍVIA

A Procuradoria Geral da Bolívia pediu à Corte Suprema de Justiça que aplique a pena máxima de 30 anos de prisão contra o ex-ditador Luis García Meza, foragido desde 1989. A mesma pena foi solicitada para os seus três mais próximos colaboradores, Luis Arce Gómez, Waldo Bernal Pereira e Avelino Rivero. O processo contra o ditador levou oito anos na Corte Suprema e acumulou um volumoso expediente. García Meza tomou o poder em 17 de julho de 1980 mediante um sangrento golpe de estado e, apesar de ter permanecido no governo por pouco mais de um ano, sua gestão foi uma das mais cruéis da história do país. Em seu relatório, a Procuradoria Geral da República reconhece a autoria intelectual de García Meza da invasão à sede da Central Operária Boliviana (COB), durante a qual foram assassinados os dirigentes políticos e sindicais Marcelo Quiroga Santa Cruz, Carlos Flores Bedregal e Gualberto Vega. Também atribui a ele a autoria intelectual pelo assassinato de oito dirigentes do agora governante Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR).



O ex-ditador García Meza

MÉXICO

Cerca de um milhão e meio de trabalhadores mexicanos perderam seus empregos nos últimos dois anos, tendo passado a se dedicar a trabalhos eventuais. Essa é a principal conclusão de um relatório oficial divulgado recentemente no México.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática, esta cifra, acumulada desde março de 1990, inclui 57% de assalariados que se demitiram "voluntariamente" de seus empregos e 43% que foram despedidos pelas empresas. Atualmente, o México emprega na economia formal cerca de 15 milhões de trabalhadores, enquanto 11 milhões dos seus quase 85 milhões de habitantes, encontram-se no mercado informal, sem acesso aos benefícios da legislação trabalhista.

ANGOLA

O equívoco de Savimbi



A população compareceu em massa aos centros de votação

Passada a euforia inicial pelas primeiras eleições gerais desde a independência, os angolanos voltam a viver um período de tensa expectativa. Apenas uma semana depois do pleito, realizado nos dias 29 e 30 de setembro, reaparecia a ameaça da guerra civil quando os números oficiais – com quase 90% das urnas apuradas – mostravam uma nítida vanta-

gem do presidente José Eduardo dos Santos, do MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola.

Dos Santos reunia 51,2% dos votos, contra 38,7% do seu adversário, Jonas Savimbi, da União Nacional para a Independência Total de Angola, Unita. O antigo movimento rebelde, financiado pelos Estados Unidos e pelo regime racista da África do

Sul, denunciou então a eleição como “fraudulenta” e ordenou que seus soldados se retirassem do recém-formado Exército nacional. Savimbi anunciou pessoalmente, em um programa de rádio, que estava preparado para lançar uma nova guerra contra o MPLA.

Vários atentados em Luanda, entre eles a explosão de um depósito de munições da Força Aérea situado a seis quilômetros do aeroporto internacional, marcaram o começo da nova estratégia belicista da Unita. A acusação de fraude foi negada pelo grupo de observadores da ONU. O Departamento de Estado norte-americano, por sua vez, acusou seu exaliado e protegido Jonas Savimbi de violar os acordos de paz assinados entre o MPLA e a Unita em 1991.

Na verdade, a atitude da Unita não surpreendeu muito. Os antecedentes de Jonas Savimbi e seus seguidores não permitiam nenhuma expectativa de acatamento das regras do jogo democrático.

Savimbi passou três décadas lutando nas selvas para derrotar o MPLA e é conhecido como um líder autoritário e repressivo. Os arquivos dos organismos de direitos humanos estão cheios de denúncias sobre as práticas da Unita, feitas por desertores da organização,

segundo as quais Savimbi supervisava pessoalmente a tortura e a matança de dissidentes internos.

A possibilidade de que mediante um eventual revés eleitoral o líder da tribo *ovimbundu* – etnia à qual pertencem 38% da população de Angola – decidisse romper os acordos de paz, já havia sido colocada pelos especialistas em questões da África Austral.

Entretanto, ao contrário do que aconteceu no passado, Savimbi não conta mais com o apoio dos Estados Unidos, que com o fim da Guerra Fria pretende reconstruir suas relações na África em novas bases. Para deixar isto bem claro, o Departamento de Estado norte-americano se apressou em condenar a atitude militarista da Unita diante da sua previsível derrota.

Depois de duas semanas de iniciativas frustradas de Washington e Lisboa para convencer Savimbi a aceitar o triunfo do MPLA, a saída encontrada pela ONU foi propor a realização de um segundo turno eleitoral.

Para tal, com o aval do governo angolano e dos mediadores, se declarou como resultado oficial que o MPLA não havia alcançado a maioria absoluta e sim 49,5% dos votos. Assim, segundo os acordos, devia ser realizado um segundo turno com os dois candidatos mais votados, ou seja, Dos Santos e Savimbi, em um prazo de um mês.

BOTSUANA

A maior base militar da África subsaariana, localizada no território de Botsuana, está praticamente concluída. Trata-se de uma base aérea, chamada “Projeto Águila”, cujo custo estimado é de pelo menos um bilhão de dólares, equivalentes a 20% do Pro-

duto Nacional Bruto do país. Segundo a revista independente sul-africana *Work in Progress*, o governo de Botsuana planeja recuperar a maior parte do custo do projeto cedendo as instalações em regime de concessão aos EUA.

Mas o Centro de Pesquisa e Documentação da África Austral afirma que as companhias francesas e norte-americanas que

participam no projeto assinaram uma cláusula secreta com o governo de Botsuana que definiria sua participação nesse ambicioso projeto militar. Segundo esse prestigiado centro de estudos, uma das razões do interesse dos EUA em Botsuana seria a necessidade de “controlar de perto a evolução de uma futura África do Sul governada por negros”.



Moçambicanos comemoram no interior do país a assinatura dos acordos de paz

MOÇAMBIQUE

Acordo histórico

Um milhão de mortos e um número igual de refugiados em países vizinhos é o terrível saldo da guerra civil em Moçambique, que pode terminar, se o acordo de paz assinado no dia 4 de outubro em Roma pelo presidente Joaquim Chissano e pelo chefe rebelde Afonso Dhlakama for respeitado.

“Começou uma nova era”, afirmou o presidente Chissano durante a cerimônia de assinatura do acordo. A presença de dezenas de dirigentes africanos – entre eles o presidente Robert Mugabe, do Zimbábue, e o chanceler Pik Botha, da África do Sul – mostrava que a paz em Moçambique era uma questão que inte-

ressava aos governos de toda a região.

Os especialistas constataam que, com o fim da Guerra Fria, o continente africano pela primeira vez tem condições de enfrentar a herança trágica do colonialismo e do neocolonialismo. Para os dirigentes africanos, as guerras fratricidas fazem parte de um passado que todos desejam superar.

Os acordos assinados em Roma incluem a formação de um Exército de 30 mil homens com voluntários recrutados em igual número entre as forças do Estado, hoje subordinadas ao partido Frelimo e os rebeldes da Renamo.

Também se aprovou o prazo de um mês para o início da retirada das tropas do Zimbábue que controlam os chamados “corredores” de estradas de ferro, assegurando a conexão entre aquele país e os portos moçambicanos. O ponto culminante do processo será a realização de eleições gerais no prazo de um ano.

MYANMAR

O fim do toque de recolher imposto durante quatro anos e a abolição da lei marcial, vigente desde a repressão contra o levante popular de 1988, foram algumas das medidas anunciadas em fins de setembro pela Junta Militar que governa Myanmar (ex-Birmânia). As medidas foram recebidas com ceticismo pelas forças políticas, que as interpretam como “mudanças cosméticas” destinadas a criar um clima favorável à suspensão das sanções econômicas internacionais decretadas contra o governo ditatorial.

A Birmânia, cujo nome foi mudado em 1989 para Myanmar, esteve sob governos militares desde 1962, quando o general Ne Win assumiu o poder. Apesar dos problemas de todos os tipos que enfrentam, os militares se negam a entregar o poder e alegam que antes desejam aprovar uma nova Constituição.

A morte de Willy Brandt

Um dos mais importantes estadistas da Europa, Willy Brandt, morreu no dia 8 de outubro aos 78 anos, em Bonn.

De origem muito humilde, Brandt ganhou notoriedade na década de 70 quando, na sua condição de primeiro-ministro da antiga Alemanha Ocidental, impulsionou uma política de abertura em relação ao Leste – sua famosa *Ostpolitik* – destinada a promover a aproximação entre as duas Alemanhas e entre seu país e a URSS, esforço que lhe valeu o Prêmio Nobel da Paz em 1971.

Vítima de um câncer de intestino, Brandt não pôde cum-



Brandt, ex-dirigente alemão

prir seu último desejo: presidir a reunião da Internacional Socialista que se realizou em setembro no Reichstag (Parlamento) de Berlim, com a presença de Mikhail Gorbachev.

Mas chegou a receber as homenagens que lhe prestaram na capital alemã, hoje reunificada e sem o muro, exaltando sua condição de grande precursor do fim do clima de confronto entre Leste e Oeste.

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.

Anos de resistência

Jessie Jane Vieira de Souza*

E incrível a capacidade que a chamada sociedade moderna, com seus monopólios de comunicação, tem de pasteurizar tudo aquilo que possa questionar o status quo. No Brasil, os exemplos têm sido inúmeros, mas o mais escandaloso, para não dizer criminoso, é o que tem sido feito com as lutas de resistência travadas pelo povo brasileiro em busca de justiça social e democracia.

Nossa historiografia tem se esmerado na reconstituição dos fatos históricos à luz dos interesses das elites, daqueles que ao longo de séculos têm sido os vencedores destas lutas pelo poder.

Todavia, já surge uma nova produção historiográfica que busca dar outra direção à sua pesquisa, que procura resgatar o passado histórico através da cotidianeidade do homem brasileiro comum, daqueles que produzem a riqueza nacional, daqueles que lutam pelas utopias.

Narrar um episódio histórico não é somente reconstituir os fatos, embora estes sejam importantes. É preciso ter em mente que a apreensão e a análise dos episódios históricos não são o fato em si, mas a sua interpretação.

A história é, portanto, a apreensão analítica dos fatos vividos pelos homens na sociedade humana. Não há, neste sentido, neutralidade no ofício do historiador. Há, ao contrário, paixões que motivam a buscar nos fatos aquilo que ficou escondido pelos interesses presentes no jogo do poder travado em cada episódio histórico. Não há história sem essa busca das sombras que foram construídas no passado. E cada historiador, dependendo da sua apreensão e engajamento no presente, elege sua busca, suas sombras e mistérios.

Dito isto, e com a paixão do lado em que estou no presente e estive no passado, gostaria de comentar a recente série apresentada pela Rede Globo de Televisão sobre a luta travada por segmentos da minha geração.

Antes de mais nada, é bom ressaltar dois aspectos

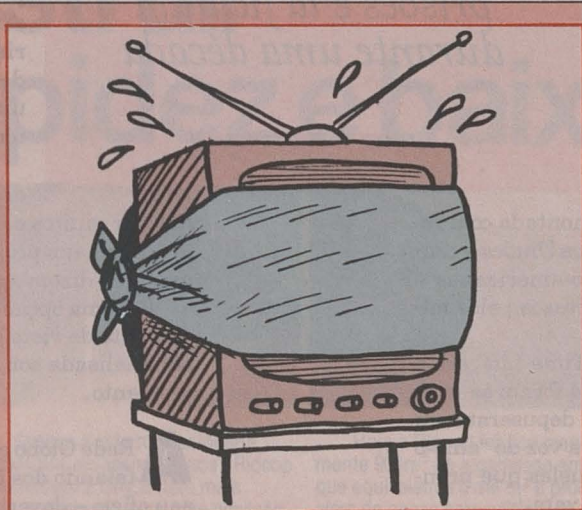
importantes. Primeiro, a visível sensibilidade e coragem daqueles profissionais que produziram aquele trabalho. A linguagem do artista, quando saída das entranhas, é sempre uma magia. E essa magia contagiou milhões de pessoas que pela idade, alienação ou omissão, desconheciam os fatos narrados. Creio que a repercussão que temos assistido nasce desta questão.

Quem sabe, agora os que pegaram em armas para lutar contra a ditadura, possam merecer pelo menos uma reflexão e passar de "perigosos terroristas" – excluídos da anistia votada em 1979 e negados até por parcelas de uma pretensa esquerda – à gente com rosto, nome e quem sabe até possamos dar sepultura aos nossos mortos, até hoje escondidos nas valas comuns dos cemitérios.

Mas, infelizmente, "Anos Rebeldes" não servirá com certeza para mudar esta imagem, porque, ao nos caricaturar, ao nos transformar em inúteis heróis, nos desqualifica como atores sociais de um processo de luta de todo um povo. Ali somos jovens

impotentes e derrotados por um aparato de violência sem rosto, sem cor e, principalmente, sem classes. A violência aparece como uma patologia social de alguns e não como instrumento de uma elite que rasgou a Constituição e depois o presidente João Goulart. De uma elite aliada aos interesses norte-americanos e que montou um aparato político-repressivo para impor um projeto político-econômico-cultural para o país, atrelando-o aos interesses multinacionais e antinacionais.

A Rede Globo tenta, ao mesmo tempo, reescrever a sua própria biografia, instrumentalizando os sonhos e as tragédias da minha geração. O seriado trabalhou o tempo todo com a emoção das pessoas, fazendo com que os jovens de hoje se identificassem com os heróis juvenis da Globo e se mobilizassem contra o esquema Collor, um esquema político-eleitoral montado pe-



Aqueles foram anos de resistência e não de rebeldia. Fomos a expressão mais dolorida de uma sociedade sufocada pela violência institucionalizada

los interesses representados por ela mesma. Enfim, "uma avaliação histórica" que sombreia todos os interesses substantivos das elites de ontem e de hoje.

Contudo, é fundamental que se diga que aqueles foram anos de *resistência* e não de rebeldia. Fomos a expressão mais dolorida de uma sociedade sufocada pela violência institucionalizada. Também não inauguramos essa resistência. Não fomos o começo e nem o fim de uma busca. Creio que fomos o produto de um longo processo de maturação histórica, onde sucessivas gerações estiveram presentes. Expressávamos uma utopia latino-americana, que teve em Che Guevara sua maior expressão.

A luta armada contra a ditadura militar e seu aparato de dominação ainda não foi devidamente analisada histórica e sociologicamente. É preciso, sobretudo, resgatar que tentamos encontrar uma saída para os impasses que nosso país vivia e que fomos depositários da generosidade de milhares de combatentes das gerações que nos antecederam.

Nossa luta não foi, como tenta nos mostrar o sr. Roberto Marinho, o suicídio generoso de jovens urbanos e bem-nascidos, mas a expressão da experiência histórica de todo um continente esmagado pelas diferentes ditaduras militares a serviço dos interesses empresariais internos e externos cujo epicentro encontrava-se nos Estados Unidos.

"Anos Rebeldes" teria sido perfeito se tivesse mostrado a personagem Rede Globo – ou Organizações Roberto Marinho – e o papel que a imprensa desempenhou naqueles anos. Afinal, a Rede Globo, montada com recursos econômicos vindos dos Estados Unidos – centro irradiador das ditaduras latino-americanas – era a voz oficial dos interesses expressos pelos militares que governavam o país.

A Globo, financiada pelo grupo Time-Life, era a "cara pública" daqueles que em 1964 foram às ruas contra o presidente constituído e o depuseram em nome da ordem e do progresso. Era a voz do "ame-o ou deixe-o", palavra de ordem daqueles que prendiam, exilavam, torturavam e matavam.

Ainda para avivar nossas sombras é bom que o Brasil saiba, ou se lembre, que um prestigiado jornal de São Paulo patrioticamente emprestava seus carros para transportar os "perigosos terroristas" para a Rua Tutóia, onde funcionava diuturnamente a macabra "Operação Bandeirantes", a Oban, centro de tortura financiado por eminentes empresários que entusiasticamente defendiam seus lucros.

Enfim, bom seria que, ao passarmos o Brasil a limpo, não o fizessemos pela metade. Que os jovens

mostrados pela TV Globo significassem uma profunda autocrítica dessa gente que se pensa dona do Brasil.

Seria bom também que a TV Globo fizesse uma série sobre seu *Jornal Nacional*, de como o Brasil era mostrado e de como era noticiado o aparecimento de todos os "Joãos Alfredos" que, em 1970-72, apareceram assassinados diariamente em cada esquina desse país.

Também seria ótimo que o "Dono do Mundo" mostrasse como éramos apresentados nas auditorias militares, de como nossas lutas pela sobrevivência dentro das penitenciárias eram noticiadas.

Em "Anos Rebeldes", as personagens morrem, se exilam, "desistem", mas, ao contrário da ficção, centenas foram para as prisões e lá ficaram durante uma década. Acima de qualquer coisa é bom que se diga que a generosa juventude da classe média carioca não estava só naquela luta, porque dela partilharam camponeses, operários e outros segmentos da sociedade brasileira.

É importante recordar que a opção pela luta armada não nasceu nos bancos universitários. Aliás, a mais importante organização do período, a Ação Libertadora Nacional (ALN), foi fundada em 1967 por homens da estatura de Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, personagens de Graciliano Ramos, portanto, sobreviventes de 1935. E estes homens, cuja biografia deveria ser inserida nos nossos cursos de história, propunham a luta por uma plataforma nacionalista e democrática.

A opção pela luta armada nasceu de múltiplas experiências acumuladas por muitos combatentes que, desde os anos 30, defendem um projeto de desenvolvimento nacional, ou, como dizem agora, auto-sustentado.

Foi uma opção que, mesmo tendo sido derrotada, do ponto de vista da luta imediata pelo poder, deve ser analisada sob a luz dos acontecimentos daquele momento.

Foi uma opção que, mesmo tendo sido derrotada, do ponto de vista da luta imediata pelo poder, deve ser analisada sob a luz dos acontecimentos daquele momento.

A Rede Globo e a imprensa brasileira – não estou falando dos profissionais que ali desenvolvem seu ofício – deveriam ter a dignidade de se mostrar como personagens. Como formadores de opinião foram responsáveis pela legitimação da violência e pela impunidade que caracterizou aqueles tempos.

Que me perdoem aqueles que se emocionaram com "Anos Rebeldes". Mas não podemos permitir que os algozes do nosso povo contem a história como lhes convém.

Em "Anos Rebeldes", as personagens morrem, se exilam, "desistem", mas, ao contrário da ficção, centenas foram para as prisões e lá ficaram durante uma década

¹Ex-presa política (1970-1979). Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Argamassa Armada.



O modo mais concreto de construir com rapidez e baixo custo.



A argamassa armada é um processo pioneiro, desenvolvido pela Riocop que combina areia, cimento e tela de aço.

O resultado são peças pré-moldadas que garantem, além de um custo 30% mais baixo do que as estruturas convencionais de concreto, maior rapidez na montagem e uma adequação perfeita a qualquer tipo de terreno.

Graças a esta revolucionária tecnologia, em apenas 5 anos a Riocop já construiu 2 CIACs (tem mais 3 em andamento, com uma previsão de 21 para 1992), mais de 50 escolas, 30 casas da criança, 30 postos de saúde, diversas casas comunitárias, creches, CIEPs e uma série de outras obras em benefício da população.

Hoje a Riocop fabrica mensalmente 900m³ de argamassa armada que equivalem a 6 mil m² e produz, além de peças para edificação, abrigos de ônibus, caixas d'água, bancos de jardim, diversos equipamentos urbanos e componentes para saneamento básico.

Da próxima vez que você for construir, contrate os serviços de

quem lidera a tecnologia da argamassa armada no País.

E se você quiser, a Riocop também instala em poucas semanas uma fábrica da argamassa armada em seu estado.

Para seu esclarecimento, escreva para o nosso endereço e solicite, sem compromisso, maiores informações.

RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-3965

BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 0001023363 A

100 000

BELIA-FLORES

CASA DA MOEDA DO BRASIL

100 000

DEUS SEJA LOUVADO

CEM MIL
CRUZEIROS

MINISTRO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRESIDENTE DO
BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 0001023363 A

50 000 CINQUENTA
MIL CRUZEIROS

DEUS SEJA LOUVADO

PRESIDENTE DO
BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 2458099549 A

10 000 DEZ MIL
CRUZEIROS

VITAL BRAZIL

PRESIDENTE DO
BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 4382087437 A

5 000 CINCO MIL
CRUZEIROS

CARLOS
GOMES

PRESIDENTE DO
BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 2892009799 A

1 000 MIL
CRUZEIROS

CÂNDIDO RONDON

PRESIDENTE DO
BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 8197055236 A

Com a Conta Fácil Banerj, a sua aplicação financeira e o seu tempo vão poder render muito mais. Agora, a operação de resgate é automática e na medida exata do que você necessita, para débitos acima de um valor mínimo. Sem que você precise sequer telefonar ao banco. Ou seja, aquele dinheiro a mais que ia ser apenas um trocado parado na sua conta corrente continua rendendo. Transforme já sua Conta Verde de Aplicações Financeiras em Conta Fácil Banerj. E aplique tudo a que você tem direito. Inclusive aqueles quebrados.

**AGORA, O DINHEIRO QUEBRADO QUE IA VIRAR
UM TROCADO CONTINUA APLICADO.**

CONTA FACIL

**BANERJ O QUE ERA
FAZ FICAR
MAIS FACIL**